

RELATÓRIO E CONTAS

2015

Índice

Nota Introdutória.....	5
Principais Indicadores	6
1. Caracterização do Instituto.....	8
2. Síntese do ano	18
3. Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar	21
3.1. Envoltente Macroeconómica	21
3.2. Quadro Regulamentar.....	26
3.2.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.....	26
3.2.2.1. Atividade de Construção.....	28
3.2.2.2. Atividade de Mediação Imobiliária	30
3.2.2.3. Contratação Pública.....	30
4. Evolução e Desenvolvimento Setorial	31
5. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto.....	37
5.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto	37
5.2. Atividade Regulatória em 2015	38
5.3. Projetos e Atuação de Gestão.....	47
6. Recursos Humanos	54
7. Análise Económica e Financeira	58
7.1. Análise da Receita na ótica Orçamental.....	58
7.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental.....	60
7.3. Situação Económica na ótica do POCP	62
7.4. Situação Financeira.....	65
8. Perspetivas Futuras	67
9. Demonstrações Financeiras.....	68
9.1. Balanço	69
9.2. Demonstração de Resultados.....	71
9.3. Controlo orçamental - Despesa.....	73
9.4. Controlo Orçamental - Receita.....	77
9.5. Fluxos de Caixa.....	79
9.6. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	83
Anexo 8.1 – Caracterização da Entidade.....	84
Anexo 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados	91
Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução	105
8.3.1 - Alterações Orçamentais.....	105
8.3.2 - Contratação Administrativa	115
10. Legislação em vigor em 2015	126
10.1. Contratação Pública	126
10.2. Construção.....	128
10.3. Mediação Imobiliária.....	130
10.4. Ficha Técnica da Habitação.....	131
10.5. IMPIC, IP.....	132

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Organograma funcional do IMPIC, I.P.....	17
Ilustração 2 - Composição do Produto Interno Bruto - dados encadeados em volume (base 2011)	22
Ilustração 3 - Formação Bruta de Capital Fixo - Taxa de variação homóloga (%).....	22
Ilustração 4 - Formação Bruta de Capital Fixo por segmentos - dados encadeados em volume	23
Ilustração 5 - Valor Acrescentado Bruto - taxa de variação homóloga (%).....	23
Ilustração 6 - Valor Acrescentado Bruto por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%).....	24
Ilustração 7 - População empregada - variação homóloga (%).....	24
Ilustração 8 - Peso do emprego na construção no emprego total (%).....	25
Ilustração 9 -- Número de obras licenciadas e concluídas 2015	31
Ilustração 10 - Número de obras licenciadas e concluídas em 2015.....	31
Ilustração 11 - Número de fogos licenciados e concluídos em 2015.....	32
Ilustração 12 - Taxa de juro no crédito à habitação (%) – valores médios anuais	32
Ilustração 13 - Valores médios anuais da avaliação bancária (euros/m ²)	33
Ilustração 14 - Índice de produção na construção.....	33
Ilustração 15 – Variação média anual do Índice de custos de construção de habitação nova (%)	34
Ilustração 16 - Títulos habilitantes no setor da construção	35
Ilustração 17 - Distribuição de empresas por classe de alvará - 2015.....	35
Ilustração 18 - Distribuição de alvarás por NUTS II – 2015	36
Ilustração 19 - Distribuição de Títulos de Registo (Certificados) por NUTS II – 2015.....	36
Ilustração 20 - Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC.....	37
Ilustração 21 – Títulos Habilitantes válidos (2010-2015).....	38
Ilustração 22 – Alvarás emitidos (2010-2015)	39
Ilustração 23 – Títulos de registo (Certificados) emitidos (2010-2015).....	39
Ilustração 24 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2010-2015).....	40
Ilustração 25 – Evolução das Receitas Orçamentais (2015/2011)	58
Ilustração 26 - Receitas Orçamentais (2015/2014)	58
Ilustração 27 – Peso da receita por setor (2011/2015).....	59
Ilustração 28 - Execução do Orçamento da Receita (2015)	59
Ilustração 29 – Evolução das Despesas Orçamentais (2015/2011).....	60
Ilustração 30 - Despesas Orçamentais (2015/2014)	60
Ilustração 31 - Execução do Orçamento da Despesa (2015)	61
Ilustração 32 - Proveitos (2015/2014)	62
Ilustração 33 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2015/2014)	62
Ilustração 34 – Estrutura de custos (2015/2014)	63
Ilustração 35 – Fornecimentos e Serviços Externos (2015/2014)	63
Ilustração 36 – Resultado Líquido (2015/2014)	64
Ilustração 37 – Estrutura Financeira (2015 a 2011).....	65
Ilustração 38 – Ativo (2015 a 2011).....	65
Ilustração 39 – Fundos Próprios e Passivo (2015 a 2013)	66

FICHA TÉCNICA

Título:

RELATÓRIO E CONTAS 2015

Elaborado em abril de 2016

Edição:

Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P

Av. Júlio Dinis, 11

1069-010 Lisboa

Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.impic.pt> | Correio Eletrónico: geral@impic.pt

Nota Introdutória

A missão reguladora do IMPIC vai além da atribuição de títulos para o exercício das atividades reguladas (na construção, Alvará de Construção de Obras Públicas, Alvará de Construção de Obras Particulares, Certificados de Obras Públicas, Certificados de Obras Particulares, no imobiliário, a Licença de Mediação Imobiliária, e na contratação pública, a Licença da plataforma). A sua atuação visa potenciar um mercado de construção e do imobiliário moderno e competitivo através de uma efetiva ação inspetiva e fiscalizadora, da promoção do conhecimento do setor e do incentivo a iniciativas fomentadoras da atividade da construção. Acresce, ainda, a área da contratação pública - matéria cada vez mais relevante na vida das entidades públicas e, conseqüentemente, na prossecução do interesse público - na qual o instituto tem vindo a reforçar o seu papel de regulador e que tem, também, vindo a ganhar espaço na afetação dos recursos (humanos e financeiros) do IMPIC.

O presente Relatório e Contas 2015 pretende colocar à disposição dos interessados, em especial dos *stakeholders*, toda a informação que permita caracterizar a atuação do IMPIC ao longo do exercício de 2015, demonstrando tudo o que o Instituto desenvolveu em prol de um setor que, mercê da conjuntura económica atual, persiste em apresentar grandes desafios e dificuldades.

E, apesar de se tratar de um documento onde é analisada a prestação económica e financeira do Instituto, a informação nele constante vai mais além do que a mera apresentação das demonstrações financeiras. De facto, o presente relatório colige um conjunto de dados sobre as principais linhas estratégicas do Instituto, sua caracterização orgânica e resumo da atividade regulatória com menção dos principais indicadores de atividade.

Para além disto, é dado ênfase ao enquadramento económico e regulamentar do setor e às perspetivas futuras, estas últimas porque permitem aos agentes do setor perceber qual a estratégia do Instituto para numa conjuntura difícil tentar amenizar a crise e rumar para um sector que se quer moderno e competitivo.

Em termos orçamentais, em 2015, a despesa realizada atingiu 84,15% do previsto (6.985.332,83 € em 8.300.843,15 €) e a taxa de execução da receita foi de 95,99% (8.567.620,91 € de 9.566.911,63 €).

Principais Indicadores

Indicador	Fórmula de Cálculo	2014	2015	Varição 2015/2014
Indicadores Económico-Financeiros				
Património (€10 ³)	Conta 51 do POCP	11.408.184	11.408.184	-
Fundos Próprios (€10 ³)	Somatório da classe 5 e da conta 88 do POCP	10.509.172	13.436.275	27,9%
Resultado Líquido (€10 ³)	Conta 88 do POCP	3.077.657	2.927.103	-4,9%
Taxa Cobertura custos por proveitos próprios	$\frac{\text{Proveitos operacionais}}{\text{Custos operacionais}} \times 100$	147%	144%	-3 p.p.
Execução do Orçamento da Despesa	$\frac{\text{Despesa Processada}}{\text{Despesa Orçamentada}} \times 100$	92%	84%	-8 p.p.
Execução do Orçamento da Receita	$\frac{\text{Receita gerada}}{\text{Receita Orçamentada}} \times 100$	84%	91%	+7 p.p.
Relação da Receita e Despesa	$\frac{\text{Receita Cobrada}}{\text{Despesa Processada}} \times 100$	131%	126%	-5 p.p.
Número de Empresas com Alvará	Número de empresas com Alvará válido a 31 de dezembro.	18.902	18.650	-1,3%
Número de Empresas com Título Registo	Número de empresas com Título de Registo válido a 31 de dezembro.	29.315	28.329	-3,4%
Número de Empresas com Licença de Mediação Imobiliária	Número de empresas com Licença de Mediação Imobiliária válida a 31 de dezembro.	3.410	3.984	+16,8%
N.º de Atos Regulatórios efetuados	Calculados de acordo com a Nota Explicativa abaixo	9.115	9.371	+2,8%
Total de empresas inspecionadas	Número de empresas/empresários que foram alvos de pelo menos uma ação de inspeção durante o ano.	1.168	983	-15,8%
Custo Operacional por Ato Regulatório	$\frac{\text{Custos operacionais}}{\text{N.º atos regulatórios}}$	734 €	684 €	-6,8%
Produtividade	$\frac{\text{N.º atos regulatórios}}{\text{N.º colaboradores}}$	71	77	+8,4%
Aferição do desempenho junto dos agentes do sector	Avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar junto das empresas do sector da construção e do imobiliário (escala 1 a 5)	3,82	3,80	-0,02

Nota explicativa:

Os indicadores, relativos ao ano de 2015, apresentados no quadro anterior deverão ser interpretados tendo em conta as seguintes designações e notas explicativas:

- **N.º de atos regulatórios** = N.º Alvarás (concedidos e reclassificados) + Títulos de Registo (novos, modificados e revalidados) + n.º Licenças de Mediação Imobiliária (concedidas e revalidadas) + n.º Inscrições de Angaradores Imobiliários (concedidas e revalidadas).

Para além destes atos regulatórios, a definição permite ainda contemplar a emissão de *títulos habilitantes* de qualquer outra atividade que venha a ser regulamentada pelo IMPIC.

Neste indicador são apenas contabilizados os pedidos deferidos, ficando excluídos todos os processos indeferidos cuja análise requer os mesmos recursos.

1. Caracterização do Instituto

O IMPIC é um instituto público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sendo um organismo central com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional, que prossegue atribuições do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, estando sujeito à tutela e superintendência do respetivo Ministro, a qual foi delegada no Secretário de Estado das Infraestruturas, através do Despacho n.º 2311/2016, de 16 de fevereiro¹.

Com a nova Lei orgânica do Ministério da Economia (Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro), o instituto passou a designar-se Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P – IMPIC, I.P², permitindo uma melhor perceção sobre a real missão do instituto nas suas áreas de atuação, designadamente, na regulação do sector da construção, do setor do imobiliário e na regulação dos contratos públicos.

Entretanto, já em outubro, foi publicada a nova lei orgânica do IMPIC (Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro), que renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública, das quais se destacam: *i)* apoiar o membro do governo da tutela na definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria, *ii)* assegurar o licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação públicas nos termos da lei, *iii)* produzir manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras e bens e de prestação de serviços, *iv)* gerir o portal dos contratos públicos, designado «Portal Base», nos termos e para os efeitos do artigo 472.º do Código dos Contratos Públicos, incluindo os observatórios de obras públicas e de bens e serviços e *v)* produzir relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário

¹ Publicado no Diário da República n.º 32, de 16 de fevereiro de 2016

² Anteriormente, a designação era Instituto da Construção e do Imobiliário, - InCI, IP.

Atualmente, o IMPIC apresenta a seguinte caracterização:

Orgânica Estatutos	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro • Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro (ainda não foi publicada nova portaria decorrente da nova lei orgânica)
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Instituto público integrado na administração indireta do Estado • Autonomia administrativa e financeira e património próprio • Dependência tutelar e sob superintendência do Secretário de Estado das Infraestruturas (Ministério do Planeamento e Infraestruturas)
Órgãos	<ul style="list-style-type: none"> • Conselho Diretivo • Fiscal Único • Conselho Consultivo
Estrutura Orgânica	<ul style="list-style-type: none"> • Direções: 5 • Departamentos: 2
Atividade de Regulação	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação/Licenciamento de empresas • Fiscalização e Inspeção • Sancionamento • Produção legislativa • Informação Estatística • Representação do sector em organismos europeus e internacionais • Resolução alternativa de litígios (mediação e arbitragem) • Defesa do consumidor
Atividades reguladas	<ul style="list-style-type: none"> • Construção • Mediação Imobiliária • Contratos Públicos
Principais Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de empresas inscritas (construção e imobiliário): 50.963 • N.º atos regulatórios efetuados: 9.371 • N.º empresas inspecionadas: 983 • Total de coimas aplicadas: € 438.425 • Taxa cobertura de custos por proveitos operacionais: 151%
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • 3 Membros do Conselho Diretivo • 5 Dirigentes Intermédios de nível I (Diretor de Serviços) • 1 Dirigente Intermédio de nível II (Chefe de Departamento) • 122 elementos efetivos (87 colaboradoras e 35 colaboradores)
Recursos Financeiros (orçamento 2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento anual no valor de ±9,6 M€, do lado da receita, e de ±8,2 M€, do lado da despesa • Atividade de regulação = 100% de receitas próprias (dos quais 98% resultam das taxas de licenciamento das atividades)
Localização	<ul style="list-style-type: none"> • Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa • Delegação na Região Autónoma da Madeira (Funchal) • Delegação na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) • Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro

MISSÃO

Criado sob a égide da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o IMPIC tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises sectoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no sector, bem como a regulação dos contratos públicos.

ATRIBUIÇÕES

Nesse âmbito, o IMPIC exerce as três funções principais que cabem na competência administrativa do Estado, ou seja, as funções de **regulação**, de **licenciamento** e de **fiscalização**.

A par destas atribuições, a nova orgânica vem consagrar e clarificar as atribuições e competências que o Instituto já vinha exercendo no âmbito da contratação pública, de que se salienta a definição do quadro jurídico-legal da atividade (designadamente mediante a preparação de diplomas legais), a representação institucional do país junto de instâncias europeias e internacionais, o exercício do poder sancionatório em sede das empreitadas de obras públicas, o reporte estatístico à Comissão Europeia, a coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e a gestão de instrumentos indutores da transparência e *accountability* em sede de contratos públicos (portal BASE e Observatório das Obras Públicas).

Do mesmo modo, a nova lei orgânica enuncia que a definição das orientações estratégicas e a fixação de objetivos para o IMPIC nas matérias respeitantes à reabilitação urbana, bem como o acompanhamento da sua execução, são articulados entre os membros do Governo responsáveis pelas áreas das infraestruturas, do ambiente e do ordenamento do território.

No que respeita à **função regulatória**, cabe-lhe definir as regras a que tem de obedecer os agentes que pretendam aceder aos mercados da construção e do imobiliário e neles permanecer. Estas regras consubstanciam-se, designadamente, nos requisitos que se entendem imperiosos para cumprir os referidos fundamentos de segurança e de proteção do consumidor, e que consistem, no essencial, *i)* na competência técnica; *ii)* na capacidade económica e financeira; e *iii)* na idoneidade.

Entendem-se como integrando ainda a **função regulatória** do IMPIC as seguintes competências que lhe cabem:

- A **dinamização de iniciativas estratégicas** com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do sector, de que é exemplo a constituição em 25 de outubro de 2011, da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), da qual o IMPIC foi o grande impulsionador, aproximando as empresas do sector, as Universidades e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Os respetivos órgãos sociais foram eleitos em 23 novembro de 2011, ficando a caber ao IMPIC a presidência da mesa da Assembleia Geral.

De referir que este projeto datava de 2004 (data em que foi lançada a Plataforma Tecnológica Europeia da Construção – *European Construction Technological Platform*).

- A **produção de informação estatística** e análises sectoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes respetivos, de que são exemplo a produção de análises sectoriais, de relatórios sobre os agentes do sector, sobre a evolução dos agentes ao longo do tempo, com o propósito de disseminação de rácios e boas práticas entre os agentes no mercado.
- A **representação de Portugal** junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector.
- A **coordenação com a Autoridade da Concorrência** (AdC) na aplicação da Lei da Concorrência no sector da construção e do imobiliário.
- O **desenvolvimento de ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária** para a resolução de conflitos emergentes das atividades do sector da construção e do imobiliário e dos contratos públicos, de que é exemplo a proposta já apresentada à tutela de criação de um Centro Especializado de Arbitragem e Mediação.
- A aprovação trimestral de indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de **revisão de preços** em contratos de empreitada de obras públicas.

No que respeita à **função licenciadora**, compete ao IMPIC atribuir os títulos habilitantes para o exercício das atividades cuja regulação lhe está cometida. Estes títulos habilitantes são os Alvarás e os Certificados para a fileira da construção e as Licenças de Mediação Imobiliária para a fileira do imobiliário. De realçar ainda os poderes de emissão de declarações e registos para o exercício de atividade em Portugal por parte de empresas estrangeiras.

Relativamente à **função fiscalizadora**, cabe ao IMPIC, em matéria de competências originárias, a função de **fiscalizar as atividades da construção e do imobiliário**, em termos, essencialmente, de poder averiguar:

- Da subsistência, no seio dos agentes respetivos, dos requisitos que levaram à sua habilitação e licenciamento;
- Do exercício (ilegal) das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

Associados aos poderes de fiscalização, cabem ao IMPIC **poderes sancionatórios**, resultantes, regra geral, da atividade fiscalizadora, mas também em consequência de queixas, reclamações e denúncias endereçadas ao Instituto pelos consumidores em geral, ou por outras entidades públicas.

Como **atribuições não originárias do IMPIC** no âmbito da aplicação das políticas públicas, passaram a caber ao IMPIC, nos anos de 2007 e 2008, novas atribuições que a seguir se discriminam.

Ao nível do Livro de Reclamações, o IMPIC foi incumbido de fiscalizar **a obrigatoriedade de existência e disponibilização de Livro de Reclamações** em estabelecimentos de empresas de construção civil, mediação imobiliária, promoção imobiliária, administração de condomínios e de avaliação imobiliária. O IMPIC é ainda competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento daquela obrigatoriedade.

Ao nível da **prevenção e combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo**, no que respeita às transações imobiliárias, foi conferida ao IMPIC a competência para fiscalizar, em articulação com a Procuradoria-Geral da República e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, o cumprimento dos deveres que recaem sobre as entidades que exerçam atividades imobiliárias, nomeadamente no que respeita às transações imobiliárias em que intervenham, com vista à prevenção e combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo. O IMPIC é, ainda, competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento destes deveres.

Ao nível da **contratação pública**, o Código dos Contratos Públicos e as portarias que o regulamentam vieram conferir ao IMPIC atribuições e competências legais nesta área, competências agora clarificadas com a publicação da nova orgânica do IMPIC, de que se destacam:

- A apresentação de propostas legislativas e regulamentares relacionados com os contratos públicos e formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos
- A participação nas equipas de representação técnica nacional em matéria de contratos públicos junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- A definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão da matéria;
- O licenciamento, a monitorização e a fiscalização das plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;
- A produção de relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;
- A análise de queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário.
- A conceção e gestão do portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>)



- A conceção e gestão do Observatório das Obras Públicas (<http://www.base.gov.pt/oop/>) com nova versão lançada em maio de 2012;



- A gestão do “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;

- A instrução de processos de contraordenação e a aplicação de coimas por incumprimento das regras previstas no Código dos Contratos Públicos;
- O reporte estatístico, à Comissão Europeia, relativos aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes.

ÓRGÃOS

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, o IMPIC conta com a seguinte estrutura:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único;
- O Conselho Consultivo

CONSELHO DIRETIVO

O Conselho Diretivo é, nos termos da lei, composto por um presidente e por dois vogais.

O atual Conselho Diretivo foi designado por Despacho de 12 de setembro de 2013 de Sua Excelência o Ministro da Economia³, sendo constituído pelo Presidente, Dr. Fernando Oliveira Silva, e pelos Vogais, Dr. João Santiago Leão Ponce Dentinho e Dr. António Albino Pires de Andrade.

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela implementação das atribuições do IMPIC, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações do membro do Governo responsável pela área das infraestruturas.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

³ Despacho n.º 12136/2013, publicado no D.R., n.º 184, II Série, de 24 de setembro de 2013

O exercício destas funções é desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e do Ministro que tutela o IMPIC, no caso, a sociedade de revisores oficiais de contas “Esteves & Pinho”, representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho (ROC 989).⁴

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo, ainda por concretizar na prática, é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do IMPIC, e nas tomadas de decisão do respetivo Conselho Diretivo.

É constituído pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, que preside, e por um representante das seguintes entidades:

- Autoridade da Concorrência
- Direção-Geral do Consumidor
- Direção-Geral do Território
- Direção-Geral do Tesouro e Finanças
- Gabinete Nacional de Segurança
- Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
- Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
- Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S.A.
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Governo Regional dos Açores
- Governo Regional da Madeira
- Ordem dos Advogados
- Ordem dos Arquitetos
- Ordem dos Engenheiros
- Ordem dos Engenheiros Técnicos
- Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

⁴ Despacho Conjunto n.º 7390/2008, publicado no D.R., n.º 52, II, de 13 de março de 2008

Ao Conselho Consultivo compete:

- Apoiar o conselho diretivo na definição das grandes linhas de ação do IMPIC, I.P.
- Analisar a situação dos mercados do setor da construção e do imobiliário e da contratação pública, propondo soluções
- Pronunciar-se sobre o quadro normativo nacional e europeu relacionado com o setor da construção e do imobiliário e da contratação pública

No âmbito do conselho consultivo funciona a Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE), à qual compete:

- Propor os indicadores económicos a estabelecer para o cálculo da revisão de preços no âmbito das empreitadas de obras públicas
- Propor as fórmulas-tipo a aplicar em contratos de empreitada

A CIFE reúne trimestralmente, e tem a seguinte composição:

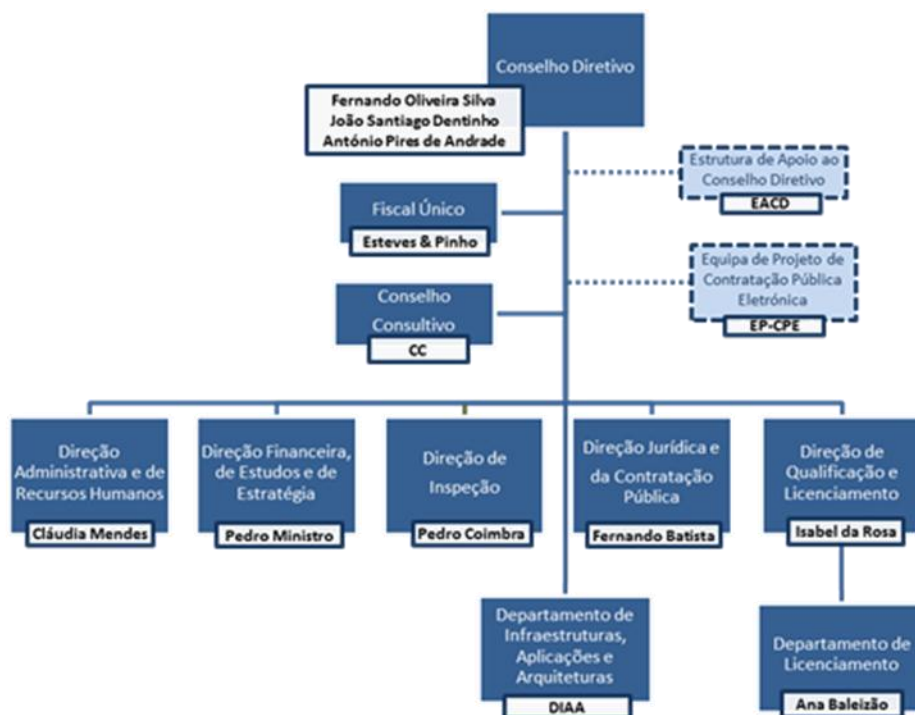
- O Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC, I.P., ou quem o substitua, que preside
- 1 Representante do Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- 1 Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P.
- 1 Representante do órgão ou serviço responsável pela área de estudos e estatística do Ministério que tutela o emprego
- 1 Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- 1 Representante do Governo Regional dos Açores
- 1 Representante do Governo Regional da Madeira

ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do IMPIC, estabelecida pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro⁵, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, ser criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

Durante o ano de 2015 foi criado o Departamento de Licenciamento (DLIC), unidade orgânica de nível II, que funciona na direta dependência da Direção de Qualificação e Licenciamento⁶. No organograma funcional do IMPIC, a estrutura prevista na referida legislação está representada a linha contínua, estando apresentadas a linha tracejada, as estruturas funcionais criadas pelo Conselho Diretivo.

Ilustração 1 - Organograma funcional do IMPIC, I.P.

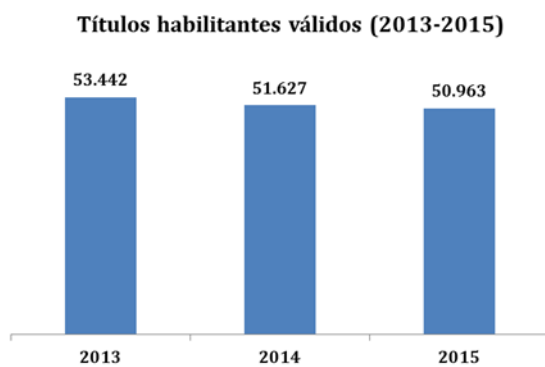


⁵ Ainda não foram aprovados os novos estatutos desde a publicação da nova lei orgânica (Decreto-Lei n.º232/2015, de 3 de junho).

⁶ Despacho n.º 2993/2015, DR n.º58 II série de 24 de março.

2. Síntese do ano

A atividade do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC), no ano de 2015, ainda foi marcada pela conjuntura que o país atravessa desde há alguns anos e pelo quadro de crise generalizada na União Europeia, sendo ainda visíveis as dificuldades dos agentes económicos do sector da construção e do imobiliário para o exercício da sua atividade, ainda que com sinais de uma ligeira recuperação. Também do lado da contratação pública, a contenção orçamental a que as entidades públicas têm sido vinculadas continuou a sentir-se durante o ano de 2015.



No âmbito da **qualificação dos agentes do sector da construção e do imobiliário**, no final de 2015, verificou-se a existência de 50.963 títulos habilitantes válidos, menos 1,3%, face a 2014, e menos 4,6%, face a 2013. À semelhança do ano anterior, esta redução deveu-se, essencialmente, ao número de empresas que não conseguiram revalidar o alvará de construção para o ano de 2015, por não cumprirem as condições mínimas de

permanência na atividade, designadamente, deter um valor de capital próprio positivo e possuir um quadro técnico a conferir capacidade técnica à empresa. Para além deste fator, verificou-se ainda uma redução de 27,5% na emissão de novos títulos de registo, face a 2014.

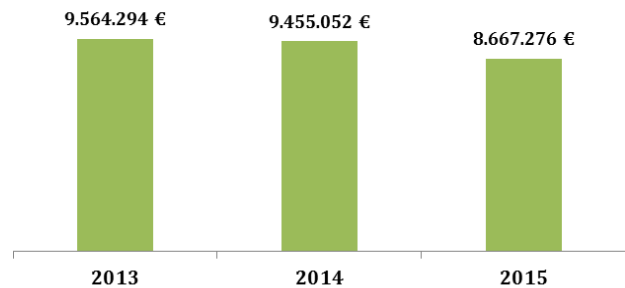
No entanto, apesar do número de títulos habilitantes válidos ter diminuído em 2015 face a 2014, registou-se um aumento de 2,8% no número de atos regulatórios efetuados, em 2015 (9.371), face a 2014 (9.115), tendo-se verificado, face a 2014, mais alvarás reclassificados (+26%), mais licenças de mediação imobiliária novas (+26,8%) e revalidadas (+102%).

Ao nível da **fiscalização**, em 2015, foram desencadeadas 563 ações de inspeção, abrangendo 113 concelhos e visando 983 empresas, tendo sido detetados 576 ilícitos. Comparativamente com o período homólogo de 2014, verificou-se uma diminuição de cerca de 16% no número de empresas fiscalizadas.

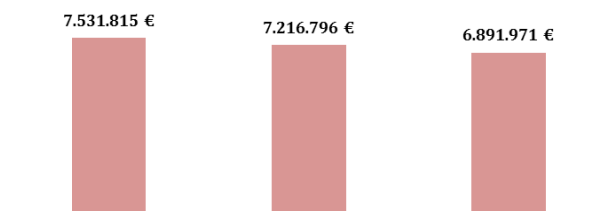
Relativamente ao **sancionamento** dos agentes do sector, foram instaurados 1.100 processos de contraordenação e concluídos 354. Destes, resultou a aplicação de 107 coimas, no valor total de 438.425€, o que corresponde a um acréscimo de receita emitida de 58,8%, face a 2014.

Apesar de se ter verificado um aumento de 2,8% no número de atos regulatórios efetuados em 2015, relativamente a 2014, o valor de receita total cobrada foi de 8.667.276 €, traduzindo uma diminuição de 8,3% face à receita arrecada no ano anterior. Para esta situação contribuiu a coincidência da entrada em vigor da nova lei da construção (Lei n.º 41/2015, de 3 de junho) e da posterior publicação da portaria de taxas (Portaria n.º261-A/2015, de 27 de agosto), obrigando à alteração do sistema de informação de apoio à atividade da qualificação, do que resultou algum atraso conjuntural na emissão de novos títulos habilitantes.

Receita arrecadada (2013-2015)



Despesa efetuada (2013-2015)



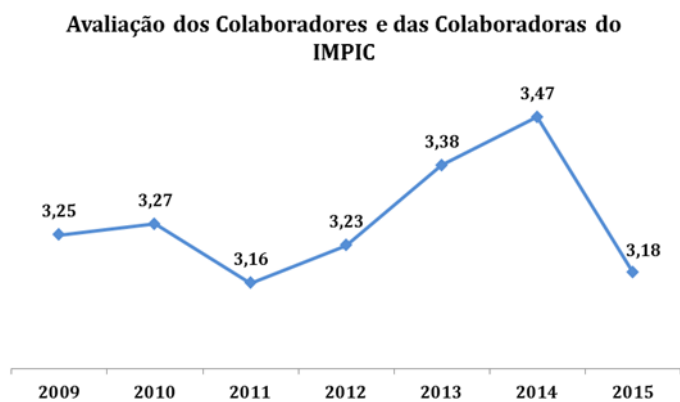
Ao nível da despesa, no ano de 2015 existiu uma forte contenção, permitindo que esta ascendesse apenas a 6.891.971€, o que representou uma diminuição de 4,5% e de 8,5%, face ao verificado em 2014 e 2013, respetivamente.

No âmbito do **quadro regulatório**, no setor da construção destaca-se a publicação da nova lei da construção, Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, que veio estabelecer o novo regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção (revogando o Decreto-Lei n.º12/2004 de 9 de janeiro) e a Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. Ao nível dos contratos públicos, é de destacar a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que veio regular a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e a nova lei orgânica do IMPIC (Lei n.º232/2015, de 13 de outubro), a qual veio reforçar as atribuições deste instituto no âmbito do acompanhamento e monitorização do domínio dos contratos públicos, tendo presente a coerência com os novos poderes de governação, tal como se encontram plasmados nas Diretivas dos Contratos Públicos de 2014 (Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014).

Ao nível da **gestão interna**, em março de 2015, foi criado o Departamento de Licenciamento (DLIC), unidade orgânica de nível II, que funciona na dependência da Direção de Qualificação e Licenciamento conforme Despacho n.º 2993/2015, publicado em Diário da República, II série, n.º 58, de 24-03-2015.

Em 2015, no âmbito do portal oficial dos contratos públicos (portal BASE), foram realizadas 7 ações (workshops) de sensibilização e esclarecimento às entidades adjudicantes que visaram promover, esclarecer e inclusive com uma componente de sessão de treino no registo de relatório no portal. As sete ações efetuaram-se em 2 localidades, Óbidos e Lisboa.

Num ano em que se verificou uma intensa movimentação de pessoal (entraram 13 novos colaboradores e saíram 21), registou-se no inquérito de opinião realizado em 2015, junto dos colaboradores, um índice global de satisfação de 3,18 pontos, correspondendo a uma classificação qualitativa de “Pouco Satisfeito”.



3. Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar

3.1. Envolvente Macroeconómica

Contextualização

A economia portuguesa em 2015 apresentou já sinais de recuperação mais sustentados na sua atividade, após a implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011 e concluído em maio de 2014.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que em 2014, o PIB registou uma variação positiva, desde a chegada da *Troika*, marcando também o regresso ao crescimento do consumo privado. E em 2015, consolidou esta variação positiva, com uma taxa de crescimento de 1,5%.

No setor da construção alguns indicadores indiciam uma possível recuperação após 13 anos consecutivos de quebras. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de -2,5%, tendo no ano anterior registado cerca de -8,9%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga de 4,1% e de 3,7%, do VAB das empresas de construção, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE.

O emprego no setor acompanhou esta evolução com um crescimento de 0,6% correspondendo a 277,5 mil indivíduos. O peso do setor da construção no emprego total equivale a 6,1%.

Este contexto macroeconómico também teve repercussões ao nível dos agentes económicos licenciados pelo IMPIC. As licenças para o setor da construção e do imobiliário não apresentaram reduções tão drásticas como em 2013 e 2012.

Assim sendo, na área da construção, no final de 2015, o número de agentes económicos com licença válida para a atividade da construção diminuiu 1.238 (-2,5%), face a 2014.

Os detentores de alvará registaram uma diminuição de -1,3% (252 agentes) e os detentores de Títulos de Registo, uma diminuição de -3,4% (986 títulos) em relação a 2014.

Na área do imobiliário, verificou-se um aumento de 574 empresas de mediação imobiliária, o que representou uma variação de 16,8%, face a 2014.

O Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2015, a evolução do PIB, apresentou uma variação positiva de 1,5%, variação já mais sustentada no seguimento das reduções verificadas em 2012 e 2013.

Esta evolução resultou do contributo da procura interna (passando de 2,2% em 2014 para 2,4% em 2015), refletindo uma aceleração do consumo privado.

Ilustração 2 - Composição do Produto Interno Bruto - dados encadeados em volume (base 2011)

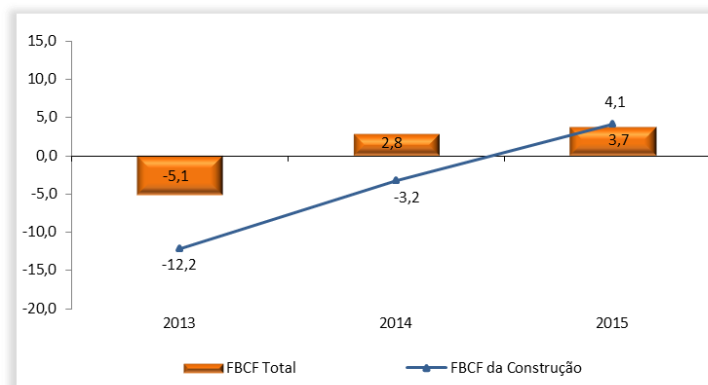
Taxa de variação anual %	2012	2013	2014	2015
Despesas de Consumo Final	-5,0	-1,4	1,6	2,2
Formação Bruta de Capital	-18,1	-5,1	5,5	3,6
Procura Interna	-7,3	-2,0	2,2	2,4
Exportações	3,4	7,0	3,9	5,1
Importações	-6,3	4,7	7,2	7,3
PIB	-4,0	-1,1	0,9	1,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (29 de fevereiro de 2016)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Segundo os dados estatísticos do INE, a Formação Bruta de Capital Fixo em 2015 registou um aumento de 3,7% na sequência de variações negativas registadas desde 2009. Em 2014 já tinha registado uma variação positiva de 2,8% e em 2015 consolidou esta variação. Esta aceleração deveu-se principalmente à recuperação da FBCF no setor da construção, que passou de uma taxa de variação de -3,2% em 2014 para um crescimento de 4,1%.

Ilustração 3 - Formação Bruta de Capital Fixo - Taxa de variação homóloga (%)

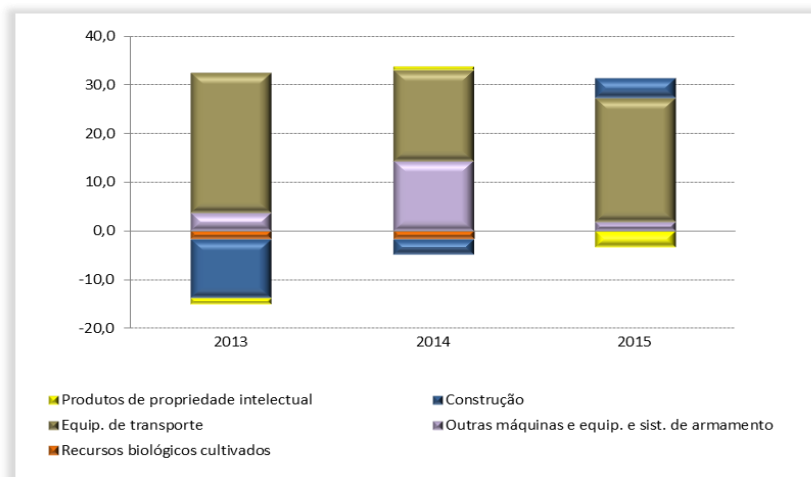


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (29 de fevereiro de 2016)

Refira-se que em 2012 e 2013 a FBCF no segmento da construção apresentou variações negativas muito significativas, -20% e -12,2% respetivamente

A FBCF em Equipamento de Transporte também contribuiu para a aceleração da FBCF Total, passando e um aumento de 18,8% em 2014 para 25,4%.

Ilustração 4 - Formação Bruta de Capital Fixo por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)

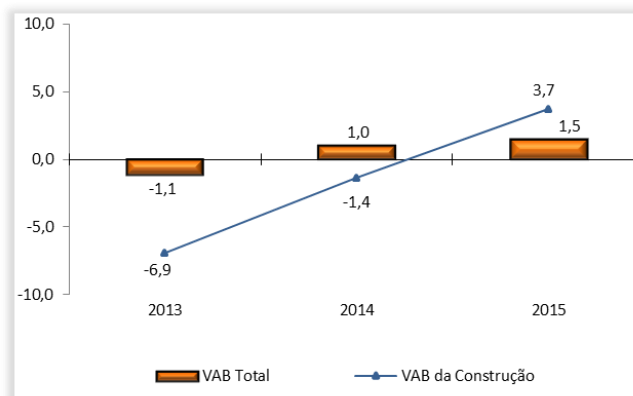


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (29 de fevereiro de 2016)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

À semelhança dos indicadores macroeconómicos anteriores, também o VAB apresenta uma evolução positiva de 3,7% em 2015. Também no segmento da construção, este indicador, registou em termos reais uma taxa de variação positiva de 1,5%, após vários anos de variações negativas.

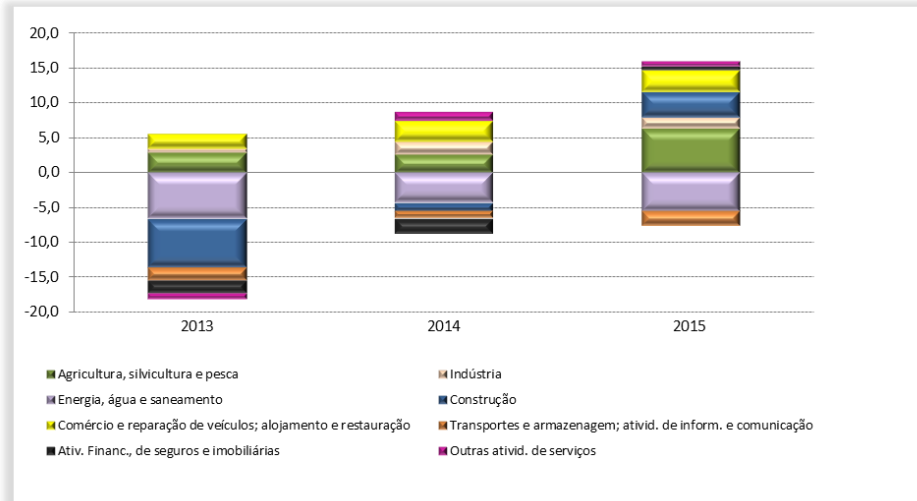
Ilustração 5 - Valor Acrescentado Bruto - taxa de variação homóloga (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (29 de fevereiro de 2016)

Observa-se pelo gráfico e comparando com outros segmentos de atividade e com os anos anteriores que em 2015, o VAB no sector da construção apresentou taxas de variação positivas.

Ilustração 6 - Valor Acrescentado Bruto por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)

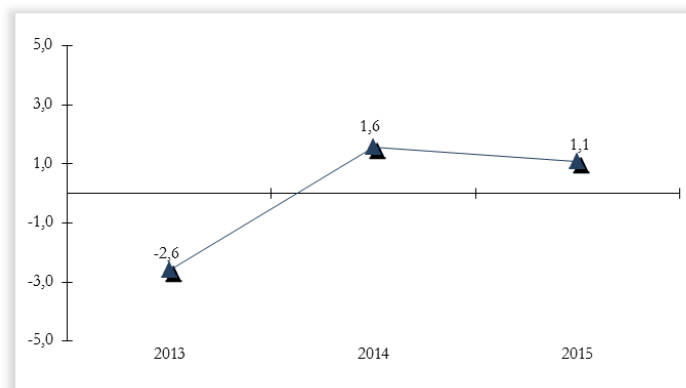


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (29 de fevereiro de 2016)

O Emprego

No seguimento do ritmo de 2015, também 2015 apresentou um aumento da população empregada, registando uma taxa de variação de 1,1%, totalizando 4.548,7 mil indivíduos registando um acréscimo de 49,2 mil indivíduos. A taxa de desemprego desagravou ligeiramente passando de 13,9% em 2014 para 12,4% em 2015, traduzindo-se numa diminuição de cerca de 79,5 mil indivíduos.

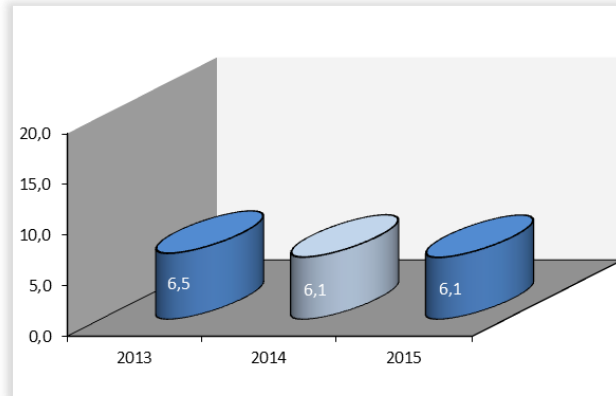
Ilustração 7 - População empregada - variação homóloga (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Estatísticas do Emprego (4º trimestre de 2015)

O emprego no setor da construção, após anos de sucessivas diminuições, viu em 2015 um aumento de 0,6% comprando com o ano anterior, totalizando cerca de 1,7 mil indivíduos. Este sector representa 6,1% no emprego total tal como em 2014.

Ilustração 8 - Peso do emprego na construção no emprego total (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Estatísticas do Emprego (4º trimestre de 2015)

3.2. Quadro Regulamentar

LEGISLAÇÃO PUBLICADA EM 2015

3.2.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Foram publicados os seguintes diplomas diretamente relacionados com o Instituto:

- Decreto-Lei n.º 4/2015 - Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-0766041468 - No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento Administrativo
- Lei n.º 14/2015 - Diário da República n.º 32/2015, Série I de 2015-02-1666528823 - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno
- Lei n.º 15/2015 - Diário da República n.º 32/2015, Série I de 2015-02-1666528824 - Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.os 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro
- Decreto-Lei n.º 36/2015 - Diário da República n.º 47/2015, Série I de 2015-03-0966689603 - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2015
- Despacho n.º 2993/2015 - Diário da República n.º 58/2015, Série II de 2015-03-2466835287 - Designação em regime de substituição para o cargo de Chefe do Departamento de Licenciamento, cargo de direção intermédia de 2.º grau, da licenciada Ana Cláudia António Baleizão Oliveira Faneco
- Deliberação n.º 376/2015 - Diário da República n.º 59/2015, Série II de 2015-03-2566837155 - Cessação da comissão de serviço no cargo de direção intermédia de 1.º grau da licenciada Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso

- Louvor n.º 140/2015 - Diário da República n.º 60/2015, Série II de 2015-03-2666855738 - Louvor público conferido à Dr.ª Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso
- Deliberação (extrato) n.º 495/2015 - Diário da República n.º 69/2015, Série II de 2015-04-0966950101 - Nomeação em regime de substituição do licenciado Fernando Miguel dos Santos Batista, no cargo de Diretor da Direção Jurídica e da Contratação Pública
- Despacho n.º 4097/2015 - Diário da República n.º 79/2015, Série II de 2015-04-2367060018 - Subdelegação de competências, no âmbito da atividade contraordenacional da competência do InCI, I. P., no Dr. Fernando Miguel dos Santos Batista, Diretor da Direção Jurídica e de Contratação
- Decreto-Lei n.º 76/2015 - Diário da República n.º 91/2015, Série I de 2015-05-1267191200 - Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Economia
- Despacho (extrato) n.º 5411/2015 - Diário da República n.º 99/2015, Série II de 2015-05-2267282426 - Consolidação definitiva da mobilidade na carreira e categoria de Técnico Superior de Sandra Cristina Amado de Carvalho
- Despacho (extrato) n.º 5410/2015 - Diário da República n.º 99/2015, Série II de 2015-05-22 - Consolidação definitiva da mobilidade na carreira e categoria de Técnico Superior de Nuno Miguel Gonçalves Gomes
- Despacho (extrato) n.º 10808/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série II de 2015-09-2970393159 - Consolidação definitiva da mobilidade de Manuel José Varela Mendes na categoria e carreira de Técnico Superior
- Despacho (extrato) n.º 10807/2015 - Diário da República n.º 190/2015, Série II de 2015-09-2970393158 - Consolidação definitiva da mobilidade de Sandra Cristina da Costa Ribeiro Gonçalves Machado na categoria e carreira de Assistente Técnico
- Despacho n.º 11056/2015 - Diário da República n.º 194/2015, Série II de 2015-10-0570437625 - Autoriza o gozo de licença especial para o exercício de funções de consultora na Fundação Macau, Governo da Região Administrativa Especial de Macau, à licenciada Maria José Cardeano de Freitas Bessa, inspetora superior, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia

- Decreto-Lei n.º 232/2015 - Diário da República n.º 200/2015, Série I de 2015-10-1370641446 - Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
- Decreto-Lei n.º 251-A/2015 - Diário da República n.º 246/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-12-1772930094 - Aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional
- Decreto-Lei n.º 253/2015 - Diário da República n.º 254/2015, Série I de 2015-12-3072970622 - Estabelece o regime de execução orçamental duodecimal entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016

3.2.2. Atividades Reguladas

Foram publicados os seguintes diplomas relacionados com a generalidade dos sectores de atividade regulados pelo Instituto:

3.2.2.1. Atividade de Construção

- Aviso n.º 3/2015 - Diário da República n.º 1/2015, Série II de 2015-01-0266006157 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2014, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Aviso n.º 2980/2015 - Diário da República n.º 56/2015, Série II de 2015-03-2066813867 - Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2014
- Portaria n.º 113/2015 - Diário da República n.º 78/2015, Série I de 2015-04-2267051498 - Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março
- Portaria n.º 115/2015 - Diário da República n.º 80/2015, Série I de 2015-04-2467072252 - Primeira alteração à Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua

emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

- Aviso n.º 5586/2015 - Diário da República n.º 99/2015, Série II de 2015-05-2267282424 - Fixa os índices ponderados de custos de mão de obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Lei n.º 40/2015 - Diário da República n.º 105/2015, Série I de 2015-06-0167356985 - Estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- Lei n.º 41/2015 - Diário da República n.º 107/2015, Série I de 2015-06-0367377968 - Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção, e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro
- Aviso n.º 8852/2015 - Diário da República n.º 156/2015, Série II de 2015-08-1269993408 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
- Portaria n.º 261-A/2015 - Diário da República n.º 167/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-08-2770128919 - Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás, e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção, e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 251/2015, de 25 de Novembro - Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpôs a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios

- Aviso n.º 14869/2015 - Diário da República n.º 248/2015, Série II de 2015-12-2172939079 - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2015, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

3.2.2.2. Atividade de Mediação Imobiliária

3.2.2.3. Contratação Pública

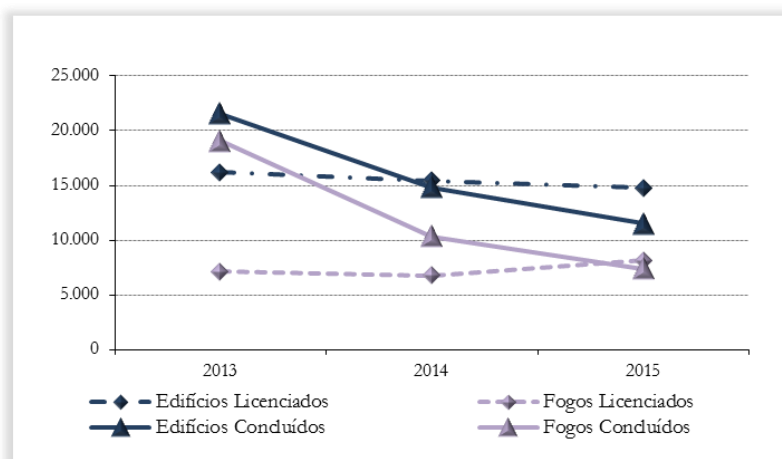
- Despacho n.º 2969/2015 - Diário da República n.º 58/2015, Série II de 2015-03-2466818455 - É constituído um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar e apresentar ao Governo, até 31 de maio de 2015, o anteprojeto de diploma que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2014/23/UE, relativa à adjudicação de contratos de concessão, n.º 2014/24/UE, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE e n.º 2014/25/UE, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais
- Lei n.º 96/2015 - Diário da República n.º 159/2015, Série I de 2015-08-1770017225 - Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho
- Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A - Diário da República n.º 253/2015, Série I de 2015-12-2972970600 - Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores

4. Evolução e Desenvolvimento Setorial

Este ponto tem por objetivo selecionar pontos-chave para a caracterização da evolução e desenvolvimento do setor regulado.

Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas

Ilustração 9 -- Número de obras licenciadas e concluídas 2015



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2015)

Pela análise do gráfico, constata-se que o número de edifícios licenciados apresentou um decréscimo ligeiro no último ano. Em termos homólogos, 2015 teve uma diminuição de cerca de 4,3% em relação a 2014 no número de edifícios licenciados correspondendo a um decréscimo de cerca de 672 edifícios. No mesmo sentido, o número de edifícios concluídos registou também uma variação negativa de cerca de 22,6% em relação a 2014 correspondendo a um decréscimo de cerca de 3,3 mil edifícios.

Ilustração 10 - Número de obras licenciadas e concluídas em 2015

	Obras Licenciadas ¹ em 2015					Obras Concluídas ² em 2015				
	1º T	2ºT	3ºT	4ºT	Total	1º T	2ºT	3ºT	4ºT	Total
Edif. Resid. e não Resid.	3.930	3.700	3.516	3.637	14.783	3.192	2.878	2.791	2.623	11.484
Edif. Resid.	1.493	1.508	1.445	1.510	5.956	1.224	1.072	1.116	1.040	4.452
Fogos	1.864	1.993	2.036	2.260	8.153	2.224	2.006	1.649	1.515	7.394

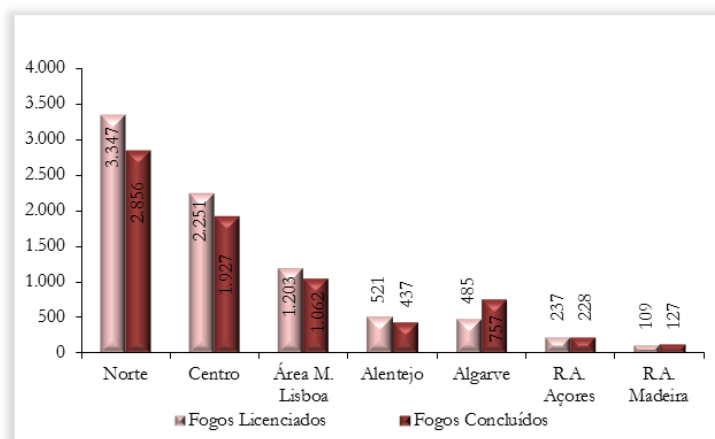
¹ Construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² Construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2015)

Em Portugal, no ano de 2015, foram licenciados cerca de 14,7 mil edifícios, dos quais 5,9 mil correspondem a edifícios residenciais. O número total de fogos licenciados em construções novas foi cerca de 8,1 mil, registando um aumento de cerca de 20% em relação a 2014.

Ilustração 11 - Número de fogos licenciados e concluídos em 2015



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2015)

O Norte do país é a região com maior número de fogos licenciados e concluídos, seguida da região Centro e da Grande Lisboa. Juntas, estas três regiões representam mais de 80% dos fogos licenciados em Portugal.

Taxa de juro implícita

A taxa de juro média anual, em 2015 fixou-se em 1,269%, diminuindo 0,187 p.p. face à taxa verificada em 2014, observando-se uma redução contínua desde 2011. No destino de financiamento *Aquisição de Habitação*, a taxa de juro média reduziu 0.19 p.p. fixando-se em 1,276%.

Ilustração 12 - Taxa de juro no crédito à habitação (%) – valores médios anuais

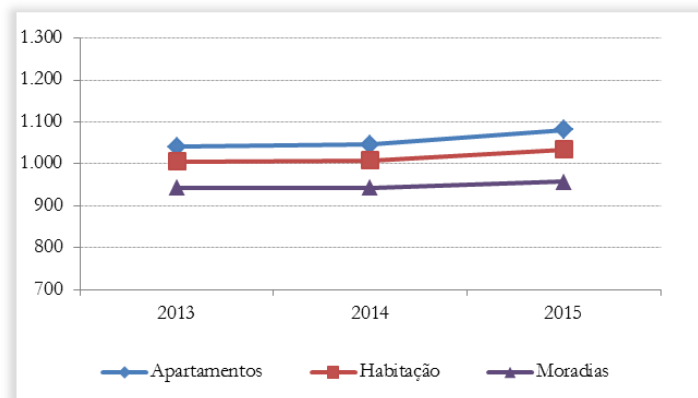
	Total	Aquisição
2013	1,442	1,463
2014	1,456	1,466
2015	1,269	1,276

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez. de 2015)

Valores médios de avaliação bancária

Em termos anuais, o valor médio de avaliação bancária para a habitação em 2015 foi de 1.034 euros/ m², traduzindo-se num acréscimo de 2,6% face a 2014. Também nos segmentos dos apartamentos e nas moradias verificam-se acréscimos de 3,3% e 1,5% respetivamente.

Ilustração 13 - Valores médios anuais da avaliação bancária (euros/m²)



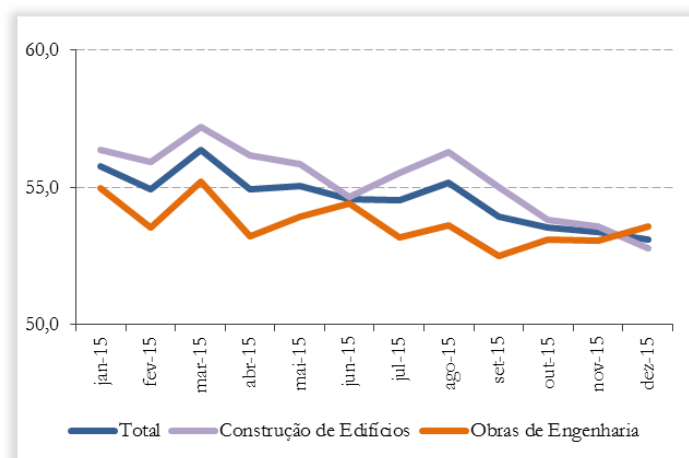
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez. de 2015)

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Índice de produção na construção

A produção na construção apresentou em 2015 uma redução de -2,5% (variação média de -8,9% em 2014). Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. A construção de edifícios apresentou, uma diminuição média anual de 2,6% e o segmento da engenharia civil, uma variação média de -2,3% (em 2014 este segmento tinha apresentado uma variação média de -10,2%).

Ilustração 14 - Índice de produção na construção

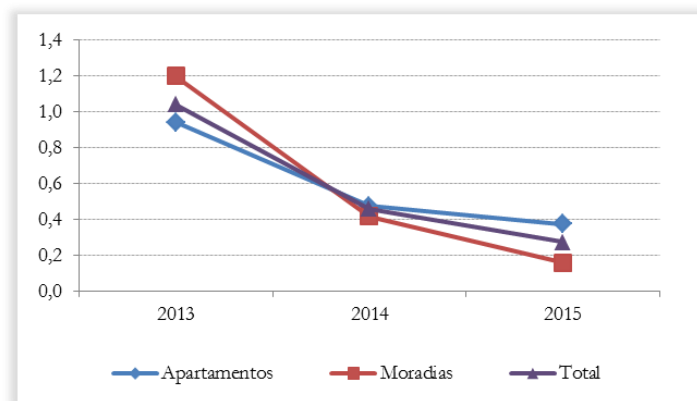


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez. de 2015)

Índice de custos de construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 0,3 em 2015. No último mês de 2015 este índice registou uma variação homóloga de 0,2% significando um acréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. A taxa de variação média anual do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 0,4% e para o segmento moradias foi de 0,2%.

Ilustração 15 – Variação média anual do Índice de custos de construção de habitação nova (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índice de custo de construção de habitação nova (Dez. de 2015)

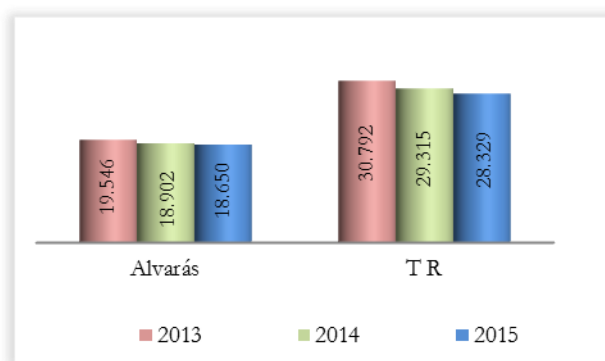
O tecido empresarial

A nova lei da construção, Lei n.º41/2015, de 3 de junho, veio estabelecer o novo regime aplicável ao exercício da atividade da construção, revogando o Decreto-Lei n.º12/2004, de 9 de janeiro, passando a existir o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Públicas (*Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas*) e o exercício da atividade de Empreiteiro de Obras Particulares (*Alvará de Empreiteiro de Obras Particulares e Certificado de Empreiteiro de Obras Particulares*).

Os Alvarás de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Alvarás no Decreto-Lei n.º12/2004, agora divididos em obra pública e obra particular e os Certificados de Empreiteiro de Obra Pública e de Obra Particular correspondem aos antigos Títulos de Registo, agora também divididos em obra pública e obra particular.

No final de 2015, existiam no sector da construção 18.650 empresas habilitadas com Alvará (atual Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas e de Obras Particulares) e 28.329 com Título de Registo (atual Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas e Obras Particulares).

Ilustração 16 - Títulos habilitantes no setor da construção

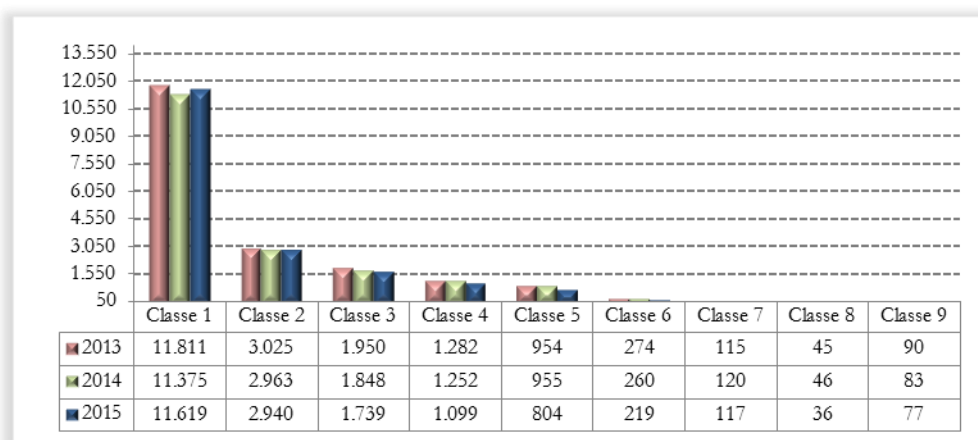


Fonte: IMPIC I.P.

Entre 2015 e 2014 assistiu-se a um decréscimo no número de empresas detentoras de Alvará e de Título de Registo, respetivamente -1,3% e -3,4%. O decréscimo no número de empresas detentoras de Título de Registo revela um cenário pouco favorável na atividade para os Empresários em Nome Individual e microempresas no sector da construção.

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se uma diminuição de alvarás na maioria das classes, com exceção das classes 1. No final de 2015, cerca de 60% (11.619) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1. Esta classe representa cerca de 62,3% do total das empresas registadas.

Ilustração 17 - Distribuição de empresas por classe de alvará - 2015

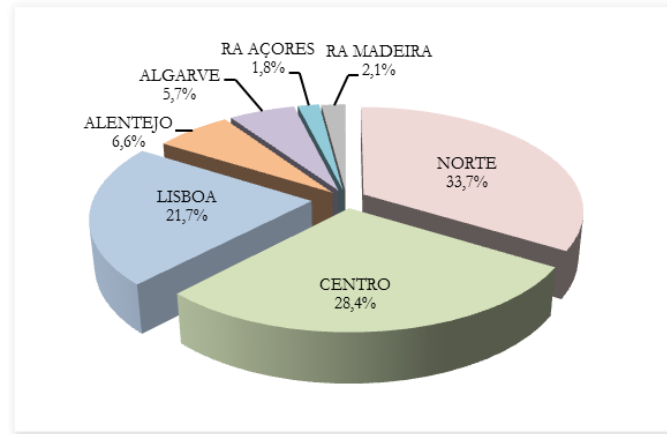


Fonte: IMPIC I.P.

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 33,7% e 28,4%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 18,8% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 14,4%.

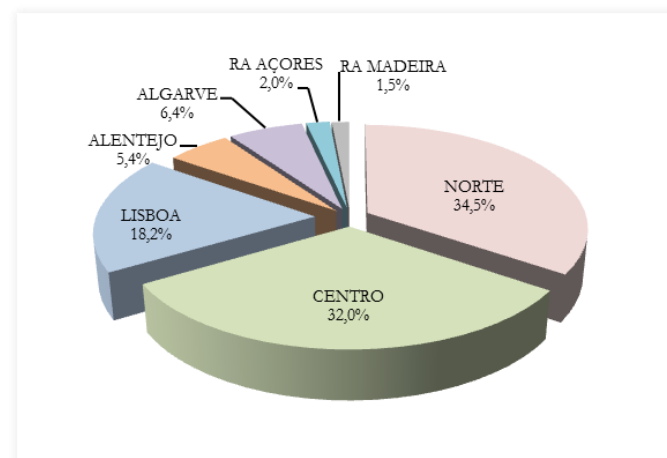
Ilustração 18 - Distribuição de alvarás por NUTS II – 2015



Fonte: IMPIC I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de Título de Registo. O Norte é detentor de 34,5% dos Títulos de Registo e o Centro, de 32%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,7% de empresas detentoras de Título de Registo e o Porto detém 14%.

Ilustração 19 - Distribuição de Títulos de Registo (Certificados) por NUTS II – 2015



Fonte: IMPIC I.P.

5. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto

5.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto

O IMPIC rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos, foram delineados para o IMPIC os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, os quais pretendem reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do sector da construção, do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do IMPIC focam – para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei – a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do sector da construção e do imobiliário.

Ilustração 20 - Princípios Orientadores da Gestão do IMPIC



5.2. Atividade Regulatória em 2015

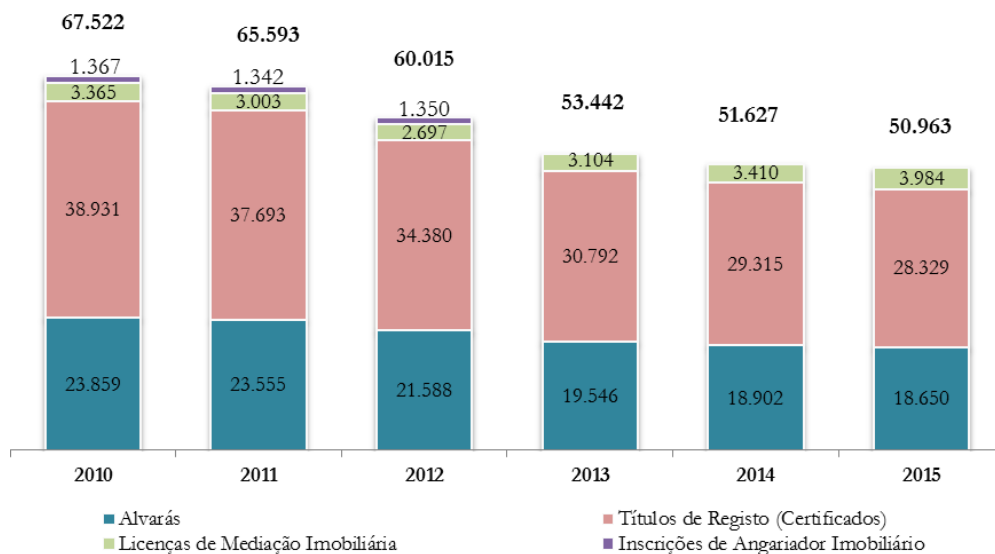
QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

A regulação do sector da construção e do imobiliário tem inerente a qualificação dos agentes que exercem a atividade da construção e da mediação imobiliária.

Nesse sentido, cabe ao IMPIC atribuir os respetivos *títulos habilitantes*, após a verificação das condições de acesso e permanência em cada uma das atividades reguladas.

No final de 2015, encontravam-se válidos 50.963 *títulos habilitantes*, dos quais 36,6% correspondiam a alvarás, 55,6% a títulos de registo (certificados) e 7,8% a licenças de mediação imobiliária.

Ilustração 21 – Títulos Habilitantes válidos (2010-2015)



Este número total de *títulos habilitantes*, verificado em 2015, confirma, assim, a tendência de diminuição verificada nos últimos seis anos, correspondendo a uma descida de 1,3%, face a 2014, e menos 4,6%, face a 2013.

Em contraciclo, o número de licenças de mediação imobiliária aumentou 16,8%, face a 2014, na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, que desregulou a atividade de angariação imobiliária.

Fileira da Construção

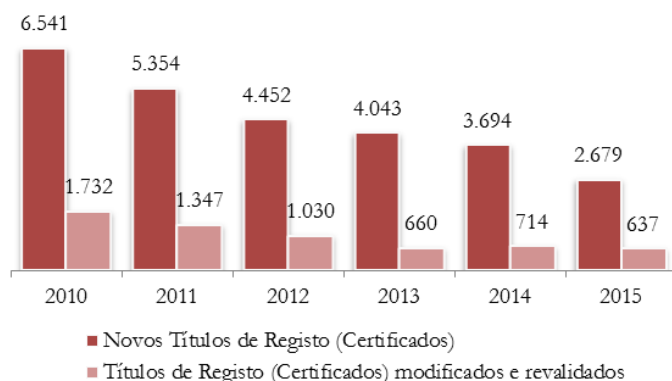
Durante o ano de 2015 foram concedidos 1.643 novos alvarás, correspondendo a uma diminuição de cerca de 11% relativamente a 2014 e reclassificados 1.245, correspondendo a um aumento de cerca de 26% face a 2014.

Ilustração 22 – Alvarás emitidos (2010-2015)



O mesmo verificou-se junto dos títulos de registo, tendo-se confirmado, em 2015, uma tendência decrescente na procura de novos títulos de registo (certificados) a que se vem assistindo nos últimos seis anos. Foram concedidos apenas 2.679 novos títulos, traduzindo uma diminuição de 27,5% e de 33,7%, face a 2014 e 2013, respetivamente.

Ilustração 23 – Títulos de registo (Certificados) emitidos (2010-2015)

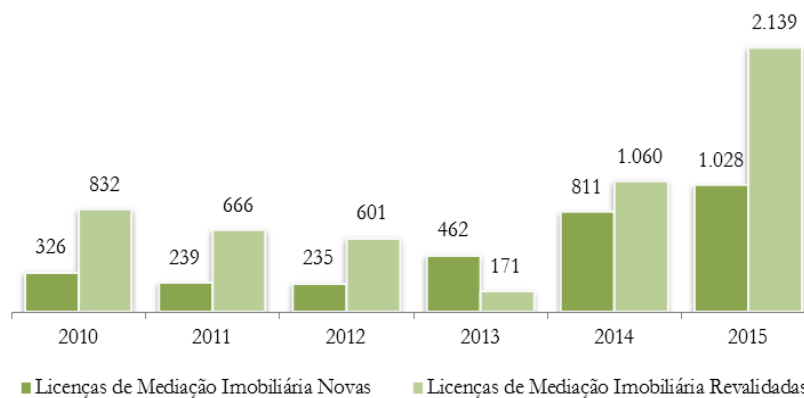


Quanto à emissão de títulos de registo na sequência da revalidação dos mesmos ou de pedidos de novas habilitações, em 2015, foram emitidos 637, registando uma diminuição de 10,8%, face a 2014.

Fileira do Imobiliário

Durante o ano de 2015 foram emitidas 1.028 novas licenças de mediação imobiliária, o que correspondeu a um aumento de mais de 26,8% face ao número de novas licenças emitidas em 2014.

Ilustração 24 – Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2010-2015)



Este aumento deve-se a uma maior procura de licenças de mediação imobiliária, porventura, por parte de profissionais que anteriormente exerciam a atividade de angariação imobiliária, entretanto desregulada, com a entrada em vigor da Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013.

Relativamente à revalidação das licenças de mediação imobiliária existentes verificou-se um aumento de 102%, em virtude do novo regime jurídico da atividade de mediação imobiliária passar a prever a revalidação anual, em vez de trienal, como anteriormente.

Atos Regulatórios⁷

Tendo em conta a emissão dos *títulos habilitantes* atrás referida, apurou-se, em 2015, um total de 9.371 atos regulatórios, mais 2,8% do que o verificado em 2014.

Atos Regulatórios	2014	2015	Δ
Alvarás	2.836	2.888	1,8%
Títulos de Registo (Certificados)	4.408	3.316	-24,8%
Licenças Mediação Imobiliária	1.871	3.167	69,3%
Total	9.115	9.371	2,8%

⁷ Considerando-se como atos regulatórios: alvarás (*novos + reclassificados*); títulos de registo (*novos + modificados + revalidados*); licenças de mediação imobiliária (*novas + revalidadas*), cartões de angariador imobiliário (*novos + revalidados*).

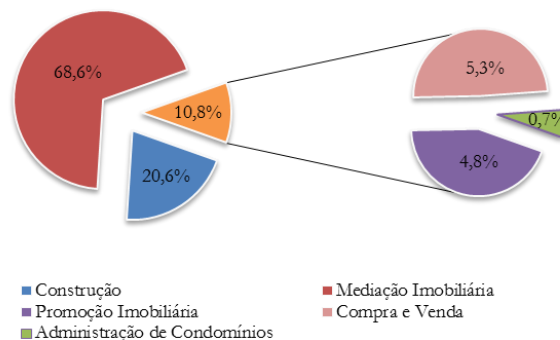
FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

Ações Inspetivas

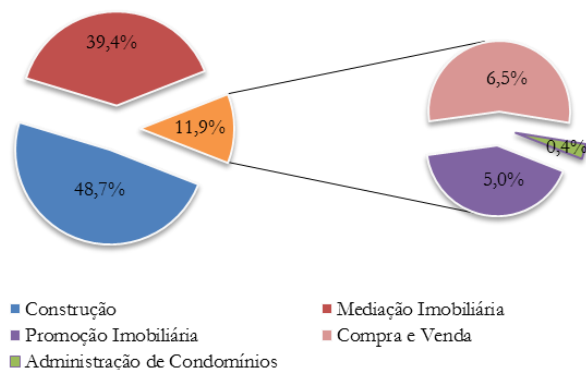
Durante o ano de 2015, foram realizadas 46 operações de fiscalização, em 16 distritos de Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

No âmbito dessas operações, e comprando com 2014 foram desencadeadas 563 ações de inspeção, das quais 116 na atividade da construção (-51%), 386 na de mediação imobiliária (+39,4%), 27 na atividade de promoção imobiliária (+286%), 30 na de compra e venda de imóveis (+650%) e 4 na atividade de administração de condomínios (+300%).

Ações de inspeção desencadeadas em 2015



Empresas inspecionadas em 2015



Nestas 563 ações de inspeção foram alvo de fiscalização 983 empresas, das quais 479 na atividade da construção (-46,6%), 387 na de mediação imobiliária (+49,4%), 49 na atividade de promoção imobiliária, 64 na de compra e venda de imóveis e 4 na atividade de administração de condomínios.

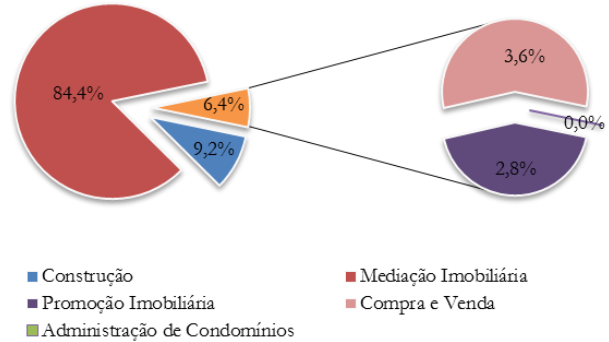
Verifica-se, assim, que apesar de se terem realizado mais ações inspetivas junto das mediadoras imobiliárias, a maioria das empresas inspecionadas exercem a atividade da construção, dado no mesmo estaleiro serem fiscalizadas várias empresas no âmbito da mesma ação de inspeção.

No que se refere à abrangência geográfica das 46 operações de fiscalização desencadeadas em 2015, foram realizadas operações em 92 concelhos de Portugal Continental, 7 na Região Autónoma da Madeira e 14 na Região Autónoma dos Açores, consumando um total de 113 concelhos, o que representa 37% do universo de 308 concelhos portugueses. Relativamente ao período homólogo de 2014, verificou-se, em 2015, um aumento de 7,2% no número de ações inspetivas, e uma diminuição de 16% no número de empresas fiscalizadas.

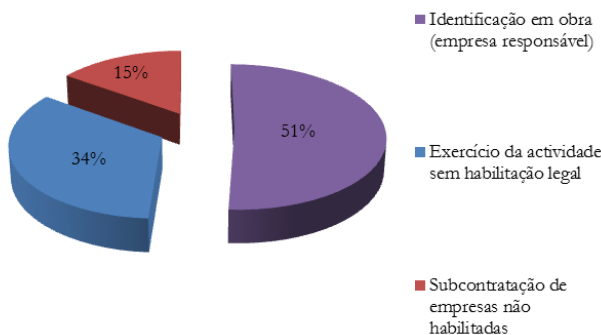
Ilícitos Detetados.

Nos 983 agentes visados por ações inspetivas, durante o ano de 2015, a grande maioria dos ilícitos foi detetada junto das empresas de mediação imobiliária (84,4%), seguidas das empresas de construção (9,2%), das empresas que exercem a atividade de compra e venda de imóveis (3,6%) e de promoção imobiliária (2,8%).

Ilícitos detetados em 2015 por atividade



Ilícitos detetados em 2015 - Construção



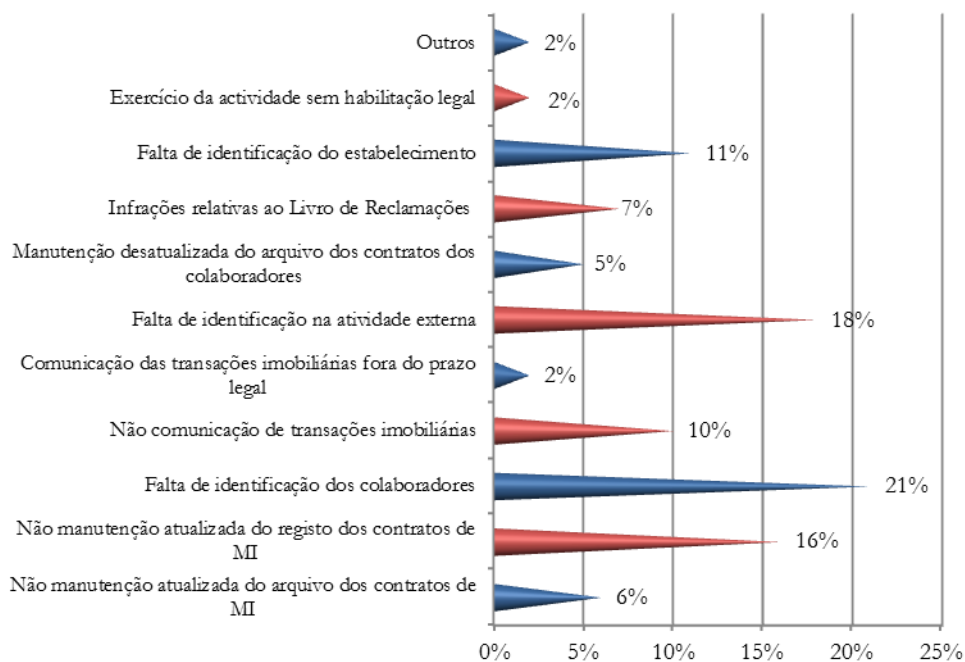
Na atividade da construção, verificou-se que a infração detetada com mais frequência foi a falta de placa identificativa da empresa responsável na área de acesso ao estaleiro de obra (contendo menção ao número de *título habilitante* e denominação social), representando 51% do total das infrações detetadas no terreno.

O segundo ilícito mais frequente, representando 34% do total das infrações, foi o exercício da atividade da construção sem habilitação legal (alvará ou título de registo).

De salientar que, no âmbito das operações de fiscalização, até ao ano de 2008, a infração detetada com mais frequência foi o exercício da atividade da construção por empresas não habilitadas para o efeito, e, por inerência, a subcontratação de empresas não habilitadas para o exercício da atividade.

Relativamente à atividade de mediação imobiliária, verificou-se que as infrações detetadas com mais frequência são a falta de identificação dos colaboradores, representando 22% das infrações registadas, falta de identificação na atividade externa (18%) e a não manutenção atualizada do registo de contratos de mediação imobiliária (16%).

Ilícitos detetados em 2015 - Mediação Imobiliária



No ano de 2012, as equipas de inspeção iniciaram o reporte dos casos de incumprimento das obrigações constantes da lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (Lei n.º 25/2008, de 05.06). Em 2015, foram detetados no terreno 51 casos relativos à não comunicação (obrigatória) das transações imobiliárias.

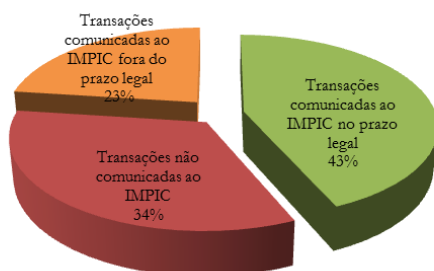
No que concerne ao exercício da atividade de mediação imobiliária por empresas não detentoras de licença AMI válida, no ano de 2015 (11) registou-se um aumento face a 2014 (4) quer em termos absolutos (potenciado pelo acréscimo de 49% do número de empresas inspecionadas nesta atividade), como em termos relativos ao ano (+1%).

Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo – Sector Imobiliário

No que respeita à área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi iniciado em 2014 o tratamento de dados relativos às transações imobiliárias verificadas no âmbito das ações inspetivas desencadeadas pelo IMPIC, nos termos da Lei n.º 25/2008, de 05/06.

Assim, no ano de 2015, analisada a amostra recolhida em sede de ação inspetiva (1.149 transações), verifica-se ainda uma relevante parcela de casos de transações imobiliárias não comunicadas (34%) e transações comunicadas fora do prazo legalmente estabelecido (23%), perfazendo um total de 57% no que respeita ao incumprimento desta obrigação.

Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2015

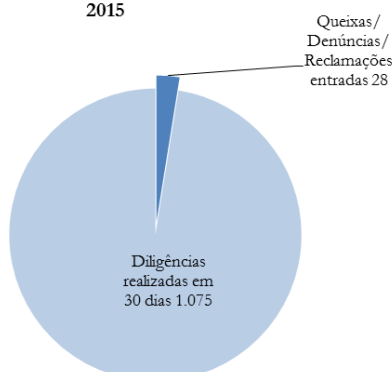


Cumpre destacar que, na sequência das ações inspetivas do IMPIC foram regularizadas 38% das transações não comunicadas.

Tratamento de queixas

Em 2015, foram remetidas ao IMPIC 1.103 queixas/denúncias/reclamações, sendo que 292 estavam relacionadas com a atividade da construção, 458 com a atividade da mediação imobiliária e 353 com a administração de condomínio. Das 1.103 queixas/denúncias/reclamações, foi efetuada a primeira diligência no prazo de 30 dias, em 97% dos casos, isto é 1.075.

Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2015



Para além das queixas/denúncias/reclamações, o IMPIC recebeu ainda 1.491 participações, das quais 1.246 relativas à atividade da construção e as restantes a atividades do imobiliário.

SANCIONAMENTO DOS AGENTES DO SECTOR

Em 2015 foram instaurados 1.100 procedimentos sancionatórios, 492 dos quais na fileira da construção e 608 na fileira do imobiliário, o que correspondeu a mais do triplo do efetuado em 2013



Ao nível da conclusão dos processos sancionatórios, foram finalizados 354 processos de contraordenação, menos 16,9%, face a 2014, e menos 48,8%, quando comparado com o ano de 2013.

5.3. Projetos e Atuação de Gestão

A atividade desenvolvida pelo IMPIC é anualmente compilada e sistematizada no Relatório de Atividades do Instituto, pelo que este ponto focará apenas as ações que se destacaram como as mais relevantes e que dão uma visão mais alargada das grandes linhas de atuação do IMPIC no decurso de 2015.

MECANISMOS DE AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

1 | Auscultação dos Agentes do Sector

Deu-se continuidade, em 2015, ao processo de aferição da imagem do Instituto junto dos agentes, realizado anualmente desde 2009, através da realização de um inquérito de satisfação junto das empresas detentoras de *título habilitante*, onde os vários agentes puderam, de forma confidencial, avaliar a prestação do Instituto em várias vertentes, nomeadamente, ao nível da sua contribuição para o desenvolvimento estratégico do sector da construção e do imobiliário, da sua eficiência e eficácia administrativas e dos seus serviços de apoio ao agente do sector;

2 | Auscultação dos Colaboradores e das Colaboradoras do IMPIC

Deu-se, igualmente, continuidade ao processo de audição dos colaboradores e das colaboradoras do IMPIC através da realização de um inquérito de satisfação, com o objetivo de os auscultar sobre o modo como percecionam a organização bem como aferir o grau de satisfação e de motivação sobre as atividades que desenvolvem.

DISPONIBILIZAÇÃO DE SUPORTES INFORMATIVOS

1 | Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (www.ptpc.pt)

Após a constituição da PTPC, em 2011, por impulso do IMPIC, este tem acompanhado e participado ativamente nos trabalhos desta associação, quer ao nível institucional - através da presidência da Assembleia Geral quer nos grupos de trabalho que pretendem promover a vigilância e previsão tecnológica, identificação de oportunidades, apoio no lançamento de iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), designadamente, «GT-Reabilitação» e «GT-Sistemas de Informação da Construção».

CONTRIBUIÇÃO PARA A BASE DE CONHECIMENTO DO SECTOR

1 | Valores do EBITDA das empresas de construção titulares de alvará, referentes aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014

O IMPIC promoveu a publicação, no seu portal, dos valores do EBITDA das empresas de construção titulares de alvará, referentes aos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, para efeitos de determinação da capacidade financeira nos termos do anexo IV ao Código dos Contratos Públicos (CCP).

2 | Relatório da Contratação Pública 2013

O Relatório da Contratação Pública 2013 foi elaborado e publicado no portal do IMPIC e no Portal BASE.

3 | Relatório sobre o Sector da Construção em Portugal em 2014

O relatório sobre a evolução do sector da construção em Portugal, durante o ano de 2014, foi divulgado no portal do IMPIC, dando continuidade ao que se tem procedido desde 2008;

4 | Relatório do Sector da Construção em Portugal - 2015, 1º Semestre

Com o intuito de disponibilizar informação sobre o sector, tão atualizada quanto possível, foi, ainda em 2015, publicado no portal do IMPIC o relatório semestral sobre o sector da construção em Portugal, referente ao 1º semestre do ano de 2015.

5 | Publicação dos Índices trimestrais CIFE

Ao longo do ano de 2015, foram disponibilizados no portal do IMPIC os índices trimestrais ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio, necessários à aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

Destaca-se ainda a participação do IMPIC nos grupos de trabalho europeus e nacionais a seguir discriminados:

GRUPOS EUROPEUS

01 | Comité Consultivo dos Mercados Públicos (CCMP)

O CCMP tem por objetivo dar apoio à Comissão Europeia na área dos mercados públicos. As posições tomadas neste Comité não vinculam o Estado a que pertencem, servindo, no entanto, para a Comissão Europeia elaborar documentos sobre as matérias em discussão, tendo em conta os contributos das diferentes

delegações dos Estados-Membros. A representação nacional deste Comité, cuja coordenação nacional fica a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros é assegurada pelo IMPIC para as questões relacionadas com obras públicas e pela Agência Nacional de Compras Públicas, para as questões relativas a fornecimentos de bens e serviços.

02 | Grupo *E-Procurement*

Este grupo de trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no CCMP, e destina-se a acompanhar a contratação eletrónica nos vários países e a sua adequação às diretivas sobre contratação pública, em termos de princípios e regras imperativas.

03 | Grupo Estatísticas

À semelhança do grupo de trabalho anterior, este é também resultando da atividade desenvolvida no CCMP, e pretende acompanhar as matérias relacionadas com o cumprimento das obrigações estatísticas dos Estados-Membros junto da Comissão Europeia.

04 | Public Procurement Network (PPN)

Rede semi-informal de resolução extrajudicial de conflitos em contratos públicos transfronteiriços. A representação nacional é assegurada por Pontos de Contacto Nacionais do IMPIC e da ANCP, coordenados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

05 | Grupo 1- “Stimulating investment in buildings' renovation and innovation”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista ao estímulo da atividade da construção na área da reabilitação urbana e inovação.

06 | Grupo 2-Skills & Qualifications

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover as competências e qualificações dos operários da construção a nível europeu-

07 | Grupo 3 “Sustainable use of Natural Resources”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover a sustentabilidade na construção a nível europeu.

08 | Grupo 4 “Internal market for both products and services”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista ao desenvolvimento do mercado interno.

09 | Grupo 5 “International competitiveness”

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista à promoção da competitividade internacional.

GRUPOS NACIONAIS

01 | Grupo de Trabalho para apuramento de lacunas e conflitos de normas no sector da construção e do imobiliário

Grupo responsável pela análise dos diplomas em vigor relativos ao sector da construção e do imobiliário, com vista a detetar lacunas e conflitos normativos e identificar eventuais correções a introduzir, cuja coordenação é assegurada pelo Presidente do Conselho Diretivo do IMPIC.

02 | Grupo de Trabalho para o Reconhecimento das Qualificações Profissionais

Grupo responsável pela implementação dos mecanismos necessários para assegurar o efetivo reconhecimento de qualificações profissionais previstas na Diretiva 2005/36/CE.

O IMPIC participa neste Grupo de Trabalho no âmbito das competências que lhe estão atribuídas relativas ao reconhecimento de qualificações profissionais – adquiridas noutros Estados Membros – nas atividades da mediação imobiliária e angariação imobiliária, em virtude da exigência e da aplicação do requisito de capacidade profissional.

03 | Secção de Inscrição e Classificação da Comissão de Gestão da “Marca de Qualidade LNEC”

Secção criada no âmbito Comissão da Marca de Qualidade LNEC, que tem por objetivo qualificar as empresas como gestores gerais da qualidade dos empreendimentos, com vista à sua certificação.

A certificação de empreendimentos com a Marca de Qualidade LNEC tem carácter voluntário e é facultada aos empreendimentos da construção públicos ou privados para os quais, no início do processo construtivo, os respetivos donos de obra requeiram a sua concessão.

04 | Conselho Sectorial para a Qualificação - Construção Civil e Urbanismo

Grupo de Trabalho técnico consultivo, com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes sectores de atividade e das necessidades de qualificações.

Compete ainda a este conselho sectorial apoiar a Agência Nacional para a Qualificação nos processos de atualização e desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações, nomeadamente na construção de perfis profissionais e nos correspondentes referências de formação e de reconhecimento, validação e certificação de competências.

05 | Equipa Interdepartamental do ME para a Igualdade de Género

Equipa que tem a missão de garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, e que detém as seguintes competências:

- a) Coordenar, dinamizar e acompanhar a implementação da integração da perspectiva de género em todas as políticas e programas do respetivo serviço;
- b) Promover a realização das medidas previstas em planos sectoriais para a igualdade e que respeitem à sua área de intervenção;
- c) Colaborar na concretização das medidas que comprometem o seu departamento governamental no âmbito da estratégia nacional para a igualdade.

06 | Grupo de Apoio ao Grupo de Ação Financeira da OCDE (GAFI)

Grupo de Trabalho, constituído em Maio de 2008 junto do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com a missão de avaliar o Sistema Português de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, no âmbito do GAFI, competindo-lhe preparar Relatórios de Avaliação periódicos.

07 | Grupo de Trabalho para promover a cooperação entre o IMPIC e as Associações do Sector da Construção

Foi constituído um grupo de trabalho com vista à revisão da cooperação estabelecida entre o IMPIC e a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e a AICCOPN- Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas.

08 | Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico

Foi dada continuidade à cooperação iniciada em 2011, quando o IMPIC passou a integrar a Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico.

09 | Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS)

Participação desde outubro de 2013 na Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS), constituída com vista a debater as medidas necessárias a uma divulgação e credibilização da geotermia de baixa entalpia em Portugal, bem como a promover o incremento dos vários temas que interessam ao desenvolvimento sustentável do aproveitamento geotérmico por bombas de calor, a verificação da coerência legislativa e das boas práticas internacionais com as qualificações que esses normativos impõem, e as necessidades em termos de formação dos técnicos e operários que intervêm nesta atividade.

10 | Nova Diretiva do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AMLD)

Participação num grupo de trabalho coordenado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças desde o início de 2013 na discussão da nova diretiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AMLD).

PROTOCOLOS

Durante o ano de 2015 o IMPIC celebrou os seguintes protocolos:

- Protocolo celebrado com o Departamento Central de Investigação e Ação Penal, no dia 27 de abril, com vista ao acesso direto do DCIAP aos elementos de informação que integram as bases de dados geridas pelo IMPIC, relativas aos títulos habilitantes de empresas de construção, contratos públicos e transações imobiliárias;
- Protocolo celebrado com o IRCOOP – Instituto Regulador da Construção Civil e Obras Públicas de Angola e AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, no dia 1 de

julho, visando a partilha de informação dos setores da construção e imobiliário no mercado português com o mercado angolano.

- Protocolo celebrado com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no dia 17 de setembro, no sentido de proporcionar aos estudantes da Universidade de Coimbra uma aproximação à vida ativa, através da realização de estágios.

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Em 2015 o IMPIC fez-se representar nos seguintes eventos:

- CONCRETA – Feira de Construção, Reabilitação, Arquitetura e Design, em novembro
- TEKTÓNICA – Feira Internacional de Construção e Obras Públicas, FIL, em maio
- SIL 2015 – 18ª Edição do Salão Imobiliário de Portugal, FIL, em Outubro

6. Recursos Humanos

A caracterização dos Recursos Humanos que compõe o efetivo do IMPIC está explanada no Balanço Social de 2015, sendo neste capítulo do presente relatório realizada uma súmula das suas principais características.

Número de Elementos Efetivos

Em 31 de dezembro de 2015, o IMPIC contava com 87 colaboradoras e 35 colaboradores, num total de 122 elementos efetivos, com a seguinte distribuição por grupo profissional:

Pessoal ao serviço do IMPIC, em 31 de dezembro de 2015

Grupo Profissional	N.º Elementos Efetivos	%
Direção Superior	3	2%
Direção Intermédia	6	5%
Técnico/a Superior	66	54%
Inspetor/a Técnico/a	12	10%
Coordenador/a Técnico/a	1	1%
Assistente Técnico/a	31	25%
Assistente Operacional	3	2%
Total	122	100%

Registou-se, assim, menos seis elementos efetivo, relativamente ao verificado no final de 2014, ficando ainda bastante aquém do número de efetivos aprovados no Mapa de Pessoal para 2015 (140).

Importa referir que 7 trabalhadores/as do IMPIC se encontravam a exercer funções noutros organismos da Administração Pública, encontrando-se ainda 3 elementos em situação de licença sem remuneração.

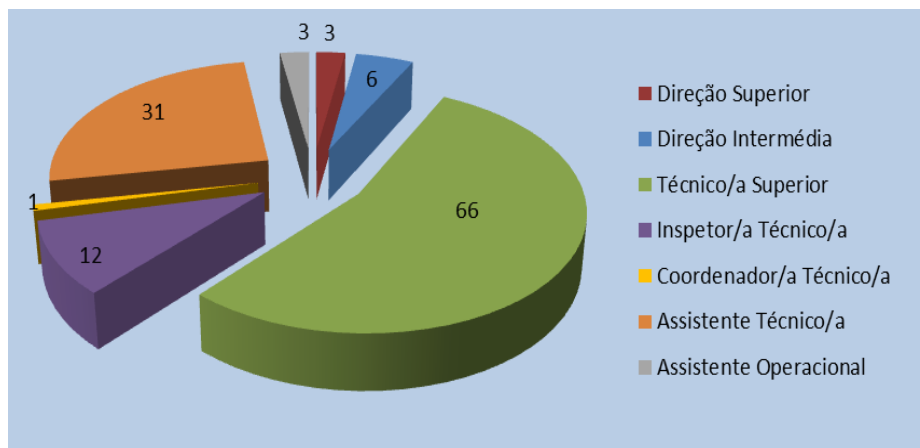
Vínculo Jurídico-Contratual

Do total dos elementos efetivos, 84 são titulares de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 12 têm nomeação definitiva, 9 encontram-se em comissão de serviço no âmbito da lei geral do trabalho em funções públicas e 17 encontram-se em regime de mobilidade interna.

Grupos Profissionais

Em relação à distribuição dos elementos efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, face ao respetivo total, os grupos técnico superior (66) e inspetor superior (12) representavam cerca de 64%, os grupos coordenador técnico (1), assistente técnico (31) e assistente operacional (3) cerca de 39% e os dirigentes cerca de 7%.

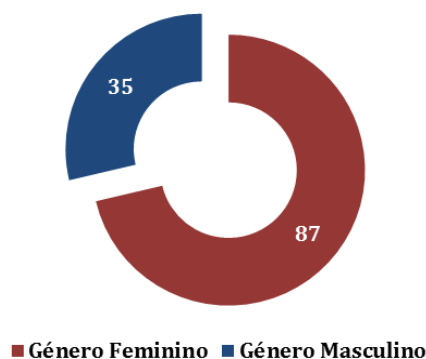
Distribuição dos elementos efetivos por grupo profissional



Género

Relativamente à distribuição dos elementos efetivos por género, existe, na maioria dos grupos profissionais, uma predominância do sexo feminino, traduzida numa Taxa de Feminização⁸ de 71,3% e, conseqüentemente, numa Taxa de Masculinização⁹ de 28,3%.

Distribuição dos Efetivos por Género



⁸ Taxa de Feminização = mulheres/efetivos x 100

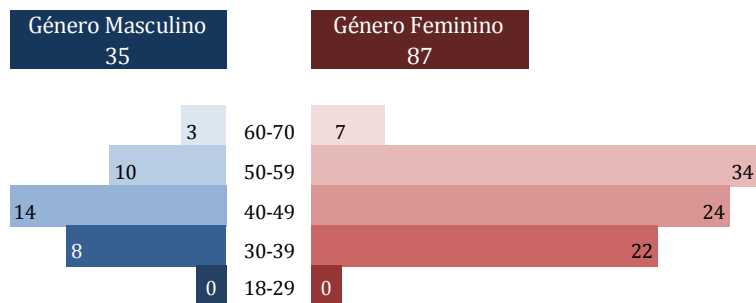
⁹ Taxa de Masculinização = homens/efetivos x 100.

Estrutura Etária

O nível etário médio¹⁰ dos elementos efetivos do IMPIC situa-se nos 47 anos.

O intervalo maior, com 44 elementos efetivos (36,1%), está compreendido entre os 50-59 anos, sendo predominantemente feminino (77% para 23%).

Pirâmide Etária



Estrutura Habitacional

Dos 122 elementos efetivos, cerca de 63% possuem um mestrado, uma licenciatura ou um bacharelato (53 colaboradoras e 24 colaboradores).

Destes 77 elementos efetivos, 21 têm formação em Direito (27%), 18 em Economia (23%), 7 em Engenharia Civil (9%), sendo os 31 restantes formados noutras áreas.

O quando de pessoal IMPIC conta ainda com 29 colaboradoras e 10 colaboradores com o 12.º ano de escolaridade, bem como 5 colaboradoras e 1 colaborador com habilitações inferiores ao 12.º ano.

Índice de Tecnicidade

O Índice de Tecnicidade (sentido estrito)¹¹, conceito que procura medir o relevo das pessoas dotadas de habilitações técnicas no universo dos elementos efetivos, foi, em 2015, de 64%.

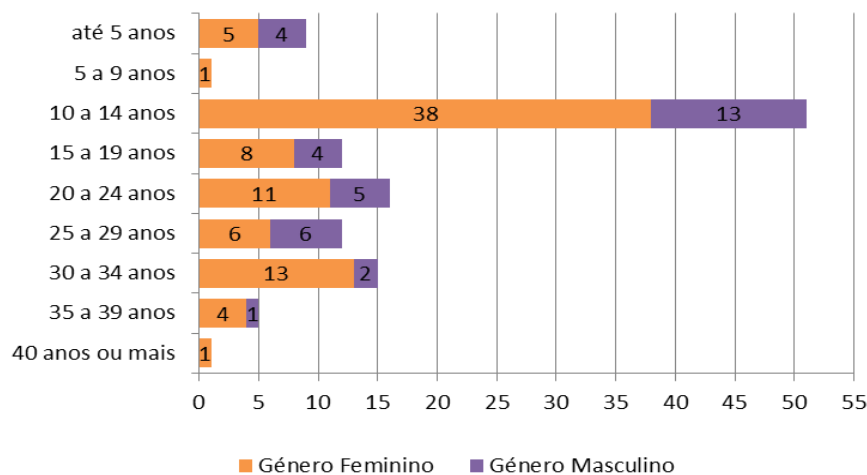
¹⁰ Nível Etário Médio = \sum Idades/efetivos.

¹¹ Índice de Tecnicidade (sentido estrito) = Técnicos Superiores/Efetivos (foram considerados para o cálculo deste indicador os 66 Técnicos Superiores e os 12 Inspetores Superiores).

Estrutura de Antiguidade na Administração Pública

O nível médio de antiguidade na Administração Pública¹² dos/as trabalhadores/as do IMPIC, em 31 de dezembro de 2015, era de 18 anos, destacando-se o grupo com antiguidade de 10 a 14 anos, composto por 38 colaboradoras e 13 colaboradores, que representam cerca de 42% do total de elementos efetivos.

Distribuição dos/as colaboradores/as segundo o nível de antiguidade



Formação Profissional

A formação profissional tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na qualificação e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, proporcionando-lhes formas e meios para a aquisição dos conhecimentos necessários às exigências atuais.

No âmbito do Plano de Formação Profissional para 2015 verificou-se a concretização de 37 ações de formação, 6 internas e 31 externas, que totalizaram 4.098 horas.

O pessoal técnico superior e de inspeção superior participaram em 3.210 horas de formação, os dirigentes em 335 horas e os restantes grupos profissionais, coordenadora técnica, assistentes técnicos/as e assistentes operacionais, em 553 horas.

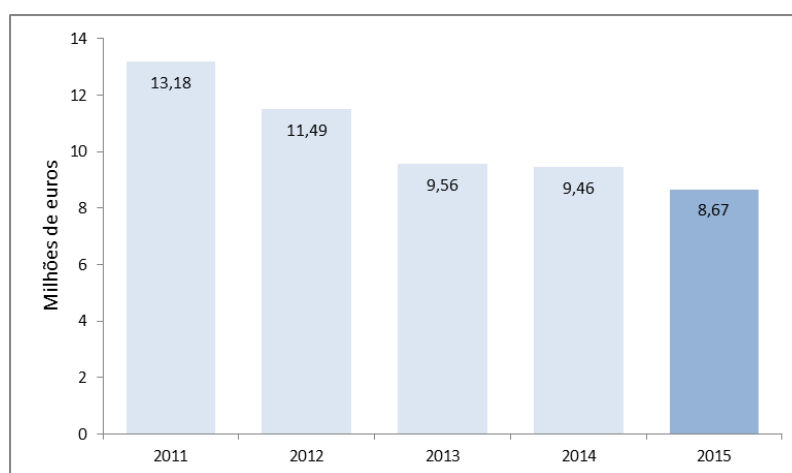
¹² Nível Médio de Antiguidade = \sum antiguidade/efetivos

7. Análise Económica e Financeira

7.1. Análise da Receita na ótica Orçamental

A receita arrecadada em 2015 atingiu o valor de 8.667.276 € (não considerando o saldo apurado na gerência anterior), o que representou um decréscimo de 8,3% em relação ao ano de 2014 e de 34,3% relativamente a 2011.

Ilustração 25 – Evolução das Receitas Orçamentais (2015/2011)



A receita total apurada ascendeu a 21.265.444,71 €.

Ilustração 26 - Receitas Orçamentais (2015/2014)

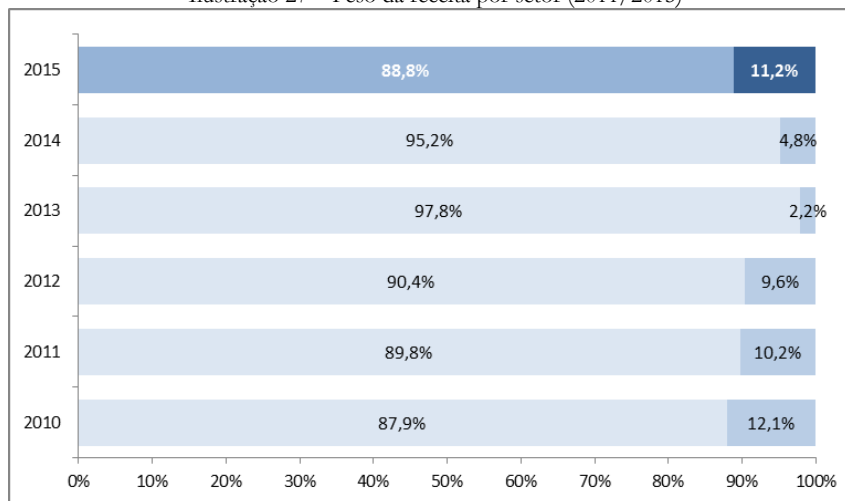
	2015	2014	Δ 2015/14
Taxas, Multas e outras Penalidades	8.655.832,59 €	9.373.153,05 €	-7,7%
Taxas	8.594.504,00 €	9.332.126,00 €	-7,9%
Juros e Coimas	61.328,59 €	41.027,05 €	49,5%
Transferências Correntes	7.010,61 €	77.829,28 €	-91,0%
Partic.Comun. em Project.Co-Financiados	- €	74.233,95 €	-100,0%
Transferências União Europeia	7.010,61 €	3.595,33 €	95,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.432,78 €	4.069,82 €	8,9%
Serviços - Outros	4.432,78 €	4.069,82 €	8,9%
Total da Receita	8.667.275,98 €	9.455.052,15 €	-8,3%

Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2015.

Nota: O total da receita não inclui as receitas extraorçamentais.

Por origem da receita, é do setor da construção que provém a maioria da receita, ainda que no ano de 2015 se tenha registado uma diminuição desse peso relativo face aos anos anteriores. Ainda assim, foi de 88,8% o peso das receitas provenientes do setor da construção.

Ilustração 27 – Peso da receita por setor (2011/2015)



Relativamente à execução orçamental da receita, verifica-se que a receita efetivamente cobrada no ano de 2013 representou uma taxa global de 90,6%, face às previsões corrigidas.

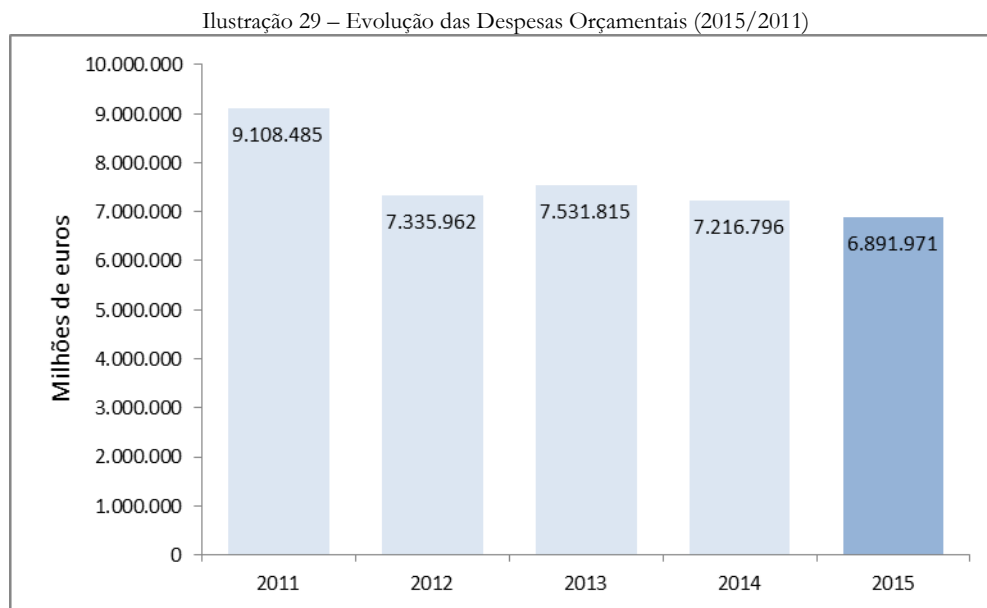
Ilustração 28 - Execução do Orçamento da Receita (2015)

	Previsões Corrigidas	Receita	Execução Orçamental
Taxas, Multas e outras Penalidades	9.557.742,00 €	8.655.832,59 €	90,6%
Taxas	9.514.815,00 €	8.594.504,00 €	90,3%
Juros e Coimas	42.927,00 €	61.328,59 €	142,9%
Transferências Correntes	2.200,00 €	7.010,61 €	318,7%
Partic.Comun. em Project.Co-Financiados	-	- €	-
Transferências União Europeia	2.200,00 €	7.010,61 €	318,7%
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.341,00 €	4.432,78 €	132,7%
Serviços - Outros	3.341,00 €	4.432,78 €	132,7%
Total da Receita	9.563.283,00 €	8.667.275,98 €	90,6%

Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2015

7.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental

A despesa efetivada na Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015 atingiu o valor de 6.891.971 €, o que correspondeu a um decréscimo de 4,5% relativamente ao verificado no exercício anterior, e de 24,3% face à despesa paga no ano de 2011.



Esta diminuição é explicada essencialmente pela variação das despesas com pessoal (-7,9%) e das transferências correntes (-38,1%). Em sentido oposto, registou-se um aumento de 11,5% nos gastos aquisição de bens e serviços (+11,5%) e com as aquisições de bens de capital (+73,3%).

Ilustração 30 - Despesas Orçamentais (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/14
Despesas com o Pessoal	3.667.551,07 €	3.983.269,34 €	-7,9%
Remunerações certas e permanentes	2.947.134,70 €	3.130.643,74 €	-5,9%
Abonos variáveis ou eventuais	30.850,57 €	111.430,02 €	-72,3%
Segurança Social	689.565,80 €	741.195,58 €	-7,0%
Aquisição de Bens e Serviços	2.348.116,75 €	2.105.953,12 €	11,5%
Aquisição de Bens	59.569,50 €	52.937,96 €	12,5%
Aquisição de Serviços	2.288.547,25 €	2.053.015,16 €	11,5%
Encargos Financeiros	96,41 €	-	-
Transferências Correntes	598.676,00 €	967.467,00 €	-38,1%
Outras Despesas Correntes	-	-	-
Aquisição de Bens de Capital	277.530,74 €	160.106,70 €	73,3%
Transferências de Capital	-	-	-
Total da Despesa	6.891.970,97 €	7.216.796,16 €	-4,5%

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2015

No caso das despesas com pessoal, é de referir que a diminuição acentuada com os gastos relativos a «Abonos variáveis ou eventuais», de deveu ao facto de não se ter repetido, no ano de 2015, qualquer despesa com o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Pública.

A despesa total do Agrupamento 02 - Aquisições de bens e serviços registou um aumento global de 11,5% (+242.163,63 €) relativamente ao ano de 2014. Este acréscimo ficou em grande parte a dever-se ao arrendamento do prédio sito na Av. Júlio Dinis, n.º 9, contíguo à sede, o que veio a representar aumentos nas rubricas 02.02.01 - Encargos das instalações (+87.709,23 €, isto é, +163%) e 02.02.04 - Locação de edifícios (174.674,18 €, +17%).

O agrupamento 04 - Transferências Correntes registou, em 2015, o valor de 598.676,00 € , significando um decréscimo de 38,1% relativamente ao ano anterior, devendo-se à não só à diminuição do valor das transferências para a Autoridade da Concorrência como pela ausência das transferências para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para a resolução de necessidades urgentes de tesouraria daquele Organismo, que em 2014 atingiram os 250.000 €.

As aquisições de bens de capital, no valor de 277.531€, registaram um aumento de 73,3% relativamente ao verificado em 2014.

A taxa de execução da despesa no ano de 2015, líquida de cativos, foi de 83,9%, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Ilustração 31 - Execução do Orçamento da Despesa (2015)

	Previsões Corrigidas	Cativos	Despesa	Execução Orçamental
Despesas com o Pessoal	4.006.737,00 €		3.667.551,07 €	91,5%
Remunerações certas e permanentes	3.207.675,00 €		2.947.134,70 €	91,9%
Abonos variáveis ou eventuais	56.203,00 €		30.850,57 €	54,9%
Segurança Social	742.859,00 €		689.565,80 €	92,8%
Aquisição de Bens e Serviços	3.231.522,00 €	494.054,85 €	2.348.116,75 €	85,8%
Aquisição de Bens	101.245,00 €	13.450,35 €	59.569,50 €	67,9%
Aquisição de Serviços	3.130.277,00 €	480.604,50 €	2.288.547,25 €	86,4%
Encargos Financeiros	101,00 €		96,41 €	95,5%
Transferências Correntes	599.676,00 €		598.676,00 €	99,8%
Outras Despesas Correntes	223.146,00 €	223.146,00 €	- €	-
Aquisição de Bens de Capital	866.862,00 €		277.530,74 €	32,0%
Total da Despesa	8.928.044,00 €	717.200,85 €	6.891.970,97 €	83,9%

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2015

7.3. Situação Económica na ótica do POCP

No exercício de 2015 foram apurados proveitos num total de 9.701.654 €, quase exclusivamente constituídos por Proveitos Operacionais (9.694.644 €), originados, na quase totalidade (99,9%), pela emissão de taxas e coimas aplicadas no âmbito da regulação do sector da construção e do imobiliário.

Ilustração 32 - Proveitos (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/14
Vendas			
Impostos e taxas	9.694.644	10.398.896	-6,8%
Proveitos Suplementares			
Transferências e Subsídios Correntes		74.234	-100,0%
Proveitos Operacionais	9.694.644	10.473.130	-7,4%
Proveitos Financeiros			-
Proveitos Extraordinários	7.011	5.842	20,0%
Total de Proveitos	9.701.654	10.478.972	-7,4%

Este valor representa uma diminuição de 7,4% face ao ano anterior.

Quanto aos proveitos operacionais, verifica-se um decréscimo geral de 7,4%, relativamente ao apurado no exercício de 2014, devido à diminuição de receita com origem na Construção. Em sentido contrário, que no Imobiliário (+6,4%), quer no que respeita aos proveitos provenientes de contraordenações (+55,3%), verificou-se um aumento.

Ilustração 33 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/14
Construção	8.498.295	9.307.309	-8,7%
Imobiliário	1.086.516	1.020.846	6,4%
Contra-Ordenações	109.832	70.741	55,3%
Transferências e Subsídios Correntes		74.234	
	9.694.644	10.473.130	-7,4%

Os proveitos provenientes da construção continuam a ser os mais representativos, com 87,7% do total.

Relativamente aos custos, foi apurado, em 2015, um total de 6.774.551 €, inferior em 8,5% valor ao registado em 2014.

Ilustração 34 – Estrutura de custos (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/14
CMV			
FSE	2.198.867	2.086.864	5,4%
Custos com o pessoal	3.668.514	3.994.220	-8,2%
Transferências correntes	607.271	724.488	-16,2%
Amortizações e ajustamentos	256.106	292.437	-12,4%
Provisões		5.000	-100,0%
Outros custos operacionais	6.531	6.640	-1,6%
Proveitos Operacionais	6.737.289	7.109.649	-5,2%
Proveitos Financeiros	26.008	26.793	-2,9%
Proveitos Extraordinários	11.254	264.873	-95,8%
Total de Proveitos	6.774.551	7.401.315	-8,5%

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), verificaram um aumento de 5,4% relativamente ao exercício anterior, enquanto os custos com o pessoal registaram uma diminuição de 8,2%.

Ilustração 35 – Fornecimentos e Serviços Externos (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/2014
Rendas e Alugueres	1.251.560	1.035.699	20,8%
Comunicações	142.634	145.096	-1,7%
Deslocações e Estadas	67.735	78.453	-13,7%
Conservação e Reparação	186.868	345.029	-45,8%
Publicidade e Propaganda	46.960	29.317	60,2%
Limpeza, Higiene e Conforto	113.865	81.516	39,7%
Trabalhos Especializados	136.463	104.899	30,1%
Outros FSE	252.783	266.856	-5,3%
Total de FSE	2.198.867	2.086.864	5,4%

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apresentou um aumento de 5,4% face ao ano de 2014. Este acréscimo de custos ficou a dever-se principalmente ao arrendamento de um novo edifício (Av. Júlio Dinis, n.º 9) contíguo à sede do IMPIC. O valor acrescido (+215.861, isto é, +20,8%) foi superior ao acréscimo total dos FSE, para além dos encargos indiretos respeitantes aos consumos dos dois edifícios.

Em síntese, os proveitos operacionais registaram, no exercício de 2015, um decréscimo de 7,4% relativamente a 2014, parcialmente compensado por uma diminuição de 5,2% no que se refere aos custos operacionais.

Ilustração 36 – Resultado Líquido (2015/2014)

	2015	2014	Δ 2015/14
Proveitos Operacionais	9.694.644	10.473.130	-7,4%
Custos Operacionais	6.737.289	7.109.649	-5,2%
Resultados Operacionais	2.957.354	3.363.481	-12,1%
Resultados Financeiros	-26.008	-26.793	-2,9%
Resultados Extraordinários	-4.243	-259.031	-98,4%
Resultados Líquidos	2.927.103	3.077.657	-4,9%

Por força da evolução desfavorável dos Resultados Operacionais, também os Resultados Líquidos diminuíram em 4,9%, apresentando o valor de 2.927.103 €.

7.4. Situação Financeira

Após a degradação da estrutura financeira verificada em 2011, em resultado da obrigatoriedade da entrega de saldos de gerências anteriores, tendo provocado a existência de Fundos Próprios negativos, o Instituto tem vindo a recuperar a sua estrutura financeira, reforçando os Fundos Próprios.

Ilustração 37 – Estrutura Financeira (2015 a 2011)

	2015	2014	2013	2012	2011
Total do Ativo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Imobilizado	1,7%	1,8%	3,1%	6,0%	10,5%
Circulante	98,3%	98,2%	96,9%	94,0%	89,5%
Total do Passivo e Fundos Próprios	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Fundos Próprios	76,0%	67,0%	54,8%	38,7%	-13,2%
Passivo	24,0%	33,0%	45,2%	61,3%	113,2%

Em 2015, o Ativo do IMPIC apresentou a seguinte composição:

Ilustração 38 – Ativo (2015 a 2011)

	2015		2014		2013
	Ativo Bruto	Amort. E Ajust.	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
IMOBILIZADO	7.479.125	7.174.967	304.158	282.734	415.064
Imobilizações Incorpóreas	1.544.964	1.496.923	48.041	30.792	92.115
Imobilizações Corpóreas	5.934.161	5.678.044	256.117	251.942	322.949
CIRCULANTE	17.376.721		17.376.721	15.399.111	13.142.981
Existências	35.675		35.675	35.675	35.675
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.967.040		2.967.040	2.657.418	2.601.023
Títulos Negociáveis					
Depósitos Bancários e Caixa	14.280.112		14.280.112	12.612.268	10.437.015
Acrescimentos e Diferimentos	93.894		93.894	93.749	69.268
Total do Ativo	24.855.847	7.174.967	17.680.879	15.681.845	13.558.046

Face ao valor atingido em 2015, verificou-se um acréscimo de cerca de 12,7% no total de ativo líquido relativamente ao observado em 2014.

Relativamente aos Fundos Próprios e Passivo registaram-se os seguintes valores:

Ilustração 39 – Fundos Próprios e Passivo (2015 a 2013)

	2015	2014	2013
Património	11.408.184	11.408.184	11.408.184
Resultados Transitados	-899.012	-3.976.668	-6.791.411
Resultado Líquido do Exercício	2.927.103	3.077.657	2.814.743
Total dos Fundos Próprios	13.436.275	10.509.172	7.431.516
Provisões	35.000	35.000	32.247
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	1.453.540	1.569.626	1.564.514
Fornecedores, c/c	27.763	67.127	25.657
Fornecedores de Imobilizado, c/c			
Estado e Outros Entes Públicos	1.417.350	1.367.807	1.346.750
Outros Credores	8.427	134.692	192.106
Acrescimentos e Diferimentos	2.756.064	3.568.047	4.529.769
Acréscimos de Custos		577.159	563.128
Proveitos Diferidos		2.990.887	3.966.641
Total do Passivo	4.244.604	5.172.673	6.126.529
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	17.680.879	15.681.845	13.558.045

Em conclusão, o IMPIC apresenta uma situação financeira mais sólida, com predomínio de meios próprios que sustentam a sua autonomia financeira, depois daqueles se terem alterado substancialmente em 2010 e 2011 por motivos impostos legalmente (obrigatoriedade da entrega nos cofres do Estado dos saldos das gerências de 2009 e 2010) e, por isso, alheios à boa gestão interna do IMPIC.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2015, o total de Fundos Próprios registado no Balanço do IMPIC foi de 13.436.275 €, superior em 27,9% ao valor registado em 2014. A atividade operacional do IMPIC tem vindo a apresentar sempre resultados positivos, ascendendo o Resultado Líquido de 2015 a 2.927.103 €.

8. Perspetivas Futuras

Após a publicação da nova Lei Orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro), os principais desafios para o instituto no curto e médio prazo prendem-se com a adaptação à legislação relevante publicada durante o ano de 2015 – muito especialmente, as Leis nº 40/2015¹³, 41/2015¹⁴ e 96/2015¹⁵ - que modificou profundamente o quadro normativo das atividades da construção e das plataformas eletrónicas para a contratação pública.

O desafio está, pois, no ajustamento interno (sistemas de informação e apoio e organização da estrutura) e externo (relacionamento com o mercado). Acresce, ainda, a necessidade de promover a transposição das diretivas da contratação pública.

Lisboa, 19 de maio de 2016

O Conselho Diretivo,
O Presidente

(Fernando Oliveira Silva)

O Vogal

(João Santiago Leão Ponce Dentinho)

O Vogal

(António Pires de Andrade)

¹³ Que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.

¹⁴ Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.

¹⁵ Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública.

9. Demonstrações Financeiras

9.1. Balanço

9.2. Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PERÍODO HOMÓLOGO

31 de Dezembro de 2015

EUROS

POCP	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO				POCP	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO				
		2015		2014				2015		2014		
61	Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidas					71	Vendas					
	Mercadorias						Mercadorias					
	Matérias		0,00		0,00		Produtos					
62	Fornecimentos e serviços externos		2.198.867,33		2.086.864,26		72	Impostos, Taxas e Outros	9.694.643,54		10.398.895,93	
	Custos com o pessoal:											
641+642	Remunerações	2.915.225,05		3.097.889,51								
643 a 648	Encargos sociais:								9.694.643,54		10.398.895,93	
	Pensões						75	Trabalhos para a própria entidade				
	Outros	753.288,48	3.668.513,53	896.330,09	3.994.219,60		73	Proveitos suplementares				
63	Transferências correntes concedidas e prest.sociais	607.271,20		724.487,80			74	Transferências e Subsídios correntes obtidos		74.233,95		
66	Amortizações do imobil. corpóreo e incorpóreo	256.106,42		292.437,20			741	Transferências - Tesouro				
	Ajustamentos						742+743	Outras				
67	Provisões			5.000,00			76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
68	Outros custos e perdas operacionais	6.530,81	869.908,43	6.640,35	1.028.565,35				0,00		74.233,95	
	(A)		6.737.289,29		7.109.649,21		(B)		9.694.643,54		10.473.129,88	
68	Custos e perdas financeiras						78	Proveitos e ganhos financeiros				
	Outros	26.008,15	26.008,15	26.792,56	26.792,56		Outros		0,00		0,00	
	(C)		6.763.297,44		7.136.441,77		(D)		9.694.643,54		10.473.129,88	
69	Custos e perdas extraordinárias		11.253,60		264.873,41		79	Proveitos e ganhos extraordinários		7.010,61		5.842,06
	(E)		6.774.551,04		7.401.315,18		(F)		9.701.654,15		10.478.971,94	
88	Resultado líquido do exercício		2.927.103,11		3.077.656,76		RESUMO					
			9.701.654,15		10.478.971,94		Resultados operacionais: (B)-(A)=		2.957.354,25		3.363.480,67	
							Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		-26.008,15		-26.792,56	
							Resultados correntes: (D)-(C)=		2.931.346,10		3.336.688,11	
							Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		2.927.103,11		3.077.656,76	

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE

Fernando Oliveira da Silva

O VOGAL

João Santiago Leão Ponce Dentinho

O VOGAL

António Albino Pires de Andrade

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E
ESTRATÉGIA

Pedro Ministro

9.3. Controlo orçamental - Despesa

**7.1 - Controlo orçamental
Despesa**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

unidade: em euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Classificação Funcional	Classificação Económica		Act.	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental da despesa			
				Código AL Sub.	Designação					Do ano (10)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)		(16)=(12)-(7-8)*100		
Min. Sec. Cap. Div. Subdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(10)+(11)	(13)=(7)-(8)-(9)	(14)=(7)-(8)-(12)	(15)=(9)-(12)	(16)=(12)-(7-8)*100			
8	1	04	04	00	009 052	480	3031	02.02.13 00.00	Deslocações e estadas			2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	100,00%			
									Total do Subagrupamento 02:			2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	100,00%			
									Total do Agrupamento 02:			2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	100,00%			
									Total da Fonte de Financiamento 480:			2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	100,00%			
									50	3031	01.01.02 00.00	Orgãos sociais		124.305,00	0,00	123.715,20	589,80	99,53%	
											01.01.03 00.00	Pessoal dos quadros-reg. Função pública		1.163.834,00	0,00	1.081.038,91	82.795,09	92,89%	
											01.01.04 00.00	Pessoal dos quadros-reg. Cont. ind. Trabalho		1.147.052,00	0,00	1.044.987,13	102.064,87	91,10%	
											01.01.08 00.00	Pessoal aguardando aposentação		300,00	0,00	299,73	0,27	99,91%	
											01.01.11 00.00	Representação		42.212,00	0,00	39.555,99	2.656,01	93,71%	
											01.01.12 00.00	Suplementos e prémios		108.172,00	0,00	100.801,44	7.370,56	93,19%	
											01.01.13 00.00	Subsídio de refeição		216.136,00	0,00	171.553,84	44.582,16	79,37%	
											01.01.14 SF.00	Subsídio de férias		202.832,00	0,00	193.031,07	9.800,93	95,17%	
											01.01.14 SN.00	Subsídio de natal		202.832,00	0,00	192.151,39	10.680,61	94,73%	
												Total do Subagrupamento 01:		3.207.675,00	0,00	2.947.134,70	260.540,30	91,88%	
												01.02.02 00.00	Horas Extraordinárias		8.000,00	0,00	4.345,31	3.654,69	54,32%
												01.02.04 00.00	Ajudas de Custo		40.000,00	0,00	19.325,70	20.674,30	48,33%
												01.02.05 00.00	Abono para falhas		1873,00	0,00	1871,76	1,24	99,93%
												01.02.13 00.00	Outros suplementos e prémios		1000,00	0,00	0,00	1000,00	0,00%
												01.02.14 00.00	Out. ab. Numerário/espécie		5.330,00	0,00	5.307,80	22,20	99,58%
												Total do Subagrupamento 02:		56.203,00	0,00	30.850,57	25.352,43	54,89%	
												01.03.03 00.00	Subs familiar a crianças e jovens		2.102,00	0,00	1.322,71	779,29	62,93%
												01.03.05 A0.A0	Caixa Geral Aposentações		353.668,00	0,00	336.657,54	17.010,46	95,19%
												01.03.05 A0.B0	Segurança social		356.891,00	0,00	321.451,24	35.439,76	90,07%
												01.03.06 00.00	Acidentes em serviço e doenças profissionais		826,00	0,00	763,53	62,47	92,44%
												01.03.10 00.00	Outras despesas		12.596,00	0,00	12.595,20	0,80	99,99%
												01.03.10 PD.00	Parent. (event.maternidade, paternidade e adopção)		16.776,00	0,00	16.775,58	0,42	100,00%
												Total do Subagrupamento 03:		742.859,00	0,00	689.565,80	53.293,20	92,83%	
												Total do Agrupamento 01:		4.006.737,00	0,00	3.667.551,07	339.185,93	91,53%	
												02.01.02 00.00	Combustíveis e lubrificantes		16.272,00	3.690,00	6.627,07	5.954,93	52,67%
												02.01.04 00.00	Limpeza e Higiene		10.129,00	1.156,05	7.075,50	1.897,45	78,85%
												02.01.07 00.00	Vestúário e artigos pessoais		283,00	22,50	132,40	128,10	50,83%
												02.01.08 00.00	Material de escritório		30.543,00	2.766,60	15.044,54	12.731,86	54,16%
												02.01.09 00.00	Produtos químicos e farmacêuticos		100,00	15,00	0,00	85,00	0,00%
												02.01.14 00.00	Outro material-peças		3.923,00	3,75	1.317,70	2.601,55	33,62%
												02.01.16 00.00	Mercadorias para venda		25,00	3,75	0,00	2125	0,00%
												02.01.17 00.00	Ferramentas e utensílios		25,00	3,75	0,00	2125	0,00%
												02.01.18 00.00	Livros e doc. técnica		9.420,00	1.098,75	6.903,60	1.417,65	82,96%
												02.01.21 00.00	Outros bens		30.525,00	4.690,20	20.845,07	4.989,73	78,45%
												Total do Subagrupamento 01:		101.245,00	13.450,35	57.945,88	57.369,50	65,33%	

**7.1 - Controlo orçamental
Despesa**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

unidade: em euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Classificação Funcional	Classificação Económica		Act.	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental da despesa	
				Código AL Sub.	Designação					Do ano (10)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não Comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)		(16)=(12)/(7)*100
Min. Sec. Cap. Div. Subdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	
				02.02.01.00.00	Encargos das instalações		237.986,00	28.355,40	141.580,67	14.1580,67	0,00	14.1580,67	68.049,93	68.049,93	0,00	67,54%	
				02.02.02.00.00	Limpeza e Higiene		122.467,00	12.414,00	96.664,37	96.664,37	0,00	96.664,37	13.388,63	13.388,63	0,00	87,83%	
				02.02.03.00.00	Conservação de bens		38.506,00	4.172,40	32.826,71	32.826,71	0,00	32.826,71	1.506,89	1.506,89	0,00	95,64%	
				02.02.04.00.00	Locação de edifícios		1.363.165,00	183.097,50	1.174.427,50	1.174.427,50	0,00	1.174.427,50	5.640,00	5.640,00	0,00	99,52%	
				02.02.08.00.00	Locação de outros bens		122.446,00	7.761,90	68.314,59	68.314,59	0,00	68.314,59	46.369,51	46.369,51	0,00	59,57%	
				02.02.09.A0.00	Acesso à internet		15.633,00	1.130,25	7.452,02	7.452,02	0,00	7.452,02	7.050,73	7.050,73	0,00	51,38%	
				02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz		44.493,00	4.731,75	34.534,42	34.534,42	0,00	34.534,42	5.226,83	5.226,83	0,00	86,85%	
				02.02.09.D0.00	Comunicações Móveis		312.470,00	3.360,00	9.598,87	9.598,87	0,00	9.598,87	18.288,13	18.288,13	0,00	34,42%	
				02.02.09.F0.00	Outros Serv. de Comunicações		126.368,00	12.477,00	99.451,44	99.451,44	0,00	99.451,44	14.439,56	14.439,56	0,00	87,32%	
				02.02.10.00.00	Transportes		46.340,00	5.521,35	27.238,18	27.238,18	0,00	27.238,18	13.580,47	13.580,47	0,00	66,73%	
				02.02.11.00.00	Representação dos serviços		3.100,00	540,00	2.383,24	2.383,24	0,00	2.383,24	176,76	176,76	0,00	93,10%	
				02.02.12.A0.00	Estágios prof na AP-p/ o seguro prof dos estagiários		438,00	187,50	0,00	0,00	0,00	0,00	250,50	250,50	0,00	0,00%	
				02.02.12.B0.00	Outras - seguros não relacionados c/ estas situações		1.051,00	187,50	90,00	90,00	0,00	90,00	773,50	773,50	0,00	10,42%	
				02.02.13.00.00	Deslocações e estadas		122.226,00	110.163,30	65.863,38	65.863,38	0,00	65.863,38	45.346,32	45.346,32	0,00	59,22%	
				02.02.14.A0.00	Serviços de natureza informática		24.250,00	23.962,50	0,00	0,00	0,00	0,00	287,50	287,50	0,00	0,00%	
				02.02.14.B0.00	Outros		83.229,00	8.679,15	71.186,07	71.186,07	0,00	71.186,07	3.363,78	3.363,78	0,00	95,49%	
				02.02.15.A0.00	Tecnologia da informação e comunicação		10.300,00	300,00	9.750,00	9.750,00	0,00	9.750,00	250,00	250,00	0,00	97,50%	
				02.02.15.B0.00	Outras		27.857,00	6.600,00	17.306,05	18.306,05	0,00	18.306,05	3.950,95	2.950,95	-1.000,00	86,12%	
				02.02.16.00.00	Seminários, exposições e similares		7.813,00	1.350,00	5.926,21	5.926,21	0,00	5.926,21	536,79	536,79	0,00	91,69%	
				02.02.17.00.00	Publicidade		54.640,00	2.813,40	38.469,66	38.469,66	0,00	38.469,66	13.356,94	13.356,94	0,00	74,23%	
				02.02.18.00.00	Vigilância e segurança		18.128,00	39.600,00	104.517,54	104.517,54	0,00	104.517,54	37.162,46	37.162,46	0,00	73,77%	
				02.02.19.A0.00	Equipamento de informática / hardware		3.441,00	1.901,70	1.439,10	1.439,10	0,00	1.439,10	100,20	100,20	0,00	93,49%	
				02.02.19.B0.00	Software informático		24.189,50	65.351,55	156.712,60	156.712,60	0,00	156.712,60	19.830,85	19.830,85	0,00	88,77%	
				02.02.19.C0.00	Outros		48.087,00	7.085,55	33.909,35	33.909,35	0,00	33.909,35	7.092,10	7.092,10	0,00	82,70%	
				02.02.20.A0.00	Serviços de natureza informática		60.186,00	33.183,00	7.487,29	7.487,29	0,00	7.487,29	20.045,71	20.045,71	0,00	27,19%	
				02.02.20.C0.00	Outros		17.333,00	1.202,55	13.916,31	13.916,31	0,00	13.916,31	2.214,14	2.214,14	0,00	86,27%	
				02.02.22.00.00	Serviços de saúde		10.633,00	0,00	6.357,12	6.357,12	0,00	6.357,12	4.275,88	4.275,88	0,00	59,79%	
				02.02.24.00.00	Encargos de cobrança de receitas		312.910,00	1.680,00	25.340,87	25.340,87	0,00	25.340,87	4.270,13	4.270,13	0,00	85,58%	
				02.02.25.00.00	Outros serviços		49.846,00	11.942,25	34.803,69	34.803,69	0,00	34.803,69	3.100,06	3.100,06	0,00	91,82%	
				Total do Subagrupamento 02 :				3.128.077,00	480.604,50	2.287.547,25	2.288.547,25	0,00	2.288.547,25	359.925,25	359.925,25	-1.000,00	86,44%
				Total do Agrupamento 02 :				3.229.322,00	494.054,85	2.345.493,13	2.345.916,75	0,00	2.345.916,75	389.774,02	389.350,40	-423,62	85,77%
				03.06.01.00.00	Outros encargos financeiros		10,00	0,00	96,41	96,41	0,00	96,41	4,59	4,59	0,00	95,46%	
				Total do Subagrupamento 06 :				10,00	0,00	96,41	96,41	0,00	96,41	4,59	4,59	0,00	95,46%
				Total do Agrupamento 03 :				10,00	0,00	96,41	96,41	0,00	96,41	4,59	4,59	0,00	95,46%
				04.03.05.00.00	Autoridade da Concorrência		594.676,00	0,00	594.676,00	594.676,00	0,00	594.676,00	0,00	0,00	0,00	100,00%	
				Total do Subagrupamento 03 :				594.676,00	0,00	594.676,00	594.676,00	0,00	594.676,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
				04.07.01.00.00	Instituições s/ fins lucrativos		5.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 07 :				5.000,00	0,00	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	80,00%
				Total do Agrupamento 04 :				599.676,00	0,00	598.676,00	598.676,00	0,00	598.676,00	1.000,00	1.000,00	0,00	99,83%
				06.02.03.R0.00	Reserva		223.146,00	223.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 02 :				223.146,00	223.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
				Total do Agrupamento 06 :				223.146,00	223.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

**7.1 - Controlo orçamental
Despesa**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

unidade: em euro

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Classificação Funcional	Classificação Económica		Act.	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas			Diferenças		Grau de execução orçamental da despesa					
				Código AL Sub.	Designação					Do ano	De anos ant.	Total	Dotação não Comprometida	Saldo		Compromissos por pagar				
Mm.Sec.Cap.Div.Subdiv.				07.0107 B0.A0	Equip. de Inform-A.C.-SFA-Hardware		151988,00	0,00	33.842,96	33.842,96	0,00	33.842,96	118.145,04	118.145,04	0,00	22,27%				
				07.0107 B0.B0	Equip. de Inform-A.C.-SFA-Outros		424,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424,00	424,00	0,00	0,00%			
				07.0108 B0.A0	Software Informático - A.C. - SFA - Software de comunicações		1000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1000,00	1000,00	0,00	0,00%			
				07.0108 B0.B0	Software Informático - A.C. - SFA - Outros		658.594,00	0,00	192.125,49	192.125,49	0,00	192.125,49	466.468,51	466.468,51	0,00	29,77%				
				07.0109 B0.A0	Equipamento Administrativo - A.C. - SFA - Hardware de Comunicações		50.500,00	0,00	48.451,15	48.451,15	0,00	48.451,15	2.048,85	2.048,85	0,00	95,94%				
				07.0109 B0.B0	Equipamento Administrativo - A.C. - SFA - Outros		2.343,00	0,00	2.098,73	2.098,73	0,00	2.098,73	244,27	244,27	0,00	89,57%				
				07.0110 B0.A0	Equipamento Básico - A.C. - SFA - Hardware de Comunicações		500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%				
				07.0110 B0.B0	Equipamento Básico - A.C. - SFA - Outros		500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00%				
				07.0113 00.00	Investimentos Incorpóreos		1013,00	0,00	1012,41	1012,41	0,00	1012,41	0,59	0,59	0,00	99,94%				
				Total do Subagrupamento 01:							866.862,00	0,00	277.530,74	277.530,74	0,00	277.530,74	589.331,26	589.331,26	0,00	32,02%
				Total do Agrupamento 07:							866.862,00	0,00	277.530,74	277.530,74	0,00	277.530,74	589.331,26	589.331,26	0,00	32,02%
				12.0100 00.00	Outras Operações Tesouraria					90.000,00	0,00	93.361,86	93.361,86	0,00	93.361,86	-3.361,86	-3.361,86	0,00	0,00%	
				Total do Subagrupamento 01:							90.000,00	0,00	93.361,86	93.361,86	0,00	93.361,86	-3.361,86	-3.361,86	0,00	0,00%
				Total do Agrupamento 12:							90.000,00	0,00	93.361,86	93.361,86	0,00	93.361,86	-3.361,86	-3.361,86	0,00	0,00%
				Total da Fonte de Financiamento 510:							9.015.844,00	717.200,85	6.982.709,21	6.983.132,83	0,00	6.983.132,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%
				Total da Medida 052:							9.018.044,00	717.200,85	6.984.909,21	6.985.332,83	0,00	6.985.332,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%
				Total do Programa 009:							9.018.044,00	717.200,85	6.984.909,21	6.985.332,83	0,00	6.985.332,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%
Total da Sbdivisão 00:							9.018.044,00	717.200,85	6.984.909,21	6.985.332,83	0,00	6.985.332,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%				
Total da Secretaria do Estado 1:							9.018.044,00	717.200,85	6.984.909,21	6.985.332,83	0,00	6.985.332,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%				
TOTAL							9.018.044,00	717.200,85	6.984.909,21	6.985.332,83	0,00	6.985.332,83	13.15.933,94	13.15.510,32	-423,62	84,15%				

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE

O VOGAL

O VOGAL

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA

Fernando Oliveira da Silva

João Santiago Leão Ponce Dentinho

António Albino Pires de Andrade

Pedro Ministro

9.4. Controlo Orçamental - Receita

7.2 - Controlo orçamental da Receita

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

unidade: em euro

Classificação Orgânica	Fonte Financiamento	Classificação Económica	Descrição	Previsões corrigidas	Receita por cobrar no início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e restituição			Receita cobrada líquida	Receita por cobrar no final do mês	Grau de execução orçamental		
								Do ano	De anos ant.	Total	Emitidos	Pagos	(14)=(11)-(13)				(15)=(6)+(7)-(8)-(11)	(16)=(14)/(5)*100
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(9)+(10)	(12)	(13)	(14)=(11)-(13)	(15)=(6)+(7)-(8)-(11)	(16)=(14)/(5)*100			
1 04 04 00	4.8.0	06.09.01	União Europeia - Instituições	2.200,00	0,00	7.010,61	0,00	7.010,61	0,00	7.010,61	0,00	0,00	7.010,61	0,00	318,66%			
		16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado	3.628,63	0,00	3.628,63	0,00	0,00	3.628,63	3.628,63	0,00	0,00	3.628,63	0,00	100,00%			
	5.1.0	04.00.00	Taxas Multas e outras Penalidades															
		04.01.00	Taxas															
		04.01.17	Taxas s/licenciamentos diversos concedidos emp.		9.514.815,00	421.526,10	9.411.105,00	593.372,00	8.523.320,76	72.630,24	8.595.951,00	1.447,00	1.447,00	8.594.504,00	643.308,10	90,33%		
		04.02.00	Multas e Outras Penalidades															
		04.02.01	Juros de Mora		530,00	0,00	627,80	180,60	442,04	0,00	442,04	0,00	0,00	442,04	5,16	83,40%		
		04.02.04	Coimas e penalidades por contra-ordenações		42.397,00	840.143,23	131.927,20	36.657,20	33.456,00	27.430,55	60.886,55	0,00	0,00	60.886,55	874.526,68	143,61%		
		07.00.00	Venda de Bens e Serviços Correntes															
		07.01.00	Venda de Bens															
		07.01.03	Publicações e Impressos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!		
		07.02.00	Serviços															
07.02.99	Outros		3.341,00	9.165,71	4.496,70	1.188,30	3.391,50	1.041,28	4.432,78	0,00	0,00	4.432,78	8.041,33	132,68%				
5.2.0	16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado		12.497.063,17	0,00	12.497.063,17	0,00	0,00	12.497.063,17	12.497.063,17	0,00	0,00	12.497.063,17	0,00	100,00%			
Sub-TOTAL.....				22.063.974,80	1.270.835,04	22.055.859,11	631.398,10	8.567.620,91	12.601.793,87	21.169.414,78	1.447,00	1.447,00	21.167.967,78	1.525.881,27	95,94%			
		17.01.00	Operações Extra Orçamentais	90.000,00	1.365.735,77	197.890,80	54.985,80	50.184,00	47.292,93	97.476,93	0,00	0,00	97.476,93	1.411.163,85	108,31%			
TOTAL.....				22.153.974,80	2.636.570,81	22.253.749,91	686.383,90	8.617.804,91	12.649.086,80	21.266.891,71	1.447,00	1.447,00	21.265.444,71	2.937.045,12	95,99%			

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE

O VOGAL

O VOGAL

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA

Fernando Oliveira da Silva

João Santiago Leão Ponce Dentinho

António Albino Pires de Andrade

Pedro Ministro

9.5. Fluxos de Caixa

Código			PAGAMENTOS		
Agrup.	Sub.	Rub.			
Agrup.					
			Despesas de fundos próprios		
			Despesas Orçamentais		
			Class. Orgânica: 081040400		
			Prog: 009 Ministério da Economia		
			FF: 480 Financiamento da União Europeia		
			Correntes		
0202130000			Deslocações e estadas	2.200,00	
					2.200,00
			FF: 510 Auto Financiamento		
			Correntes		
0101020000			Orgãos sociais	123.715,20	
0101030000			Pessoal dos quadros-reg. Função pública	1.081.038,91	
0101040000			Pessoal dos quadros-reg. Cont. ind. Trabalho	1.044.987,13	
0101080000			Pessoal aguardando aposentação	299,73	
0101110000			Representação	39.555,99	
0101120000			Suplementos e prémios	100.801,44	
0101130000			Subsidio de refeição	171.553,84	
010114SF00			Subsidio de férias	193.031,07	
010114SN00			Subsidio de natal	192.151,39	
0102020000			Horas extraordinárias	4.345,31	
0102040000			Ajudas de custo	19.325,70	
0102050000			Abono para falhas	1.871,76	
0102140000			Outros abonos em numerário ou espécie	5.307,80	
0103030000			Subsidio familiar a crianças e jovens	1.322,71	
010305A0A0			Caixa Geral Aposentações	336.657,54	
010305A0B0			Segurança Social	321.451,24	
0103060000			Acidentes em serviço e doenças profissionais	763,53	
010310O000			Outras Despesas	12.595,20	
010310PD00			Parentalidade (event. maternidade, paternidade e adopção)	16.775,58	
0201020000			Combustíveis e lubrificantes	6.627,07	
0201040000			Limpeza e higiene	7.075,50	
0201070000			Vestuário e artigos pessoais	132,4	
0201080000			Material de escritório	15.044,54	
0201140000			Outro material-peças	1.317,70	
0201180000			Livros e documentação técnica	6.903,60	
0201210000			Outros bens	20.268,69	
0202010000			Encargos das instalações	141.580,67	
0202020000			Limpeza e higiene	96.664,37	
0202030000			Conservação de bens	32.826,71	
0202040000			Locação de edifícios	1.174.427,50	
0202080000			Locação de outros bens	68.314,59	
020209A000			Acesso à Internet	7.452,02	
020209C000			Comunicações Fixas de Voz	34.534,42	
020209D000			Comunicações Móveis	9.598,87	
020209F000			Outros Serviços de Comunicações	99.451,44	
0202100000			Transportes	27.238,18	
0202110000			Representação dos serviços	2.383,24	
020212B000			Outras - Seguros não relacionados com estas situações	90,00	
0202130000			Deslocações e estadas	65.863,38	
020214B000			Outros	71.186,07	
020215A000			Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC	9.750,00	
020215B000			Outras	18.306,05	
0202160000			Seminários, exposições e similares	5.926,21	
0202170000			Publicidade	38.469,66	
0202180000			Vigilância e segurança	104.517,54	
020219A000			Equipamento de informática	1.439,10	

Código			PAGAMENTOS			
Agrup.	Sub.	Rub.				
Agrup.						
020219B000			Software informático	156.712,60		
020219C000			Outros	33.909,35		
020220A000			Serviços de natureza informática	7.487,29		
020220C000			Outros	13.916,31		
0202220000			Serviços de saúde	6.357,12		
0202240000			Encargos de cobrança de receitas	25.340,87		
0202250000			Outros serviços	34.803,69		
0306010000			Outros encargos financeiros	96,41		
0403050000			Autoridade da Concorrência	594.676,00		
0407010000			Instituições s/ fins lucrativos	4.000,00		
			Capital			
070107B0A0			Equip. de Inform-A.C.-SFA-Hardware	33.842,96		
070108B0B0			Soft. Inform-A.C.-SFA-Outros	192.125,49		
070109B0A0			Equipamento Administrativo - A.C. - SFA - Hardware de Comunicações	48.451,15		
070109B0B0			Equipamento Administrativo - A.C.-SFA - Outros	2.098,73		
0701130000			Investimentos incorpóreos	1.012,41		
					6.889.770,97	
			I - Total da Despesa do Exercício			6.891.970,97
			II - Total entrega ao Tesouro em c/ Receita Própria			
			III - Total de Pagamentos do Exercício (I+II)			6.891.970,97
			Importâncias entregues ao Estado e out.entidades-Fundos Alheios			
			Receitas de Estado	847.616,97		
			Operações de Tesouraria	256.488,73	1.104.105,70	1.104.105,70
			Descontos em Vencimentos e Salários			
			Retidos na fonte e considerados pagos:			
			Receitas do Estado	754.255,11		
			Operações de Tesouraria	256.488,73		
			IV - Total de Despesa de Fundos Alheios			1.104.105,70
			Saldo para a Gerência seguinte			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
			Prog: 000. Não Especificado			
			FF: 480 Financiamento da U.E.	8.439,24		
			FF: 520 Saldos de RP Transitados	12.497.063,17		
			FF: 510 Auto Financiamento	1.770.494,40		
					14.275.996,81	
						14.275.996,81
			Na posse do Tesouro	0,00		
			De receita de Estado- Fundos Alheios			4.115,07
			Outras entregas-Receita Geral do Estado			
			De operações de tesouraria - Fundos Alheios			0,00
			Descontos Venc. Salários - Retenção no Tesouro:			
			Receitas do Estado	0,00		0,00
			V - Total do Saldo Gerência na posse do Serviço			14.280.111,88
			Descontos em Vencimentos e Salários			
			Retidos na fonte e considerados pagos:			
			Receitas do Estado			
			Operações de Tesouraria			
			Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (III+IV+V)			22.276.188,55

O Presidente

O Conselho Diretivo

O Vogal

O Vogal

O Diretor da Direção Financeira,
de Estudos e de Estratégia

Fernando Oliveira Silva

João Santiago Leão Ponce Dentinho

António Albino Pires de Andrade

Pedro Ministro

9.6. Anexos às Demonstrações Financeiras

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em euros)

Anexo 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., abreviadamente designado por IMPIC, I.P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com o número de identificação de pessoa colectiva 504 739 506.

8.1.2 - LEGISLAÇÃO

O IMPIC, I.P. é um organismo central com sede em Lisboa, Avenida Júlio Dinis, n.º 11 e com jurisdição sobre todo o território nacional.

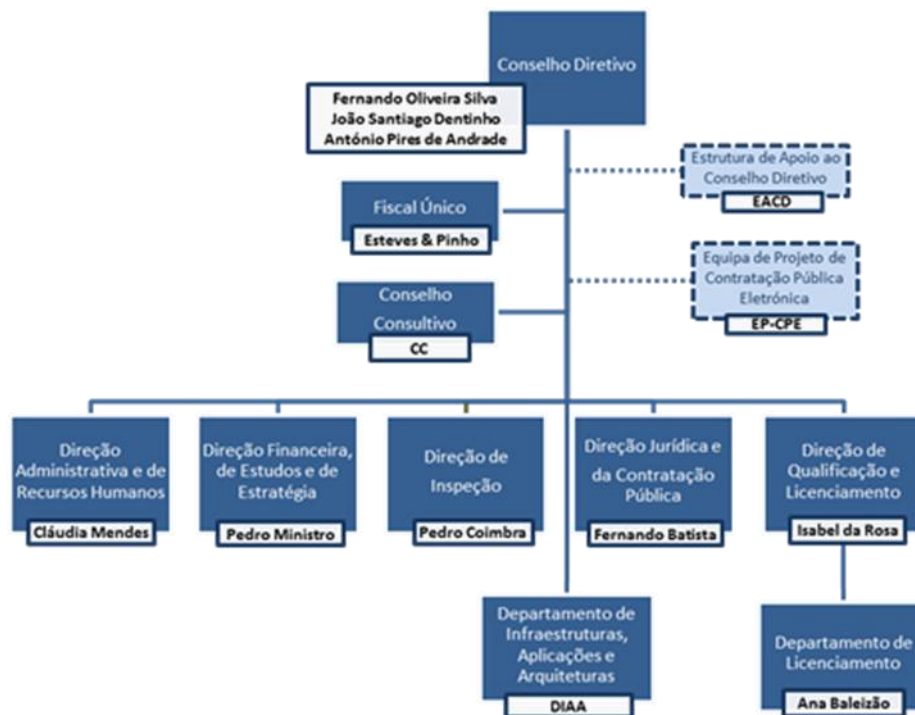
Com o Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 12 de dezembro, que estabeleceu a composição do XXI Governo Institucional, o IMPIC, I.P. transitou para a tutela do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, estando sujeito à tutela e superintendência do respetivo Ministro, a qual foi delegada no Secretário de Estado das Infraestruturas, através do despacho n.º 2311/2016, de 16 de fevereiro.

A missão e atribuições do IMPIC, I.P. são as definidas no Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro que renovou as atribuições e competências que o instituto já detinha na área da construção e do imobiliário, e veio consolidar atribuições e competências na esfera da contratação pública.

8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura orgânica do IMPIC, estabelecida pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro¹⁶, prevendo uma composição de 5 unidades orgânicas de nível I (direções), podendo ainda, por deliberação do Conselho Diretivo, ser criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos).

Durante o ano de 2015 foi criado o Departamento de Licenciamento (DLIC), unidade orgânica de nível II, que funciona na direta dependência da Direção de Qualificação e Licenciamento. No organigrama funcional do IMPIC, a estrutura prevista na referida legislação está representada a linha contínua, estando apresentadas a linha tracejada, as estruturas funcionais criadas pelo Conselho Diretivo.



¹⁶ Ainda não foram aprovados novos estatutos desde a publicação da nova lei orgânica (Decreto-Lei n.º232/2015, de 13 de outubro).

8.1.4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

De acordo com o Decreto-lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, o IMPIC, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises setoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no setor, bem como a regulação dos contratos públicos. Neste sentido, incumbe ao IMPIC, I.P.:

- a. Contribuir para a definição das políticas públicas no setor da construção e do imobiliário;
- b. Qualificar as empresas do setor da construção e do imobiliário para as quais o acesso e exercício da sua atividade sejam regulados;
- c. Reconhecer as habilitações das empresas legalmente estabelecidas noutros Estados membros do espaço económico europeu, para o exercício da atividade em território português;
- d. Promover e fiscalizar o cumprimento da legislação aplicável ao setor da construção e do imobiliário, realizando as necessárias ações de inspeção, fiscalização e auditoria às empresas e empresários que exercem atividade no âmbito do setor e instaurando processos sancionatórios quando tal se justifique;
- e. Dinamizar iniciativas estratégicas para melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor, tendo em vista a defesa do consumidor;
- f. Produzir informação estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, e análises setoriais da área da construção e do imobiliário;
- g. Assegurar uma atuação coordenada dos organismos estatais que atuem no setor da construção e do imobiliário;
- h. Elaborar e propor ao Governo projetos legislativos, regulamentares e de regulamentação técnica e dar parecer sobre quaisquer outros projetos legislativos;
- i. Dar parecer sobre projetos de transposição de diretivas emanadas da União Europeia, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projetos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios europeus;
- j. Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência no setor da construção e do imobiliário;

São ainda atribuições do IMPIC, I.P., no exercício de funções de regulação:

- a. Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas atividades do sector da construção e do imobiliário, cujo licenciamento, habilitação, qualificação, registo ou inscrição legalmente lhe incumba, bem como verificar as respetivas condições de permanência e avaliar o respetivo desempenho;
- b. Assegurar a representação nacional junto das instâncias europeias e internacionais relevantes para o setor, bem como a representação do setor junto de quaisquer entidades e instâncias nacionais;
- c. Assegurar a realização e divulgação de análises e estudos periódicos da evolução do setor e do comportamento dos respetivos agentes, designadamente através da criação ou participação em observatórios dos mercados abrangidos pelo setor;
- d. Desenvolver ações conducentes ao fomento da mediação e da arbitragem voluntárias para a resolução de conflitos emergentes das atividades do setor, através da sua intervenção direta ou mediante a criação ou participação em entidades, de direito público ou privado, criadas para esse fim;
- e. Propor periodicamente os indicadores económicos e as fórmulas de revisão de preços a aplicar em contratos de empreitada;

No domínio da contratação pública compete ao IMPIC, I.P.:

- a. Apresentar ao Governo propostas legislativas e regulamentares relacionados com os contratos públicos e formulação de pareceres sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- b. Assegurar a participação nas equipas de representação técnica nacional em matéria de contratos públicos junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- c. Assegurar a definição do modelo de contratação pública eletrónica nacional, em articulação com as demais entidades competentes em razão e matéria;
- d. Licenciamento, monitorizar e fiscalizar as plataformas eletrónicas de contratação pública, nos termos da lei;
- e. Produzir manuais de boas práticas A produção de manuais de boas práticas sobre contratos públicos de aquisição de obras, de bens e de prestação de serviços;
- f. Produzir relatórios estatísticos sobre contratos públicos no setor da construção e do imobiliário;

- g. Analisar queixas e denúncias de cidadãos e empresas, assim como participações de entidades públicas sobre a aplicação das regras de adjudicação de contratos públicos no sector da construção e do imobiliário.
- h. Gerir o portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>)
- i. Gerir o Observatório das Obras Públicas (<http://www.base.gov.pt/oopt/>) com nova versão lançada em maio de 2012;
- j. Gerir o “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- k. Instaurar processos de contraordenação e aplicar coimas por infração ao Código dos Contratos Públicos;
- l. Elaborar e remeter anualmente à Comissão Europeia o reporte estatístico relativo aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes no ano anterior.

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

CONSELHO DIRETIVO:

Presidente	Fernando José Oliveira Silva
Vogal	João Santiago Leão Ponce Dentinho
Vogal	António Albino Pires de Andrade

UNIDADES ORGÂNICAS DE NÍVEL I (REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015):

- ✓ Direção Administrativa e de Recursos Humanos – Diretora – Cláudia João Aragão Mendes Barata
- ✓ Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia – Diretor - Pedro Francisco Rodrigues Ministro
- ✓ Direção de Inspeção – Diretor – Pedro Manuel Ribeiro Coimbra
- ✓ Direção Jurídica e da Contratação Pública – Diretora – Fernando Miguel dos Santos Batista
- ✓ Direção de Qualificação e Licenciamento - Diretora - Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa

UNIDADES ORGÂNICAS DE NÍVEL II

- ✓ Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas
- ✓ Departamento de Licenciamento - Coordenação – Ana Claudia Baleizão Oliveira Faneco

OUTRA UNIDADE:

- ✓ Equipa de Projeto da Contratação Pública Eletrónica (EP-CPE) criada pelo Despacho N.º 21/2012, de 21 de Novembro, do então Vice-Presidente do Conselho Diretivo, no âmbito da Gestão Interna do Instituto – Coordenação – Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa

NÚMERO DE EFETIVOS REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

O número de efetivos a 31 de Dezembro de 2015 é o que refere o mapa seguinte, discriminado por pessoal do quadro e fora do quadro, por carreiras e categorias e por departamentos e serviços.

CATEGORIA	N.º	DEPARTAMENTO	Total Unidade Orgânica
Presidente	1	CONSELHO DIRECTIVO	3
Vogal	2		
Técnico Superior	4	ESTRUTURA DE APOIO AO CONSELHO DIRETIVO (EACD)	5
Assistente Técnico	1		
Diretor	1	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS (DA)	18
Técnico Superior	7		
Assistente Técnico	9		
Assistente Operacional	1		
Diretor	1	DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E DE ESTRATÉGIA (DF)	11
Técnico Superior	9		
Assistente Técnico	1		
Diretor	1	DIREÇÃO DE INSPEÇÃO (DI)	27
Técnico Superior	8		
Inspector Superior	13		
Coordenador Técnico	1		
Assistente Técnico	4		
Diretor	1	DIREÇÃO JURÍDICA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DJ)	13
Técnico Superior	6		
Inspector Superior	3		
Coordenador Técnico	1		
Assistente Técnico	2		
Diretor	1	DIREÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E DE LICENCIAMENTO (DQ)	1
Chefe de Divisão	1	DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO (DLIC)	18
Técnico Superior	13		
Assistente Técnico	2		
Assistente Operacional	2		
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DE AVEIRO	2
Assistente Técnico	3	LOJA DO CIDADÃO DE BRAGA	3
Assistente Técnico	2	LOJA DE COIMBRA	2
Assistente Técnico	1	POSTO DE ATENDIMENTO DE ÉVORA	1
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DE FARO	2
Técnico Superior	1	LOJA DO CIDADÃO DE LISBOA	3
Assistente Técnico	2		
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DO PORTO	2
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DE VISEU	2
Técnico Superior	3	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, APLICAÇÕES E ARQUITETURAS (DIAA)	3
Técnico Superior	4	EQUIPA DE PROJETO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA (EP-CPE)	6
Assistente Técnico	2		
	122		122

8.1.6 – Organização Contabilística

A contabilidade e o processamento dos vencimentos são executados no Software *ePública* implementado pela empresa AbleSolutions, S.A. (atualmente com manutenção da Uniksystem).

Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias e do tesouro;

A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Mensal:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de indicadores para controlo de gestão;
- » Quadro Modelo Unidade de Tesouraria;
- » Mapa dos compromissos assumidos e não pagos.
- » Mapa de Fundos Disponíveis

Informação Anual:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de Fluxos de Caixa;
- » Balanço e Demonstração de Resultados;
- » Mapa das alterações orçamentais;
- » Mapa da contratação administrativa.

8.1.7 – OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE

- » Existe órgão de fiscalização;
- » Existe manual de procedimentos contabilísticos;
- » Existem fundos fixos de caixa;
- » A receita mensal arrecadada nas contas bancárias do instituto é transferida para o Tesouro até ao dia 10 do mês seguinte;
- » Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.

Anexo 8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

8.2.1 - DERROGAÇÕES AO POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.2 - COMPARABILIDADE

As contas do exercício de 2015 são comparáveis com as do exercício anterior.

A necessidade legal de entrega dos saldos de gerência apurados nos exercícios de 2009 e 2010 levou o Instituto a apresentar Fundos Próprios negativos em 31 de Dezembro de 2011, apesar da sua atividade operacional apresentar resultados e fluxos financeiros positivos.

Os saldos de gerência apurados nos exercícios de 2011 a 2013 transitaram para os respetivos exercícios seguintes. O estipulado no n.º3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de Março (Decreto de Execução Orçamental) veio também permitir permitir que o saldo de gerência apurado no exercício de 2014 transitasse para 2015.

A integração dos saldos apurados nas gerências de 2011 a 2014 e o facto da atividade operacional apresentar resultados e fluxos financeiros positivos permite que o Instituto apresente em 31 de Dezembro de 2015 Fundos Próprios positivos no valor de 13.436.275,37€.

8.2.3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS E CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o princípio da entidade contabilística, segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, materialidade e especialização dos exercícios.

a) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As immobilizações corpóreas estão relevadas pelo valor por que se encontravam registadas no organismo que deu origem ao IMPIC, I.P. (ex-InCI), e os aumentos posteriores, ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de forma a amortizar os immobilizados durante a sua vida útil estimada.

b) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

As immobilizações incorpóreas estão relevadas ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes de forma a amortizar os immobilizados durante a sua vida útil estimada.

c) PROVISÕES

São constituídas provisões sempre que haja diminuição material de valores registados como ativos, bem como responsabilidades omissas nas Demonstrações Financeiras.

d) IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS

O montante registado como Impostos, Taxas e Outros corresponde essencialmente ao proveito gerado pela emissão de títulos habilitantes (Alvarás, Certificados, Títulos de Registo e Licenças de Mediação Imobiliária), emissão de certidões em conformidade com a

legislação em vigor e Coimas/Contraordenações no âmbito da atividade de fiscalização do Instituto.

No âmbito da atividade da construção, no exercício de 2015, foi publicada a Lei nº 41/2015, de 3 de Junho que estabelece o novo regime jurídico e revoga o DL nº 12/2004, de 9 de Janeiro que estabelecia o anterior regime jurídico. No entanto, atendendo ao princípio da especialização do exercício estão ainda a ser registados na rubrica de Impostos, Taxas e Outros, proveitos do exercício, no âmbito do DL nº 12/2004, de 9 de Janeiro.

No âmbito da atividade de mediação, no exercício de 2013, foi publicada a Lei nº 15/2013, de 8 de Fevereiro que estabeleceu o novo regime jurídico e revogou o DL nº 211/2004, de 20 de Agosto alterado pelo DL nº 69/2011 de 15 de Junho que estabelecia o anterior regime jurídico. No entanto, atendendo ao princípio da especialização do exercício estão ainda a ser registados na rubrica de Impostos, Taxas e Outros, proveitos do exercício, no âmbito do DL nº 211/2004, de 20 de Agosto alterado pelo DL nº 69/2011 de 15 de Junho.

e) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

272 - Custos diferidos

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es).

274 - Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

f) FISCALIDADE

Conforme estabelecido na legislação apropriada em conjunto com o disposto no Código de IRC, o Instituto está isento de IRC e IVA.

g) PESSOAL AO SERVIÇO DO INSTITUTO

A 31 de dezembro de 2015 o IMPIC dispunha de 119¹⁷ pessoas ao serviço, o que significa menos 6 elementos relativamente ao verificado no final de 2014.

h) PENSÕES DE REFORMA

O Instituto não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de Pensões de Reforma.

8.2.7 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O movimento ocorrido no período foi o seguinte:

¹⁷ Neste número não estão incluídos os membros do Conselho Diretivo.

Conta	Saldo Inicial	Aumentos	Transf e Abates	Saldo Final
42 Imobilizações Corpóreas				
Equipamento básico	4.220.673	127.167		4.347.841
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
Equipamento administrativo	1.431.706	84.393		1.516.099
Outras imobilizações corpóreas	63.745			63.745
Total Imobilizações Corpóreas	5.722.601	211.560		5.934.161
43 Imobilizações Incorpóreas				
Prop.Industrial e out.direitos	1.478.993	65.971		1.544.964
Imobilizado em curso				
Total Imobilizações Incorpóreas	1.478.993	65.971		1.544.964
Total do Activo Imobilizado	7.201.595	277.531		7.479.126
<u>Amortizações acumuladas</u>				
482 De Imobilizações Corpóreas				
Equipamento básico	4.081.651	134.036		4.215.687
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
Equipamento administrativo	1.325.664	73.177		1.398.841
Outras imobilizações corpóreas	56.868	172		57.039
483 De Imobilizações Incorpóreas				
Prop.Industrial e out.direitos	1.448.201	48.722		1.496.923
Total Amortizações Acumuladas	6.918.861	256.106		7.174.967
<u>Valor Líquido</u>	282.734			304.159

O aumento verificado na rubrica de Equipamento básico refere-se essencialmente ao desenvolvimento das ferramentas informáticas de suporte ao portal BASE (domínio da contratação pública) e à atividade de construção nos termos do novo regime jurídico de 2015.

O aumento verificado na rubrica de Equipamento administrativo refere-se essencialmente à aquisição de equipamento informático e centrais telefónicas (VOIP).

O aumento verificado na rubrica de Propriedade Industrial e outros direitos refere-se essencialmente ao licenciamento das aplicações Microsoft.

8.2.8 – MAPA DE REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Encontra-se disponível na Direção Financeira deste Instituto, a informação referente a este ponto. Tratando-se de um mapa muito extenso e, dado a informação global já se encontrar devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não o incluir neste documento.

8.2.31 – PROVISÕES

valores em euros

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
292 Provisões para riscos e encargos	35.000			35.000

Não houve qualquer alteração ao valor da Provisão para riscos e encargos, dado que se mantêm os riscos identificados pelos serviços jurídicos no final de 2014.

As situações provisionadas referem-se a um processo emergente de um auto de contra-ordenação por infracção à Lei do Ruído apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa em que o IMPIC apresentou defesa (30.000€) e a um valor peticionado por uma ex-colaboradora no âmbito de um processo administrativo especial movido contra o Instituto, no valor de 5.000€.

8.2.32 – FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido nas rubricas dos fundos próprios foi o seguinte:

valores em euros

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final
51 Património	11.408.184				11.408.184
59 Resultados transitados	(3.976.668)			3.077.657	(899.012)
88 Resultado líquido do exercício	3.077.657	2.927.103		(3.077.657)	2.927.103
	10.509.172	2.927.103	0	0	13.436.275

Nos termos da constituição do IMPIC, I.P. (ex-InCI, I.P e ex-IMOPPI), o saldo inicial na conta património, no montante de 11.408.184 euros, corresponde aos valores dos activos e passivos apurados à data de 1 de Janeiro de 2002.

Os movimentos ocorridos no presente exercício referem-se à aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 (3.077.657€) e ao registo do Resultado Líquido do Exercício de 2015 (2.927.103 €).

O Instituto apresenta Fundos Próprios positivos em 31 de Dezembro de 2015, embora com valores ainda abaixo do que se vinha verificando no triénio 2007-2009, em consequência da entrega ao Estado dos saldos apurados nas gerências de 2009 e 2010 explicitada na nota 8.2.2.

Refira-se que, tal como foi salientado em exercícios anteriores, a manutenção dos saldos gerados nos próximos períodos de gerência permitirá colocar os fundos próprios em níveis mais robustos e adequados à atividade do IMPIC.

Em resultado destes movimentos, os Fundos Próprios apresentam o valor de 13.436.275€.

8.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

valores em euros

Movimentos	Mercadorias
Existências Iniciais	35.675
Compras	
Regularização das existências	
Existências Finais	35.675
<i>Custos no exercício</i>	

No presente exercício o IMPIC não comercializou impressos/publicações pelo que as respectivas existências não foram movimentadas.

8.2.35 – IMPOSTOS, TAXAS E OUTROS

Conta	2015	2014
72 Prestações de serviços (impostos e taxas)	9.694.644	10.398.896
Construção		
Alvarás	6.997.447	7.612.906
Títulos de Registo	967.927	1.041.152
Certidões de Construção	83.017	147.965
Taxas Iniciais	449.457	504.648
Juros	447	638
Reembolsos e restituições		
	8.498.295	9.307.309
Imobiliário		
Licenças de Mediação	1.086.516	1.020.846
Juros		
Reembolsos e restituições		
	1.086.516	1.020.846
Contra-Ordenações		
Construção	106.937	73.882
Mediação	24.990	37.071
Custas	3.662	4.426
Juros		
Anulações	(25.757)	(44.637)
	109.832	70.741
	9.694.644	10.398.896

Os valores registados na conta 72 – Prestação de Serviços (impostos e taxas) no valor global de 9.694.644€ (2014: 10.398.896€) representam os proveitos das principais áreas de negócio do Instituto:

- Taxas do sector da construção ascendem a 8.498.295€ (2014: 9.307.309€);
- Taxas do sector do imobiliário ascendem a 1.086.516€ (2014: 1.020.846 €);
- Coimas referentes a contraordenações nos sectores da construção e imobiliário que ascendem a 109.832€ (2014: 70.741€).

Salienta-se o facto de se ter registado um decréscimo dos proveitos provenientes das taxas do sector da construção (-8,7%), parcialmente compensado com o aumento das receitas respeitantes ao sector do imobiliário (6,4%), o que resultou numa diminuição global de -6,7%.

Destaque-se, por fim, o aumento dos proveitos decorrentes de contraordenações, que ascendeu a 55,3%.

O peso das taxas relativas ao sector da construção continua a representar a maior fatia das receitas do Instituto (87,7%).

8.2.37 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

valores em euros

Custos e Perdas		2015	2014
681	Juros suportados	96	
688	Outros custos e perdas financeiros	25.912	26.793
	<i>Resultados Financeiros</i>	(26.008)	(26.793)
Proveitos e Ganhos		2015	2014
781	Juros obtidos		
788	Reversões e Outros proveitos e ganhos financeiros		

A rubrica Outros custos e perdas financeiras, corresponde essencialmente a comissões bancárias faturadas pelas entidades intermediárias nas cobranças da receita do IMPIC, nomeadamente a SIBS.

8.2.38 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

valores em euros

Custos e Perdas		2015	2014
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	11.254	14.873
698	Outros custos e perdas extraordinários		250.000
	<u>Resultados Extraordinários</u>	<u>(4.243)</u>	<u>(259.031)</u>
		<u>7.011</u>	<u>5.842</u>
Proveitos e Ganhos		2015	2014
796	Reduções de amortizações e provisões		2.247
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	7.011	3.595
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários		0
		<u>7.011</u>	<u>5.842</u>

Por comparação com o exercício de 2014 é de destacar a diminuição dos custos e perdas extraordinários em 254.788 €, uma vez que durante o ano de 2015 não se procedeu à repetição da transferência para o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), como tinha ocorrido no ano anterior.

Na rubrica 697 – Correções relativas a exercícios anteriores estão registadas anulações de proveitos de coimas reconhecidos em exercícios anteriores (11.254€), cujo valor é inferior ao registado no ano de 2014. Este valor decorre da análise dos serviços às coimas que, designadamente por força do decurso do tempo, já não poderão vir a ser cobradas pelo Instituto, pelo que os proveitos registados em exercícios anteriores foram anulados.

O valor constante da 797 – Correções relativas a exercícios anteriores, reporta-se ao registo de valores recebidos da União Europeia, a título de reembolsos com os custos das viagens suportados pelo IMPIC, enquanto representante do Estado português, em reuniões junto da Comissão Europeia.

8.2.39 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS

a) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

valores em euros

Contas		2015	2014
62219	Rendas e alugueres	1.251.560	1.035.699
62222	Comunicação	142.634	145.096
62232	Conservação e Reparação	186.868	345.029
62233	Publicidade e Propaganda	46.960	29.317
62236	Trabalhos especializados	136.463	104.899
	Outros fornecimentos e serviços	434.382	426.824
		2.198.867	2.086.864

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos apresentou um aumento de 5,37% face ao ano de 2014. Este aumento de custos no presente exercício ficou a dever-se principalmente ao arrendamento de um novo edifício (Av. Júlio Dinis, n.º 9) contíguo à sede do IMPIC.

b) CUSTOS COM O PESSOAL

valores em euros

Contas		2015	2014
641	Remunerações dos órgãos diretivos	173.194	184.535
642	Remunerações do pessoal	2.742.031	2.913.355
645	Encargos sobre remunerações	720.928	788.150
	Outros	32.361	108.180
		3.668.514	3.994.220

Os Custos com Pessoal registaram uma diminuição de -8,15% (-325.706€) face ao ano de 2014. Para além de ter existido uma diminuição do número médio de colaboradores face ao ano anterior, esta diferença também é explicada pela inexistência, no presente exercício, de

custos com indemnizações por rescisões de contratos com a Administração Pública, como tinha sucedido no exercício de 2014 (74 milhares de euros).

c) Transferências Correntes e Prestações Sociais

valores em euros

Contas		2015	2014
631	Transferências Correntes Concedidas	594.676	713.467
633	Prestações Sociais	12.595	11.021
	Outras Transferências		
		607.271	724.488

O valor mais relevante, de 594.676€, na rubrica das Transferências Correntes Concedidas refere-se à verba transferida para a Autoridade da Concorrência (criada pelo Decreto-Lei 10/2003, de 18 de Janeiro), ao abrigo do n.º 1 alínea d) da Portaria n.º 57/2014 de 7 de Março, nos termos definidos no n.º 2 do art.º 1.º e no art.º 2.º do Decreto-Lei 30/2004, de 6 de Fevereiro, do Ministério da Economia e do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei Orgânica do InCI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de Julho¹⁹).

d) Custos diferidos, acréscimos de custos e proveitos diferidos

valores em euros

Contas		2015	2014
272	Custos Diferidos		
	Outros Custos Diferidos	93.894	93.749
		93.894	93.749
273	Acréscimos de Custos		
	Remunerações a Liquidar	471.904	491.040
	Outros Acréscimos de Custos	40.330	86.119
		512.235	577.159
274	Proveitos Diferidos		
	Outros Proveitos Diferidos (Receitas)	2.243.829	2.990.887
		2.243.829	2.990.887

Na rubrica de Custos Diferidos está registado o valor das rendas referentes a Janeiro de 2016 pagas em Dezembro de 2015.

¹⁹ Entretanto revogado pelo Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, mantendo a mesma previsão no seu art. 10.º, n.º 2, al. a).

Nos Acréscimos de Custos encontram-se especializados os valores das remunerações a liquidar em 2016, referentes às Férias e Subsídio de Férias e, ainda, os custos com serviços prestados no ano de 2015 que só foram faturados no exercício seguinte.

A rubrica de Proveitos Diferidos regista os proveitos a reconhecer em exercícios seguintes relacionados com a receita arrecadada de Alvarás (517 milhares de euros) e Títulos de Registo (1.729 milhares de euros) e, saldos devedores a regularizar (2 milhares de euros).

O valor especializado de Alvarás resulta das taxas arrecadas em 2015 ainda no âmbito do DL n.º 12/2004, de 9 de Janeiro. Os alvarás emitidos no âmbito da referida norma são válidos até 31 de Janeiro do ano seguinte.

O valor especializado de Títulos de Registo resulta das taxas arrecadas em 2015 e exercícios anteriores ainda no âmbito do DL n.º 12/2004, de 9 de Janeiro. Os Títulos de Registo emitidos no âmbito da referida norma são válidos por um período de 5 anos.

e) CLIENTES, ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com o n.º 2 do art.º 9º do Decreto-Lei n.º 158/2012 de 23 de Julho e com o n.º 2 do art. 10.º da Decreto-Lei n.º 232/2015, de 13 de outubro, que lhe sucedeu, o IMPIC dispõe de diversas receitas próprias. A receita das coimas é definida na alínea b), sendo receita do instituto “*O produto de 40 % do valor das coimas aplicadas pelo IMPIC, I. P., (...) cabendo ao Estado a parte restante das coimas cobradas;*”.

O saldo da conta 2449 – Estado e Outros Entes Públicas - Outros, no valor de 1.415.279€ e o montante de 2.299.879€ registado na rubrica de Clientes é consequência da contabilização adotada na classificação das coimas.

Não obstante a legislação supracitada referir que se deve entregar ao Estado 60% das coimas cobradas, por limitação informática do sistema de registo contabilístico e, como consequência desta, aquando do registo inicial de uma guia de coima, ou seja, no lançamento do valor da liquidação (emissão) deste tipo de receita, parte do valor é registado em proveitos (40%) e a restante parte na conta 2449 – Estado e Outros Entes Públicas (60%), ambos por contrapartida da rubrica de clientes.

O saldo elevado que se verifica nas rubricas de Clientes e Estado em questão resulta ainda do facto de se considerar em conta corrente todas as guias em situação de “Executada” ou “Impugnada”, cuja cobrança, quando chega a existir, dilui-se no tempo.

Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

8.3.1 - Alterações Orçamentais

No decurso do ano de 2015, foram efetuadas transferências de verbas entre rubricas no orçamento de despesa e de receita, cujos montantes são os descritos no mapa 8.3.1.1 – Alterações Orçamentais – Despesa e 8.3.1.2 – Alterações Orçamentais - Receita.

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, aprovou o Orçamento do Estado para 2015 pela Assembleia da República, após o que o IMPIC procedeu às alterações orçamentais necessárias à gestão do orçamento face aos imperativos internos.

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL													DOAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOAÇÕES CORRIGIDAS INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES
	ORGÂNICA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA					ACT.	PROJECTO REGIÃO	REFORÇOS	ANULAÇÕES		CRÉDITOS ESPECIAIS								
	SE	CAP	DIV	INDIV	PROG	MOD.	FUNDE. FIN.	FUNC.	CÓDIGO							AL	SUB	DESIGNAÇÃO					
1	1	04	04	00	009	052	510	3031	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	24 600				24 600	3 690		20 910	LÍQU. 2015
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020104	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	7 707				7 707	1 156		6 551	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020107	00	00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	258	00000.00000	150				150	23		127	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	258	00000.00000	18 444				18 444	2 767		15 677	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020109	00	00	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	258	00000.00000	100				100	144		85	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	258	00000.00000	25				25	4		21	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020116	00	00	MERCADORIAS PARA A VENDA	258	00000.00000	25				25	4		21	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020117	00	00	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	258	00000.00000	25				25	4		21	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	7 325				7 325	1 099		6 226	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020121	00	00	OUTROS BENS	258	00000.00000	31 268				31 268	4 690		26 578	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	189 036				189 036	28 355		160 681	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	82 760				82 760	12 414		70 346	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	258	00000.00000	27 816				27 816	4 172		23 644	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 220 650				1 220 650	183 098		1 037 552	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	258	00000.00000	51 746				51 746	7 762		43 984	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	AD	00	ACessos A INTERNET	258	00000.00000	7 535				7 535	1 130		6 405	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	31 545				31 545	4 732		26 813	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	DO	00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	258	00000.00000	22 400				22 400	3 360		19 040	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	FO	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	83 180				83 180	12 477		70 703	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	36 809				36 809	5 521		31 288	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020211	00	00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	258	00000.00000	3 600				3 600	540		3 060	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020212	AD	00	ESTAGIOS PROFISSIONAIS NA AD	258	00000.00000	1 250				1 250	188		1 062	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020212	BO	00	OUTRAS	258	00000.00000	1 250				1 250	188		1 062	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	73 442				73 442	11 016		62 426	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	AD	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	159 750				159 750	23 963		135 787	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	57 861				57 861	8 679		49 182	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	AD	00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNI	258	00000.00000	2 000				2 000	300		1 700	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	BO	00	OUTRAS	258	00000.00000	44 000				44 000	6 600		37 400	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	9 000				9 000	1 350		7 650	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	18 756				18 756	2 813		15 943	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	264 000				264 000	39 600		224 400	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	AD	00	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	258	00000.00000	12 678				12 678	1 902		10 776	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	435 677				435 677	65 352		370 325	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	47 237				47 237	7 086		40 151	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	AD	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	221 220				221 220	33 183		188 037	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	8 017				8 017	1 203		6 814	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020224	00	00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE ESCRITAS	258	00000.00000	11 200				11 200	1 680		9 520	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	79 615				79 615	11 942		67 673	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	060203	RO	00	RESERVA	957	00000.00000	223 146				223 146	223 146		0	
												TOTAL DA ALTERAÇÃO 1 :			3 516 845				3 516 845	717 204		2 799 641	
2	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PRESSAL DOS QUAIROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 182 019				1 182 019			1 180 956	REPURÇÃO DA PARENTALIDADE
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000		1 063	1 063					1 063	
												TOTAL DA ALTERAÇÃO 2 :			1 182 019	1 063	1 063		1 182 019			1 182 019	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES				
	ORGÂNICA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							ACT	PROJECTO REGIÃO	REFORÇOS						ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS		
	SE	CAP	DIV	DEIV	PROC.	MDA	FONTE FIN.	FUNC.	CÓDIGO	SPB												DESIGNAÇÃO	
3	1	04	04	00	009	052	510	3031	020104	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	7 707		2 000		5 707	1 156		4 551	REPORÇO SUBSÍDIOS DE BENS E SERVIÇOS E BENS DE CAPITAL
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	258	00000.00000	18 444	5 000			23 444	2 767		20 677	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	258	00000.00000	25	3 000			3 025	4		3 021	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	7 325		2 500		4 825	1 099		3 726	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020121	00	00	OUTROS BENS	258	00000.00000	31 268		2 000		29 268	4 690		24 578	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	189 036	153 550			342 586	28 355		314 231	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	82 760	41 000			123 760	12 414		111 346	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	258	00000.00000	27 816	11 000			38 816	4 172		34 644	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 220 650	140 000		1 360 650	183 098		1 177 552		
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	258	00000.00000	51 746	72 000			123 746	7 762		115 984	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	AO	00	ACCESOS A INTERNET	258	00000.00000	7 535	4 500			12 035	1 130		10 905	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICADORES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	31 545	20 000			51 545	4 732		46 813	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	PO	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	83 180	50 000			133 180	12 477		120 703	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	73 442		12 000		61 442	11 016		50 426	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	159 750		125 000		34 750	23 963		10 787	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	57 861		5 000		52 861	8 679		44 182	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	AO	00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNI	258	00000.00000	2 000	10 000			12 000	3 000		11 700	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	BO	00	OUTRAS	258	00000.00000	44 000		14 000		30 000	6 600		23 400	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	9 000		4 000		5 000	1 350		3 650	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	18 756		2 500		16 256	2 813		13 443	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	264 000		91 500		355 500	39 600		315 900	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	435 677		150 000		285 677	65 352		220 325	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	221 220		160 000		61 220	33 183		28 037	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020224	00	00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	258	00000.00000	11 200	7 000			18 200	1 680		16 520	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	1 000	71 000			72 000			72 000	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	290 424		290 000		424			424	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	500 366	222 450			722 816			722 816	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070109	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	500	50 000			550 000			550 000	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 3 :												3 848 233	860 500	860 500		3 848 233	458 392		3 389 841				
4	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PRESOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇ	258	00000.00000	1 180 956		480		1 180 476			1 180 476	REPORÇO DA PARENTALIDADE
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	1 063	480			1 543			1 543	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 4 :												1 182 019	480	480		1 182 019			1 182 019				
5	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PRESOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇ	258	00000.00000	1 180 476		2 493		1 177 983			1 177 983	REPORÇO DE SUBSÍDIOS DE PESSOAL, BENS E SERVIÇOS E CAPITAL
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010108	00	00	PRESOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	258	00000.00000		300			300			300	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010113	00	00	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	258	00000.00000	217 171		1 035		216 136			216 136	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010306	00	00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PRO	258	00000.00000		735			735			735	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	1 543	2 493			4 036			4 036	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	DO	00	COMUNICADORES MÓVIS	258	00000.00000	22 400	6 210			28 610	3 360		25 250	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	PO	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	133 180		7 035		126 145	12 477		113 668	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	172 500	825			173 325	39 600		133 725	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	72 000		185		71 895			71 895	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070113	00	00	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	258	00000.00000	300	105			405			405	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 5 :												1 799 570	10 668	10 668		1 799 570	55 437		1 744 133				
6	1	04	04	00	009	052	510	3031	020104	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	5 707	4 422			10 129	1 156		8 973	REPORÇO DE SUBSÍDIOS DE BENS E SERVIÇOS
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	342 586		8 333		334 253	28 355		305 898	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	5 000	898			5 898	1 350		4 548	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020224	00	00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	258	00000.00000	18 200	3 013			21 213	1 680		19 533	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 6 :												371 493	8 333	8 333		371 493	32 541		338 952				

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DBSCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIG. INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES													
	ORGÂNICA			PROC.	MED.	FUNTE FIN.	FUNC.	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA				ACT.	PROJECTO REGIÃO	REFORÇOS	ANULAÇÕES						CÉDITOS ESPECIAIS												
	SE	CAP	DIV					DEIV	CÓDIGO	SM												DESIGNAÇÃO											
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)															
7	1	04	04	00	009	052	510	3011	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	258	00000.00000	3	025	3	411	6	436	4	6	432	REFORÇO SUBSÍDIOS DE BENS E SERVIÇOS									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	334	253		80	055	254	198	28	355	225	843								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020209	00	00	COMUNICAÇÕES MOVIS	258	00000.00000	28	610	2	937		31	547	3	360	28	187								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	36	809	9	859		46	668	5	521	41	147								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	61	442	51	370		112	812	11	016	101	796								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020224	00	00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECRITAS	258	00000.00000	21	213	12	478		33	601	1	680	32	011								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 7 :													485	352		80	055		80	055		485	352		49	336		435	416				
8	1	04	04	00	009	052	510	3011	020107	00	00	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	258	00000.00000	150		133			283		23		260	REFORÇO SUBSÍDIOS BENS E SERVIÇOS, E OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	258	00000.00000	38	816	200			39	016	4	172	34	844								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020209	00	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	126	145	2	880		123	295	12	477	110	818								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	79	615	2	517		82	132	11	942	70	190								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	030601	00	00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	258	00000.00000			74				74		74	74									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	722	816		74		722	742		742	722	742								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 8 :													967	542		2	924		2	924		967	542		28	614		938	928				
9	1	04	04	00	009	052	510	3011	020209	00	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	123	295		1	585	121	710	12	477	109	233								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	46	668	112			46	780	5	521	41	259								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	16	256	1	473		17	729	2	813	14	916								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 9 :													186	219		1	585		1	585		186	219		20	811		165	408				
10	1	04	04	00	009	052	510	3011	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1	177	983		931	1	177	052		1	177	052							
	1	04	04	00	009	052	510	3011	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE)	258	00000.00000	4	036		931		4	967		4	967									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	4	825	18			4	843	1	099	3	744								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020209	00	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	121	710		444		121	266	12	477	108	789								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	112	812	426			112	238	11	016	102	222								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 10 :													1	421	366		1	375		1	375		1	421	366		24	592		1	396	774	
11	1	04	04	00	009	052	510	3011	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	24	600				22	110		3	690	18	420							
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	258	00000.00000	39	016	490			39	506	4	172	35	334								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020209	00	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	121	266	12	000		109	266	12	477	96	789								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020214	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	34	750		8	080	26	750	23	963	2	787								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	52	861	48	237		101	098	8	679	92	419								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020219	AO	00	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	258	00000.00000	12	678		4	237	8	441	1	902	6	539								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	285	677	10	000		275	677	65	352	210	325								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020220	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	61	220	12	000		49	220	33	183	16	037								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 11 :													632	068		48	727		48	727		632	068		153	418		478	650				
12	1	04	04	00	009	052	510	3011	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1	177	052		36	1	177	016		1	177	016							
	1	04	04	00	009	052	510	3011	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE)	258	00000.00000	4	967	36			5	003		5	003									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	113	238	3	500		116	738	11	016	105	722								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	5	898	1	845		7	743	1	350	6	393								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	275	677	18	629		257	048	65	352	191	696								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	47	237	13	284		60	521	7	086	53	435								
TOTAL DA ALTERAÇÃO 12 :													1	624	069		18	665		18	665		1	624	069		84	804		1	539	265	
13	1	04	04	00	009	052	510	3011	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1	177	016		91	1	176	925		1	176	925							
	1	04	04	00	009	052	510	3011	010306	00	00	ACIDENTES EM SERVIÇO E DOENÇAS PRO	258	00000.00000	735		91			826				826									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	22	110		489		21	621	3	690	17	931								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	020108	00	00	MATERIAL DE RECRITÓRIO	258	00000.00000	23	444	489			23	933	2	767	21	166								
	1	04	04	00	009	052	510	3011	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	722	742		608		722	134		722	134									
	1	04	04	00	009	052	510	3011	070113	00	00	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	258	00000.00000	405		608			1	013		1	013									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 13 :													1	946	452		1	188		1	946	452		6	457		1	939	995				

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES				
	ORGÂNICA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							REFEIÇÕES	AJUSTOS	CRÉDITOS ESPECIAIS									
	SE	CAP	DIV	SEDIU	PROG.	MDA	FUNTE FIN.	FUNC.	CÓDIGO	SM										DESIGNAÇÃO	ACT.	PROJETO REGIÃO	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)						
14	1	04	04	00	009	052	510	3031	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	21 621		2 442		19 179	3 690		15 489	REFORÇO DE LIVROS E DOC TÉCN. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA E OUTROS REC FINANCEIROS
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	4 843	2 966			7 809	1 099		6 710	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	173 325				177 801	39 600		138 201	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	257 048		5 000		252 048	65 352		186 696	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	030601	00	00	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	258	00000.00000	74		27		101			101	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	722 134		27		722 107			722 107	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 14 :													1 179 045		7 469		7 469		1 179 045	109 741		1 069 304	
16	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PERSONAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 176 925		529		1 176 396			1 176 396	REFORÇO PARENTALIDADE, SOC REEF, HARDWARE COMERC
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	5 003	529			5 532			5 532	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	123 760		3 526		120 234	12 414		107 820	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 360 650		3 526		1 364 176	183 098		1 181 078	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	71 895	72 522			144 417			144 417	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	722 107		72 522		649 585			649 585	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 16 :													3 460 340		76 577		76 577		3 460 340	195 512		3 264 828	
17	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PERSONAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 176 396		578		1 175 818			1 175 818	REFORÇO OUTROS ABONOS
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010214	00	00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉ	258	00000.00000	4 500		578		5 078			5 078	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 17 :													1 180 896		578		578		1 180 896			1 180 896	
18	1	04	04	00	009	052	510	3031	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	46 780		252		47 032	5 521		41 511	REFORÇO TRANSPORTES E PUBLICIDADE
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	17 729	1 845			19 574	2 813		16 761	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	60 521		2 097		58 424	7 086		51 338	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 18 :													125 030		2 097		2 097		125 030	15 420		109 610	
19	1	04	04	00	009	052	510	3031	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	258	00000.00000	6 436		2 000		4 436	4		4 432	REFORÇO ENCARGOS INSTALAÇÕES E OUTROS
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	354 198	2 512			256 710	28 355		228 355	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	120 234		12 000		108 234	12 414		95 820	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020212	AO	00	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA AP	258	00000.00000	1 250		812		438			250	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	101 098	12 300			113 398	8 679		104 719	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 19 :													483 216		14 812		14 812		483 216	49 640		433 576	
20	1	04	04	00	009	052	510	3031	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	19 179		1 000		18 179	3 690		14 489	REFORÇO RUBRICAS OUT BENS, OUT SERV, DESLOC, SERV
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE RECRUTÓRIO	258	00000.00000	23 933		1 800		22 133	2 767		19 366	REV. IMP
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020121	00	00	OUTROS BENS	258	00000.00000	29 268		426		29 694	4 690		25 004	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 364 176		3 000		1 361 176	183 098		1 178 078	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	51 545		2 000		49 545	4 732		44 813	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	PO	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	109 266	17 015			126 281	12 477		113 804	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	116 738		463		117 201	11 016		106 185	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	BO	00	OUTRAS	258	00000.00000	30 000		3 000		27 000	6 600		20 400	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	AO	00	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	258	00000.00000	8 441		3 000		5 441	1 902		3 539	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	252 048		3 000		249 048	65 352		183 696	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	58 424		3 680		54 744	7 086		47 658	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	49 220	6 576			55 796	33 183		22 613	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	8 017		1 000		7 017	1 203		5 814	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020222	00	00	SERVIÇOS DE SAÚDE	258	00000.00000	9 700		3 000		6 700			6 700	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 20 :													2 129 955		24 480		24 480		2 129 955	337 796		1 792 159	

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIG. INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES				
	ORÇÂNICA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							ACT	PROJECTO REGIÃO	REFORÇOS						ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS		
	SE	CAP	DIV	DEIV	PROG.	MDA	FONTE FIN.	FUNC.	CÓDIGO	SPM												DESIGNAÇÃO	
21	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇ	258	00000.00000	1 175 818		3 245		1 172 573			1 172 573	REPORZO PARENTALIDADM, LIVROS, VIGILANCIA E
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	5 532	3 245			8 777			8 777	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	18 179		700		17 479	3 690		13 789	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	258	00000.00000	22 133		2 000		20 133	2 767		17 366	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-FRASCAS	258	00000.00000	4 436		513		3 923	4		3 919	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	7 809	32			7 841	1 099		6 742	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 361 176		1 200		1 359 976	183 098		1 176 878	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	258	00000.00000	123 746		1 300		122 446	7 762		114 684	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	AO	00	ACESSOS A INTERNET	258	00000.00000	12 035		2 300		9 735	1 130		8 605	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICADORES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	49 545		1 200		48 345	4 732		43 613	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020211	00	00	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	258	00000.00000	3 600		500		3 100	540		2 560	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	117 201	683			117 884	11 016		106 868	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	26 750		2 500		24 250	23 963		287	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	AO	00	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNI	258	00000.00000	12 000		1 700		10 300	300		10 000	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	BO	00	OUTRAS	258	00000.00000	27 000		1 500		25 500	6 600		18 900	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SIMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	7 743		500		7 243	1 350		5 893	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	177 801	30 298			208 099	39 600		168 499	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	AO	00	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	258	00000.00000	5 441		2 000		3 441	1 902		1 539	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	249 048		3 000		246 048	65 352		180 696	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	54 744		4 300		50 444	7 086		43 358	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	7 017		3 400		3 617	1 203		2 414	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020222	00	00	SERVIÇOS DE SAÚDE	258	00000.00000	6 700		2 400		4 300	4 300		4 300	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 21 :												3 475 454	34 258	34 258		3 475 454	363 194		3 112 260				
22	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	117 884	1			117 885	11 016		106 869	REPORZO DE SERV ASSIST TECNICA
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	113 398		1 169		112 229	8 679		103 550	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	50 444	1 168			51 612	7 086		44 526	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 22 :												281 726	1 169	1 169		281 726	26 781		254 945				
24	1	04	04	00	009	052	510	3031	010101	00	00	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E	258	00000.00000					1 272			1 272	REPORZO 010101 E ANULAÇÃO 010202, POR LAUDO (PARA
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010102	00	00	ÓRGÃOS SOCIAIS	258	00000.00000	121 691		7 571		114 120	28 355		114 120	ANULAR)
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	256 710	2 500			259 210	28 355		230 855	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	208 099		3 772		204 327	39 600		164 727	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	144 417	7 571			151 988			151 988	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 24 :												730 917	11 343	11 343		730 917	67 955		662 962				
25	1	04	04	00	009	052	510	3031	010101	00	00	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E	258	00000.00000	1 272		1 272		0			0	REPORZO 010101 E ANULAÇÃO 010202, POR LAUDO (PARA
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010102	00	00	ÓRGÃOS SOCIAIS	258	00000.00000	114 120	7 571			121 691			121 691	ANULAÇÃO AO NEM SERV 24)
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	259 210		2 500		256 710	28 355		228 355	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	204 327	3 772			208 099	39 600		168 499	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	151 988	7 571			144 417			144 417	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 25 :												730 917	11 343	11 343		730 917	67 955		662 962				
26	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	256 710	2 500			259 210	28 355		230 855	REPORZO DE BNC INSTALAÇÕES, OUTROS SERV E
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	208 099		3 772		204 327	39 600		164 727	HARDWARE CEMENTIC
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	82 132	1 272			83 404	11 942		71 462	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070107	BO	AO	HARDWARE DE COMUNICAÇÕES	258	00000.00000	144 417	7 571			151 988			151 988	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	649 585		7 571		642 014			642 014	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 26 :												1 340 943	11 343	11 343		1 340 943	79 897		1 261 046				

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORREG. INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES				
	ORÇAMENTAL				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							ACT	PROJECTO RUBRICO	REFORÇOS						ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS		
	SE	CAP	DIV	SEIV	PROG.	MDP.	FONTE FIN.	FUNC.	código	STM												DESIGNAÇÃO	
27	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇ	258	00000.00000	1 172 573		2 610		1 169 963			1 169 963	PARENTALIDADE, INTERNET, DESLOC, OUTROS TRAM
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	8 777	2 610			11 387			11 387	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	AO	00	ACESSOS A INTERNET	258	00000.00000	9 735		5 898		15 633	1 130		14 503	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	117 885	753			118 638	11 016		107 622	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	204 327		15 166		189 161	39 600		149 561	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	3 617	11 106			14 723	1 203		13 520	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	83 404		21 014		62 390	11 942		50 448	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	642 014	18 223			660 237			660 237	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070109	BO	BO	OUTROS	258	00000.00000	500	200			700			700	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 27 :													2 242 832	38 790	38 790		2 242 832	64 891		2 177 941			
28	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE RECHITÓRIO	258	00000.00000	20 133	1 151			21 284	2 767		18 517	REPORÇO MAT RECHITÓRIO E SERV SAÚDE
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	48 345		7 484		40 861	4 732		36 129	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020222	00	00	SERVIÇOS DE SAÚDE	258	00000.00000	4 300	6 333			10 633			10 633	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 28 :													72 778	7 484	7 484		72 778	7 499		65 279			
29	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	7 841	1 489			9 330	1 099		8 231	REPORÇO LIVROS, DESLOCAÇÕES, PEISA, ASSISTENCIA
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	118 638	111			118 749	11 016		107 733	RELEVADORES E SIMILARICA ENTRADA IMPIC
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	7 243	773			8 016	1 350		6 666	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	51 612	60			51 672	7 086		44 586	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	14 723	2 214			16 937	1 203		15 734	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	62 390	4 647			57 743	11 942		45 801	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 29 :													262 447	4 647	4 647		262 447	33 696		228 751			
30	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	PD	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE,	258	00000.00000	11 387	2 204			13 591			13 591	REPORÇO PARENTALIDADE, DESLOCAÇÕES E PUBLICIDADE
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	118 749	1 506			120 255	11 016		109 239	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020214	BO	00	OUTROS	258	00000.00000	112 229		29 000		83 229	8 679		74 550	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	19 574	26 571			46 145	2 813		43 332	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	189 161		1 281		187 880	39 600		148 280	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 30 :													451 100	30 281	30 281		451 100	62 108		388 992			
31	1	04	04	00	009	052	510	3031	020121	00	00	OUTROS BENS	258	00000.00000	29 694	831			30 525	4 690		25 835	REPORÇO RUBRICAS DIVERSAS PARA AGENCIAR
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	259 210	1 247			260 457	28 355		232 102	PAGAMENTO DESPESAS
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	258	00000.00000	108 234	14 233			122 467	12 414		110 053	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 359 976	3 044			1 363 020	183 098		1 179 922	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	CO	00	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ	258	00000.00000	40 861	3 632			44 493	4 732		39 761	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	120 255	56			120 311	11 016		109 295	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	8 016		563		7 453	1 350		6 103	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	258	00000.00000	187 880		6 600		181 280	39 600		141 680	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	246 048		4 000		242 048	65 352		176 696	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	CO	00	OUTROS	258	00000.00000	51 672		5 900		45 772	7 086		38 686	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	AO	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	258	00000.00000	55 796	4 920			60 716	33 183		27 533	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020224	00	00	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECHITAS	258	00000.00000	33 691		2 400		31 291	1 680		29 611	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	57 743	8 500			49 243	11 942		37 301	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 31 :													2 559 076	27 963	27 963		2 559 076	404 498		2 154 578			
32	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	258	00000.00000	242 048		153		241 895	65 352		176 543	REPORÇO PARA PAGAMENTO TARA JUSTIÇA
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	49 243	153			49 396	11 942		37 454	
TOTAL DA ALTERAÇÃO 32 :													291 291	153	153		291 291	77 294		213 997			

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL											DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES						
	ORÇAMENTAL				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA								ACT	PROJECTO REGIÃO	REFORÇOS						ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS	(5) = (1) + (2) - (3) + (4)	(6)	(7)	(8) = (5) - (6) + (7)
	SE	CAP	DIV	DIV	PROG	MDA	FUNDE	FUNDE	CÓDIGO	GRUPO	DESIGNAÇÃO															
33	1	04	04	00	009	052	510	3031	020102	00	00	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	258	00000.00000	17 479		1 207		16 272	3 690		12 582	REFORÇO PARA: ESPAÇO FEIRA, PUBLICIDADE (ALTER PARA IMPIC) E ASSISTENCIA TÉCNICA AVAC E RELACIONES			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	258	00000.00000	39 506		1 000		38 506	4 172		34 334				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 363 020	144			1 363 164	183 098		1 180 066				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	00	00	COMUNICAÇÕES MÓVEIS	258	00000.00000	31 547		300		31 247	3 360		27 887				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	47 032		1 000		46 032	5 521		40 511				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020212	00	00	OUTRAS	258	00000.00000	1 250		199		1 051	188		863				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020216	00	00	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	258	00000.00000	7 453	360			7 813	1 350		6 463				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	46 145	1 056			47 201	2 813		44 388				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	00	00	OUTROS	258	00000.00000	45 772	1 696			47 468	7 086		40 382				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020225	00	00	OUTROS SERVIÇOS	258	00000.00000	49 396	450			49 846	11 942		37 904				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 33 :													1 648 600	3 706	3 706		1 648 600	223 220		1 425 380						
34	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	260 457		8 082		252 375	28 355		224 020	REFORÇO BERRICAS TRANSPORTES (FEIRA), PUBLICIDADE (ALTER PARA IMPIC), PATROCÍNIO CONGRESSO E TRABALHOS ESPECIALIZADOS			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020210	00	00	TRANSPORTES	258	00000.00000	46 032	308			46 340	5 521		40 819				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	258	00000.00000	47 201	7 439			54 640	2 813		51 827				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	00	00	OUTROS	258	00000.00000	16 937	335			17 272	1 203		16 069				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 34 :													370 627	8 082	8 082		370 627	37 892		332 735						
35	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 169 963		1 130		1 168 833			1 168 833	REFORÇO PARENTALIDADE, MATERIAL ESCRITÓRIO (IMPIC), DESLOCAÇÕES, RENOVAR SISTEMA DETEÇÃO INCENDIOS			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	00	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE)	258	00000.00000	13 501	1 130			14 721			14 721				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	258	00000.00000	21 284	6 958			28 242	2 767		25 475				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	252 375		8 330		244 045	28 355		215 690				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	120 311	753			121 064	11 016		110 048				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020219	00	00	OUTROS	258	00000.00000	47 468	619			48 087	7 086		41 001				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 35 :													1 624 992	9 460	9 460		1 624 992	49 224		1 575 768						
36	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 168 833		329		1 168 504			1 168 504	REFORÇO ABONO PARA FALHAS, OUTROS ABONOS (FEIRA CONCERTA) E AQUISIÇÃO LIVROS AUTODIPLIATIVOS			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010205	00	00	ABONO D/ FALHAS	258	00000.00000	1 796	77			1 873			1 873				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010214	00	00	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉ	258	00000.00000	5 078	252			5 330			5 330				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	258	00000.00000	28 242	2 301			30 543	2 767		27 776				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	244 045		2 301		241 744	28 355		213 389				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 36 :													1 447 994	2 630	2 630		1 447 994	31 122		1 416 872						
37	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	241 744		62		241 682	28 355		213 327	REFORÇO LOC BEEP E OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	258	00000.00000	1 363 164	1			1 363 165	183 098		1 180 067				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020220	00	00	OUTROS	258	00000.00000	17 272	61			17 333	1 203		16 130				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 37 :													1 622 180	62	62		1 622 180	212 656		1 409 524						
38	1	04	04	00	009	052	510	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	258	00000.00000	9 330	90			9 420	1 099		8 321	REFORÇO LIVROS, OUTRAS FORMAÇÃO E OUTROS EQUIP TÉCNICA			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	241 682		2 447		239 235	28 355		210 880				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020215	00	00	OUTRAS	258	00000.00000	25 500	2 357			27 857	6 600		21 257				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070108	00	00	OUTROS	258	00000.00000	660 237		1 643		658 594			658 594				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	070109	00	00	OUTROS	258	00000.00000	700	1 643			2 343			2 343				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 38 :													937 449	4 090	4 090		937 449	36 054		901 395						
39	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 168 504		2 056		1 166 448			1 166 448	REFORÇO BERRICAS PESSOAL, OUTROS COMERC E DESLOCAÇÕES E ESTADAS			
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	00	00	OUTRAS DESPESAS	258	00000.00000	12 595	1			12 596			12 596				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010310	00	00	PARENTALIDADE (EVENT. MATERNIDADE)	258	00000.00000	14 721	2 055			16 776			16 776				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020201	00	00	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	258	00000.00000	239 235		1 249		237 986	28 355		209 631				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020209	00	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	258	00000.00000	126 281	87			126 368	12 477		113 891				
	1	04	04	00	009	052	510	3031	020213	00	00	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	258	00000.00000	121 064	1 162			122 226	11 016		111 210				
TOTAL DA ALTERAÇÃO 39 :													1 682 400	3 305	3 305		1 682 400	51 848		1 630 552						

ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA
INSTITUTO DOS MERCADOS PÚBLICOS, DO IMOBILIÁRIO E DA CONSTRUÇÃO

Unidade: Euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL											DOTAÇÕES ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÕES APÓS ALTERAÇÕES	CATIVAÇÕES	DESCATIVAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIG. INFLUENCIADAS	OBSERVAÇÕES				
	ORGÂNICA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA								ACT	PROJECTO RÉGIMO	REFORÇOS						ANULAÇÕES	CRÉDITOS ESPECIAIS		
	SE	CAP	DIV	SDIV	PROG.	MDP	FONTE FIN.	FUNC.	CÓDIGO	SUB	DESIGNAÇÃO													
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)							
40	1	04	04	00	009	052	510	3031	010102	00	00	ÓRGÃOS SOCIAIS	258	00000.00000	121 691	2 614			124 305			124 305	REFORÇO NUMERICA DE PESSOAL	
	1	04	04	00	009	052	510	3031	010103	00	00	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNC	258	00000.00000	1 166 448		2 614		1 163 834			1 163 834		
TOTAL DA ALTERAÇÃO 40 :													1 288 139	2 614	2 614		1 288 139			1 288 139				

8.3.2 - Contratação Administrativa

No Mapa 8.3.2 estão registados os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objecto de execução financeira no decurso do ano económico de 2015.

8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)	Trabalhos a mais (13)	
386 Design Lda	Prestação de serviços	Conceção e produção de imagem gráfica, estacionário e suportes promocionais do IMPIC - proposta de adjudicação	19-11-2015	5.227,50			23-12-2015	5.227,50			0,00			
386 Design Lda	Prestação de serviços	Criação do Layout para substituição dos painéis que existem nas instalações sede do futuro IMPIC	14-10-2015	2.214,00				0,00			0,00			
A.C.Nielsen Portugal - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Prestação de serviços para a realização de inquéritos de opinião aos colaboradores do InCI, I.P., aos Agentes dos Setores da Construção e do Imobiliário e às Entidades Adjudicantes	30-04-2015	7.134,00			30-12-2015	0,00			0,00			
Accional Ações Promoções e Representações, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de 2 placas de identificação p/ afixação na delegação de Ponta Delgada	12-11-2015	142,36			30-12-2015	0,00			0,00			
Acitel 4 - Serviços de Telecomunicações, SA	Aquisição de bens	Aquisição de dois adaptadores de auriculares para os dois postos de call-center do portal base mais portes de envio	13-04-2015	190,01			07-05-2015	190,04			422,82			
AIP - Associação Industrial Portuguesa	Prestação de serviços	Participação do InCI no SIL - Salão Imobiliário de Lisboa- FIL	14-10-2015	2.872,07			14-07-2015	2.481,34			2.745,41			
AIP - Associação Industrial Portuguesa	Prestação de serviços	TEKTONICA - Feira Internacional de Construção e Obras Públicas	10-04-2015	1.817,78			22-04-2015	1.453,25			3.108,51			
AltranPortugal, SA	Prestação de serviços	Aquisição de um serviço de desenvolvimento do portal dos contratos públicos (portal BASE) e do observatório das obras públicas (portal OOP) - Lote 5 A Q eSPap	01-07-2015	84.870,01				0,00			0,00			
AltranPortugal, SA	Prestação de serviços	Serviços de manutenção do backoffice do portal base	01-07-2015	25.830,01				8.610,00			0,00			
AMA - Agência para a modernização Administrativa	Locação/Arrendamento	Aluguer de espaços dos postos de atendimento do InCI, I.P. nas lojas do cidadão	2000	74.022,10				74.022,10			262.846,82			
AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	Prestação de serviços	Telefones Fixos das Lojas de Cidadão de Aveiro, Braga e Viseu, Coimbra e Faro, Laranjeira e Porto	2000	b)				2.328,69			9.996,11			
Américo Barroso Fernandes de Brito	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Porto	12-11-2015	242,31				0,00			0,00			
António de Oliveira Cymbron e Albano de Oliveira Cymbron	Locação/Arrendamento	Contrato de arrendamento do edifício sito na Avenida Infante D. Henrique, nº 5, em Ponta Delgada - Açores	01-07-2011	54.000,00			26-08-2011	10.800,00			21.600,00			
APOGEP - Associação Portuguesa de Gestão de Projetos	Prestação de serviços	Certificação como Gestor de Projetos	2015	250,00			16-06-2015	250,00			0,00			
AR Telecom - Acessos e redes de Telecomunicações, SA	Prestação de serviços	Aquisição de um circuito de comunicações VPN para ligação ao IRN	11-04-2014	1.440,00			08-05-2014	885,60			5.844,96			
Área Associativa Comunicação e Serviços	Aquisição de bens	Renovação da assinatura do Jornal Construir para o Centro de Documentação e Informação	19-11-2013	113,21			30-12-2013	120,00			0,00			
ATMJ - Sociedade de Advogados, RL	Prestação de serviços	Proposta de abertura de Procedimento por ajuste direto relativo à aquisição de Serviços de Patrocínio Judiciário	12-11-2014	1.785,00				6.099,57			0,00			
Base Dois - informática e Telecomunicações, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 2 tablets e duas capas com teclado	10-12-2015	1.692,48			28-12-2015	1.448,94			0,00			
Becompi - Online Solutions, Lda	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Braga	12-11-2015	165,44				0,00			0,00			
BIBLIsoft - Informática, Formação e Serviços, Lda	Prestação de serviços	Formação na "Aplicação Informática de Gestão de Bibliotecas - Biblio-net"	23-02-2015	319,80			07-05-2015	319,80			0,00			
Brisambiente - Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Assistência Técnica ao sistema central de ar condicionado	19-01-2015	282,90			13-02-2015	282,90			0,00			
Bubble Free - Soluções de Publicidade, Lda	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Faro	12-11-2015	83,64				0,00			0,00			
Cadigital - Cad, Publicidade e Multimédia, Lda	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Lisboa	12-11-2015	305,16				0,00			0,00			
CAEL - Consórcio de Automóveis Excelsior, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de viatura para a montagem e desmontagem do stand do IMPIC, I.P. na Concreta 2015	13-11-2015	445,08			14-12-2015	111,26			0,00			
CAEL - Consórcio de Automóveis Excelsior, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de viatura para montagem e desmontagem de stand do InCI, I.P. na feira Tektónica	05-05-2015	111,26			27-05-2015	111,26			0,00			
CAEL - Consórcio de Automóveis Excelsior, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de 2 viaturas para o CD, durante o período em que decorre o procedimento de contratação ao abrigo do A.Q.-VAM	27-08-2014	11.600,00			18-09-2014	5.058,09			6.291,60			
Caixa Geral de Depósitos	Prestação de serviços	Despesa referente à manutenção da máquina ATM (Multibanco)	2004	d)				1.488,30			3.382,50			
Caixa Geral de Depósitos	Prestação de serviços	Encargos com serviços bancários - Transferências Interbancárias	2001	d)				0,00			765,64			
Caldeira, Costa & Cª Lda	Prestação de serviços	Assistência técnica e manutenção da fotocopiadora Canon Mod. Ir-2016, instalada no núcleo da RAM	02-01-2006	a)				307,44			614,88			
Câmara Municipal de Évora	Prestação de serviços	Despesa referente a consumo de água na delegação de Évora	01-11-2011	b)			22-12-2011	18,53			9,26			

8.3.2 - Contratação Administrativa
1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
Câmara Municipal de Évora	Locação/Arrendamento	Contrato de arrendamento da Loja 2 da Arena d'Évora (em Évora)	01-11-2011	2.880,00			22-12-2011	3.005,85			5.981,74			
Câmara Municipal de Lisboa	Prestação de serviços	Aluguer de entrada no quadro da decção automática de incêndios do R.S.B.	2002	e)				675,60			1.343,00			
Caminhos de Ferro portugueses, EP	Prestação de serviços	Despesa relativa a deslocações dos funcionários ao serviço do InCI, I.P.	2014	1.500,00				1.342,20			2.831,70			
Canon Portugal, SA	Prestação de serviços	Intervenção técnica para montagem e desmontagem de fotocopiadoras	10-08-2015	196,80			02-11-2015	196,80			0,00			
Canon Portugal, SA	Prestação de serviços	Assistência técnica às fotociadoras ao serviço do InCI, I.P.	2005	c)				3.287,61			12.054,53			
Central das Bandeiras	Aquisição de bens	Aquisição de bandeiras com a denominação IMPIC	12-11-2015	980,31			31-12-2015	0,00			0,00			
Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Prestação de serviços	Serviço de vigilância e Segurança - mês Dez/2014	14-02-2014	10.980,09				10.980,09			0,00			
Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Prestação de serviços	Serviço de vigilância e Segurança - mês Março 2015	25-03-2015	10.980,09				10.980,09			0,00			
Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Prestação de serviços	Serviço de vigilância e Segurança - meses Jan e Fev 2015	14-02-2014	21.960,18				21.960,18			0,00			
Charon - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Prestação de serviços	Serviços de segurança e vigilância - abertura de procedimento fora do ac ordo quadro, ao abrigo da exceção concedida pela eSPap	01-04-2015	24.633,00			16-06-2015	60.596,59			0,00			
Chaves do Areiro, Soluções e Sistemas de Segurança	Aquisição de bens	Aquisição de 5 comandos para garagem do edifício nº 9 sito na Av. Júlio Dinis	13-01-2015	223,50			13-02-2015	223,50			0,00			
Chronopost Portugal	Prestação de serviços	Serviço de mala e transporte de pequenas encomendas, entre o InCI, I.P. - Lisboa e as delegações	01-03-2013	53.856,00			06-08-2013	22.051,33			40.853,56			
Clarke Modet & Companhis Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Averbamento dos registos do nome de dominio e marca - PRONIC	06-07-2015	607,74			02-11-2015	607,74			0,00			
Clarke Modet & Companhis Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Renovação do nome de dominio ProNIC.pt	10-12-2014	95,94				95,94			0,00			
Clarke Modet & Companhis Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Renovação do nome de dominio ProNIC.pt por 3 anos	18-02-2015	308,73				308,73			0,00			
Cofina Media	Prestação de serviços	Inserção de anúncios relativos á nova designação IMPIC	21-10-2015	26.570,70				6.149,95			0,00			
Cofina Media, SA	Aquisição de bens	Aquisição anual de duas assinaturas do Jornal Correio da Manhã em suporte papel	03-02-2015	596,60			27-02-2015	596,60			0,00			
CPC'is Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas SA	Prestação de serviços	Análise e Proposta de adjudicação para o fornecimento de um sistema integrado de gestão dedicado ao InCI	2007	33.481,35				0,00			0,00			
CPC'is Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas SA	Prestação de serviços	Implementação Projeto Intranet	2007	45.000,00				0,00			0,00			
Credigere - Informação e Gestão de Créditos, Lda	Aquisição de bens	Renovação do contrato de aquisição de Serviços e Produtos IIC na área de Informações Comerciais de Apoio à Gestão de Crédito	14-10-2015	1.210,14				1.488,47			0,00			
CTLimpe - Sociedade de Limpezas, Lda	Prestação de serviços	Prestação de serviço de limpeza no edifício sede do InCI, I.P., delegações de Évora, Ponta Delgada e Funchal	08-01-2015	6.150,00				6.150,00			150.221,20			
CTLimpe - Sociedade de Limpezas, Lda	Prestação de serviços	Serviço de limpeza do edifício sede do InCI, I.P. mês janeiro 2015	14-01-2015	5.688,84			14-12-2015	5.688,84			0,00			
CTT Expresso	Prestação de serviços	Despesa referente a serviços postais e de estafeta	24-02-2000	b)				1.739,59			3.740,91			
CTT, Correios de Portugal	Prestação de serviços	Revalidação de Álvaras para o ano 2015 - aquisição de serviço de mailing	28-11-2014	1.352,76				1.164,90			0,00			
CTT, Correios de Portugal, SA	Prestação de serviços	Despesa referente aos encargos com a cobrança de Taxas e Coimas	20-10-1998	b)				3.928,73			7.107,79			
CTT, Correios de Portugal, SA	Prestação de serviços	Despesa referente às cobranças postais, avenças e correio azul para o ano 2015	20-10-1998	b)				96.705,89			203.037,18			
Datajuris, Direito e Informática, Lda	Prestação de serviços	Contrato anual de acesso a base de dados jurídicos	21-05-2004	10.487,80				12.884,04			25.768,08			
Disrego, Lda	Prestação de serviços	Contrato de assistência técnica informática na delegação de Ponta Delgada	03-04-2012	1.296,00				0,00			1.594,08			
EDA Electricidade dos Açores, SA	Prestação de serviços	Despesa referente ao gasto de electricidade na delegação dos Açores	2012	b)				1.421,85			435,06			
EDNI - Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de equipamento informático hardware	11-03-2014	579,60			30-05-2014	6.491,94			0,00			
EDNI - Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de leitores smartcard e ratos móveis sem fio	24-08-2015	7.380,00				0,00			0,00			
EDP - Energias de Portugal	Prestação de serviços	Despesa referente a gastos de electricidade na delegação de Évora	19-03-2012	b)				497,99			1.157,48			
Epal, SA	Prestação de serviços	Despesa referente ao consumo de água das instalações do edifício sede do InCI, I.P.	14-02-2002	b)				8.691,91			9.365,92			
Epal, SA	Prestação de serviços	Consumo de água referente ao edifício sito na Av. Júlio Dinis, nº 9	01-10-2014	456,90			31-12-2014	2.657,25			0,00			
Ernesto Alexandre	Aquisição de bens	Aquisição de bases para copos e toalhas de papel	16-12-2015	148,00				0,00			0,00			

8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)	Trabalhos a mais (13)		
Ernesto Alexandre	Aquisição de bens	Aquisição de luvas de proteção para a equipa do arquivo	16-12-2015	147,97						0,00			0,00		
Escalatur Viagens e Turismo Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de viagens ao abrigo do acordo quadro da ANCP - Deslocações e Estadas	22-01-2015	24.600,00						1.064,40			0,00		
Escalatur Viagens e Turismo Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de viagens ao abrigo do acordo quadro da ANCP - Deslocações e Estadas	22-01-2015	20.000,00						16.981,54			0,00		
Esteves & Pinho	Prestação de serviços	Honorários do Fiscal Único de revisão de contas com despesas incorridas referentes ao ano 2015	2008	10.449,61						12.410,40			25.843,99		
EVERIS Centers Group SLU	Prestação de serviços	Serviços de manutenção ao Portal Internet do InCI decorrentes das alterações legislativas no âmbito da atividade definidas no plano de contingência - Proposta de abertura de procedimento	20-11-2015	4.920,00				30-12-2015		0,00			0,00		
Everis Centers Group, SLU	Prestação de serviços	Aquisição de um serviço de desenvolvimento de um sistema integrado de Gestão de Licenciamento e da Regulação das atividades da Mediação Imobiliária e da Construção (GESLIC)	11-03-2015	243.540,00						19.800,00			0,00		
Exponor, Feira Internacional do Porto	Prestação de serviços	Participação do InCI, I.P. na CONCRETA 2015 "Feira Internacional de Reabilitação, Construção, Arquitetura e Design na Exponor"	18-02-2015	2.027,04				19-03-2015		1.029,45			1.191,80		
Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa	Prestação de serviços	SILE 2015 - Seminário Internacional sobre ligações estruturais	28-09-2015	50,00				14-12-2015		50,00			0,00		
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa	Prestação de serviços	Participação na formação "O Novo Código do Procedimento Administrativo"	13-05-2015	60,00				01-07-2015		60,00			0,00		
Fernando Gonçalves Carvalho, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 2 frigoríficos para instalações do InCI, I.P.	18-09-2015	500,00				02-11-2015		499,80			0,00		
FITISAN - Produtos de Higiene e Embalagem, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de material de higiene e limpeza	17-02-2014	316,60						389,42			0,00		
FULL IT - Consultoria em Novas Tecnologias, Lda	Prestação de serviços	Assistência técnica especializada à ferramenta de CMS SiteSeed de suporte à componente pública dos Portais BASE e OOP	08-08-2014	73.600,00				13-02-2014		51.597,89			10.713,30		
Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Locação/Arrendamento	Contrato de arrendamento do edifício sito na Av Julio Dinis, nº 11 em Lisboa	2007	800.523,72						800.630,46			1.593.853,88		
Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Locação/Arrendamento	Contrato de arrendamento do edifício sito na Av Julio Dinis, nº 9 em Lisboa	01-10-2014	95.313,08				19-12-2014		285.969,09			95.310,32		
Fundiestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Prestação de serviços	Encargos de electricidade do edifício sede do InCI, I.P.	2007	b)						126.582,83			98.709,12		
FYI, Lda	Prestação de serviços	Alteração do portal para a nova designação IMPIC - proposta de adjudicação	20-11-2015	5.719,50				14-12-2015		5.719,50			0,00		
Gadsa - Arquivo e Depósito de Documentação, SA	Prestação de serviços	Aquisição de Serviços de Custódia e de Consulta de Arquivos	01-03-2015	34.409,56				24-12-2015		8.383,92			0,00		
Gadsa - Arquivo e Depósito de Documentação, SA	Prestação de serviços	Prestação de serviços de custódia do arquivo de processos e de serviço de consulta	01-05-2012	27.121,00				06-03-2013		1.882,46			19.114,95		
Hangar Criativo - Soluções de Publicidade, Lda	Prestação de serviços	Substituição da imagem no posto de atendimento nas lojas do cidadão de Aveiro e Évora	12-11-2015	581,79						0,00			0,00		
Higiene Plus	Aquisição de bens	Aquisição agregada de Produtos de Higiene ao abrigo do ACORDO QUADRO nº 5 da ANCP - Fatura Out/2014	01-12-2012	7.606,20				31-12-2012		241,08			4.546,41		
Higiene Plus	Aquisição de bens	Fornecimento de artigos e serviços de Higiene - abertura de procedimento	16-04-2015	5.627,25				10-07-2015		4.270,51			4.270,51		
Higiene Plus	Aquisição de bens	Fornecimento de artigos de Higiene e Serviço de ambientadores e substituição de contentores acépticos (4 meses)	04-02-2015	2.214,00				19-03-2015		2.131,82			0,00		
Holos - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação	Prestação de serviços	Serviço de assistência técnica às aplicações internas MOTRIM e STR	09-08-2012	52.440,00				25-09-2012		1.128,77			9.621,43		
Holos - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação	Prestação de serviços	Reparação de avaria na aplicação STR	07-08-2015	2.000,00				08-09-2015		592,18			0,00		
Iberlim Sociedade Técnica de Limpezas, SA	Prestação de serviços	Serviço de Limpeza para o edifício do InCI, I.P. sito na Av. Julio Dinis, nº 9	18-02-2015	21.402,00				08-09-2015		14.862,50			0,00		
Iberlim Sociedade Técnica de Limpezas, SA	Prestação de serviços	Serviço de Limpeza para as delegações do InCI, I.P. em Ponta Delgada e Funchal	18-02-2015	1.966,00				10-04-2015		1.788,00			0,00		

8.3.2 - Contratação Administrativa
1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
Iberofrio - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Manutenção das instalações de ar condicionado e ventilação para o edifício sede do InCI, I.P.	01-04-2015	30.442,50				7.380,00			0,00			
Iberofrio - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Manutenção pontual nos aparelhos de ar condicionado nas salas ocupadas no edifício nº 9	27-08-2015	118.818,00			30-11-2015	1.188,18			0,00			
Iberofrio - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Proposta de correção às situações detetadas no decurso da manutenção preventiva	05-06-2015	1.957,57				1.127,32			0,00			
Iberofrio - Comercialização e Técnicas de Refrigeração, Lda	Prestação de serviços	Substituição do variador de frequência no recuperador de calor (Pso 1:cobertura) do edifício nº 11	12-11-2015	742,08				0,00			0,00			
IDEFE - Instituto p/ o desenvolvimento e estudos económicos financeiros e empresariais	Prestação de serviços	Participação no curso "Programa Especializado em Gestão Imobiliária"	29-05-2015	1.353,00			16-11-2015	1.100,00			0,00			
IGCP - Instituto de Gestão de Tesouraria e do Crédito Público	Prestação de serviços	Encargos com a cobrança da receita (comissões)	2014	4.977,24			18-09-2014	20.506,88			6.122,01			
IIG Mailing And Information Security Portugal - Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Assistência Técnica à máquina de abrir correspondência	30-03-2015	162,36			27-07-2015	362,04			0,00			
Impresa Publishing, SA	Prestação de serviços	Inserção de anúncios relativos á nova designação IMPIC	21-10-2015	26.570,70				2.878,20			0,00			
INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Ação de Formação - "Microsoft Excel Avançado"	06-04-2015	1.770,90			04-06-2015	1.770,90			0,00			
INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Ação de formação " Aprender a gerir o stress pessoal e profissional	13-04-2015	2.166,15			10-08-2015	2.166,15			0,00			
INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Ação de formação "O Novo Código do Procedimento Administrativo para Juristas"	23-10-2015	2.187,15			11-12-2015	2.187,15			0,00			
INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Ação de formação "Técnicas de Trabalho Colaborativo"	27-11-2014	2.496,20				2.496,20			0,00			
INA - Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Prestação de serviços	Sessão de esclarecimento sobre a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	22-10-2014	480,00				320,00			0,00			
INCM	Aquisição de bens	Diário da República Electrónico - renovação da assinatura	2004	2.391,05				2.966,00			5.888,74			
Induliving - Artigos do Lar, Unipessoal, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de calçado de segurança p/ funcionário Miguel Ferreira da delegação do InCI, I.P. da Madeira	05-05-2015	53,90			30-11-2015	0,00			0,00			
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	Prestação de serviços	Curso "Gestão de Projetos Informáticos" - GPI - 18ª Edição	18-02-2015	1.800,00			01-04-2015	1.800,00			0,00			
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	Prestação de serviços	Curso "Gestão de Projetos Informáticos" - GPI - 18ª Edição	18-02-2015	1.800,00			01-04-2015	1.800,00			0,00			
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores	Prestação de serviços	Pós-Graduação "Sistemas de Informação - Especialização em Engenharia Empresarial" - POSI	08-05-2014	10.000,00			19-08-2014	5.000,00			5.000,00			
Informa D&B Sociedade Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Proposta SABI	29-05-2014	4.399,00			08-07-2014	5.656,87			0,00			
Informática El Corte Inglés	Aquisição de bens	Aquisição de equipamento informático hardware	24-08-2015	43.362,17			15-07-2014	27.351,02			0,00			
Informática El Corte Inglés	Aquisição de bens	Aquisição de leitores smartcard e ratos móveis sem fio	24-08-2015	43.362,17				0,00			0,00			
Informática El Corte Inglés	Prestação de serviços	Contrato de Licenciamento Microsoft	27-04-2015	63.918,82			01-07-2015	63.918,82			0,00			
INOV INESC INOVAÇÃO	Prestação de serviços	Assistência Técnica BASE e Manutenção Evolutiva BASE	28-04-2014	90.405,00				36.445,39			53.959,61			
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas	Prestação de serviços	Curso sobre a Revisão do Código do Procedimento Administrativo	23-02-2015	150,00				150,00			0,00			
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas	Prestação de serviços	Curso sobre a revisão do CPTA e ETAF	03-12-2015	600,00			30-12-2015	600,00			0,00			
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas	Prestação de serviços	Seminário - "A Centralização das compras públicas - questões atuais"	13-03-2015	120,00			01-04-2015	120,00			0,00			
IRN - Instituto dos Registos e Notariado	Prestação de serviços	Acesso eletrónico, à Base de Dados do Registo Comercial	01-12-2011	b)			06-01-2014	3.000,00			8.000,00			
Iten Solutions - Sistemas de Informação, SA	Prestação de serviços	Assistência Técnica para o sistema Integrado de Gestão de Assiduidade	01-02-2015	8.389,89				8.389,89			0,00			

8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
ITIC - Instituto Técnico para a Indústria da Construção	Aquisição de bens	Aquisição das publicações "Summary Report" e "Country Report" referentes à 78ª Cofberência do Euroconstruct	18-03-2015	615,00			10-04-2015	615,00			0,00			
Jardim, Raimundo Sociedade de Advogados, RL	Prestação de serviços	Patrocínio Judiciário - Impugnação apresentada por Fernanda do Rosário Martins	22-01-2014	3.500,00			24-02-2014	0,00			1.845,00			
Jet Cooler	Aquisição de bens	Despesa referente à aquisição de águas e copos utilizados nos bebedouros, instalados no edifício do InCI, I.P.	2015	5.400,00				492,85			0,00			
Jet Cooler	Aquisição de bens	Despesa referente à aquisição de águas e copos utilizados nos bebedouros, instalados no edifício do InCI, I.P.	19-06-2000	b)				3.705,54			8.515,10			
KafféKaffé - Sociedade de Cafés Unipessoal, Lda	Aquisição de bens	Despesa referente à quantidade de cafés tirados nas várias máquinas de café instaladas no InCI, I.P.	01-02-2007	b)				5.400,65			12.899,76			
Leadership Business Consulting Consultoria e Serviços, SA	Prestação de serviços	Apoio técnico à instrução de candidatura ao SAMA	09-08-2015	6.088,50			20-10-2015	6.088,50			0,00			
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Aluguer operacional de dois veículos para os vogais do CD	08-03-2014	50.774,40				8.204,50			0,00			
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Aluguer operacional de um veículo para serviços gerais	08-03-2014	20.368,80				3.546,02			0,00			
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de 1 viatura para o CD, por aluguer operacional	15-10-2013	27.069,12				8.135,88			3.907,26			
Lenave, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de diverso material elétrico no decorrer do ano 2015	2015	4.000,00				2.805,55			5.897,52			
Lis Prime Multiservices, SA	Prestação de serviços	Serviços de Limpeza para a sede do InCI, I.P. e delegação de Évora para o ano 2015	22-12-2014	73.371,84				66.551,43			0,00			
LitoJesus Artes Gráficas, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de capas para a Direção de Inspeção com o logotipo do IMPIC	20-11-2015	1.027,05			30-12-2015	0,00			0,00			
LitoJesus Artes Gráficas, Lda	Prestação de serviços	Impressão de papel timbrado, capas e cartões de visita e de cumprimentos - proposta de adjudicação	18-09-2015	5.993,79			30-12-2015	0,00			0,00			
Livraria Almedina	Aquisição de bens	Aquisição da publicação "Direito Tributário 2015 - Coletânea de Legislação 17ª edição"	16-03-2015	42,30			10-04-2015	42,30			0,00			
Livraria Jurídica, SA	Aquisição de bens	Aquisição das seguintes publicações: "Comentários à Lei Geral do trabalho em Funções Públicas"; "Novas Fronteiras da Contratação Pública" e "O Contrato de Mediação"	18-02-2015	195,22			01-05-2015	195,22			0,00			
Livraria Jurídica, SA	Aquisição de bens	Aquisição de vários livros técnicos	16-03-2015	1.291,72			07-05-2015	1.248,82			0,00			
Logow ords Publicidade, Lda	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Coimbra	12-11-2015	110,70				0,00			0,00			
Lustrans - Transportes de Mercadorias	Prestação de serviços	Aquisição de serviço p/ transporte de mobiliário	07-05-2015	2.312,40			16-06-2015	2.312,40			0,00			
Lustrans - Transportes de Mercadorias	Prestação de serviços	Aquisição de serviço p/ transporte de mobiliário	20-08-2015	1.377,60			17-09-2015	1.082,40			0,00			
Lusotrage Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de pins com o logotipo do IMPIC	10-12-2015	230,00			23-12-2015	230,00			0,00			
Macarim - Manufatura de Carimbos, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de carimbos para o Instituto com a denominação IMPIC	05-10-2015	1.230,00			30-11-2015	713,90			0,00			
MACIF SEGUROS, Companhia de Seguros, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de seguro automóvel de responsabilidade civil para a viatura NISSAN	18-08-2014	90,00				90,00			488,22			
MCComputadores, Lda	Prestação de serviços	Assistência técnica e manutenção de 3 computadores e impressora instalados no núcleo da Madeira	2005	2.007,46				2.457,54			1.638,36			
MEO - Serviço de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Despesa referente a aluguer e ampliação da Central telefónica Alcatel 4400.E	2002	24.974,40				24.974,40			49.948,80			
MEO - Serviço de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Despesa referente ao acesso à Ethernet e terminal Router Cisco	2002	16.907,40				16.907,40			33.814,80			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Aquisição circuito de comunicações de voz e dados VPN nas delegações do InCI, I.P. em Funchal, Ponta Delgada e Évora	15-12-2014	3.333,33				3.284,88			13.104,29			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Prestação de serviço móvel terrestre	15-12-2014	55.760,00				7.199,39			0,00			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Serviço de comunicações de Voz e Dados em local fixo	28-10-2015	22.846,72				0,00			0,00			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Aquisição circuito de comunicações de voz e dados VPN nas delegações do InCI, I.P. em Funchal, Ponta Delgada e Évora	18-09-2015	6.150,00			02-11-2015	3.281,54			0,00			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Linha telefónica fixa sede InCI, I.P. e delegações de Évora e Ponta Delgada	2002	b)				28.648,73			50.514,97			
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, SA	Prestação de serviços	Rede fixa do Núcleo da Madeira	2005	b)				510,83			1.384,39			
Micauto Auto Turística Mcaelense, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de viatura para ação inspetiva da delegação nos Açores nos dias 13 a 17 Abril	09-04-2015	185,00			07-05-2015	150,00			0,00			
Micauto Auto Turística Mcaelense, Lda	Prestação de serviços	Aluguer viatura para realização de operação de fiscalização na região autónoma dos Açores - Ilha de S. Miguel	28-07-2015	252,52			01-09-2015	252,52			0,00			

8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
Microcaos Sistemas Informáticos, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de memória para computadores	16-07-2015	429,64				0,00			0,00			
Microcaos Sistemas Informáticos, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de memória para computador fora do acordo quadro - novo procedimento	16-07-2015	429,64			24-08-2015	429,64			0,00			
Miguel Alexandre Simões Correia	Prestação de serviços	Substituição da imagem no posto de atendimento nas lojas do cidadão de Aveiro e Évora	12-11-2015	104,80				0,00			0,00			
Mourão Serra, Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Mudança de cunhos no selo branco com prensa manual	13-11-2015	334,56			30-12-2015	334,56			0,00			
Mourão Serra, Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Reparação da máquina de plastificar	29-04-2015	209,10			04-06-2015	209,10			0,00			
MX3 Artes Gráficas, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 30000 folhas de papel de carta com o logotipo do IMPIC	19-11-2015	586,71			30-12-2015	586,71			0,00			
Nextproject Gestaão de Redes de Comunicações, Lda	Prestação de serviços	Trabalhos de reformulação LAN do edifício do InCl.I.P., sito na Av. Julio Dinis, nº 9 componente passiva	14-01-2015	5.934,22				5.934,22			0,00			
NLS - New Solutions, Consultoria e Engenharia SA	Prestação de serviços	Serviço de suporte para a manutenção da atual aplicação e apoio na migração de dados para a plataforma GESLIC e implementação das funcionalidades definidas no plano de contingência para adaptar à aplicação às novas exigências do novo regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção	20-09-2015	159.961,50			30-11-2015	47.737,53			0,00			
NOS Comunicações, SA	Prestação de serviços	Serviço de comunicações móveis de voz e dados - regularização	25-09-2013	1.337,62				1.337,62			23.017,18			
NOS Comunicações, SA	Prestação de serviços	Despesa referente ao encargo com a ligação à TV por Cabo	2008	330,36				330,36			636,96			
Noticias Direct - Distribuição ao Domicilio, Lda	Aquisição de bens	Renovação da assinatura do Jornal de Noticias em suporte papel	05-05-2015	735,00			01-07-2015	735,00			1.636,00			
O Vidrinho - Comércio de Vidros, Lda	Prestação de serviços	Substituição da Imagem no posto de atendimento em Viseu	12-11-2015	89,26				0,00			0,00			
Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia	Prestação de serviços	Invitation for Major Sponsor of the 3rd European Conference on e-Public Procurement	18-03-2015	3.000,00			07-05-2015	690,00			0,00			
Olmar - Artigos de Papelaria, Lda	Aquisição de bens	Aquisição agregada de material de economato ao abrigo do Acordo Quadro nº 3 PECl da ANCP 2011	18-09-2013	12.000,00			11-12-2013	1.106,26			3.035,51			
Olmar - Artigos de Papelaria, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de diverso material de economato ao abrigo do acordo quadro	18-02-2015	4.499,91			24-07-2015	2.324,89			0,00			
Paulo S. Conde, Lda Comércio de Produtos e Equipamento para Informática	Aquisição de bens	Aquisição de Tinteiros e Toners	28-01-2015	1.566,20				553,50			0,00			
Pitney Bow es, SOC Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Contrato de manutenção e reparação da envelopadora afeta ao expediente	01-04-2004	1.483,50				1.664,93			3.479,30			
Portugal Telecom - Associação de Cuidados de Saúde	Prestação de serviços	Despesa referente aos meses Maio a Dez/2014 conforme justificação em anexo	03-05-2012	26.971,44				4.413,68			0,00			
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda	Prestação de serviços	Manutenção preventiva ao sistema de deteção de incendios	24-06-2014	2.160,00				0,00			0,00			
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda	Prestação de serviços	Revisão anual do dispositivo de combate ao incêndio	11-06-2015	576,26			10-08-2015	530,38			0,00			
Protectedmode - Equipamentos de Proteção Individual	Aquisição de bens	Aquisição de material individual descartavel de proteção	05-05-2015	78,50			04-08-2015	78,50			0,00			
PT PRO - Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados SA	Prestação de serviços	Despesa referente aos meses Maio a Dez/2014 conforme justificação em anexo	03-05-2012	26.971,44				1.943,44			0,00			
Público Comunicação Social, SA	Aquisição de bens	Renovação da assinatura do Jornal Público em suporte papel e formato digital (e-paper)	06-05-2015	438,00			04-06-2015	437,99			1.094,98			
Reditus Consulting, SA	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de manutenção RedDoc e administração de sistemas/IT	23-04-2015	90.873,63				90.873,63			0,00			
Regra - Sistemas de Informação, SA	Aquisição de bens	Aquisição terminais VOIP	31-08-2015	48.451,15				0,00			0,00			
Renova - Fábrica de Papel do Almonda, SA	Aquisição de bens	Aquisição de papel de fotocópia e Impressão ao abrigo do acordo quadro	18-02-2015	5.221,04			14-12-2015	2.863,44			0,00			
Repsol Portuguesa, SA	Aquisição de bens	Aquisição de combustível em postos de abastecimento publico, através da plataforma da ANCP	01-03-2013	60.000,00			09-05-2013	6.627,07			10.513,79			
S MAIS Facility Services, Lda	Prestação de serviços	Serviço de Limpeza profunda para o edifício sito na Av. Julio Dinis, nº 9	18-02-2015	1.623,60			01-09-2015	1.623,60			0,00			
S.T.&S.F. - Sociedade de Publicação, Lda	Aquisição de bens	renovação da assinatura do Jornal Diário Económico em suporte papel e formato digital (e-paper)	25-07-2014	560,00			20-08-2014	480,00			1.120,00			
Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, SA	Prestação de serviços	Aquisição de um serviço de manutenção dos elevadores da sede so InCl.I.P.	01-06-2012	8.955,00			18-07-2012	1.835,78			7.241,13			
Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, SA	Prestação de serviços	Assistência Técnica aos elevadores do edifício sede do InCl, sito na Av. Julio Dinis nº 11	16-06-2015	2.141,74			01-09-2015	1.835,78			0,00			
Schindler - Ascensores e Escadas Rolantes, SA	Prestação de serviços	Despesa inerente à intervenção técnica do elevador do edifício sede do InCl.I.P., fora do âmbito do contrato	14-10-2015	59,96			30-12-2015	59,96			0,00			

8.3.2 - Contratação Administrativa
1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (7)	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)		Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)	Trabalhos a mais (13)	
Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Ponta Delgada	Prestação de serviços	Despesa referente a gastos de água com a delegação de Ponta Delgada nos Açores	2012	b)				94,73			439,47			
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Aquisição de bens	Renovação da assinatura da Revista do Ministério Público 2015, afeta ao CD	24-01-2014	60,38			17-06-2014	64,00			128,00			
Sociedade Vicia Desportiva, SA	Prestação de serviços	Inserção de anúncios relativos à nova designação IMPIC	21-10-2015	26.570,70				5.424,30			0,00			
Solidnetw orks Business Consulting, Lda	Prestação de serviços	Formação - Gestão Documental RedDoc	27-05-2015	6.150,00				6.150,00			0,00			
Stamp Star, Lda ^a	Prestação de serviços	Serviço de ligação do sistema Automático de deteção de incêndio entre o IMPIC e o Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa	04-01-2012	489,76				619,18			0,00			
Status Media Marketing, Comunicação, Formação e Publicidade, Lda ^a	Aquisição de bens	Aquisição das Publicações "Caixa Geral de Aposentações - Manual do Utente" e "ADSE - Novo Guia do Beneficiário"	13-08-2015	32,00			20-10-2015	32,00			0,00			
Strong, Segurança, SA	Prestação de serviços	Serviços de Segurança e Vigilância	18-11-2015	224.509,44				0,00			0,00			
Tad Equipamentos de Informática, Lda ^a	Prestação de serviços	Reparação na avariú no RM400 (Aplicação da mediação Imobiliária)	21-05-2015	1.439,10			16-06-2015	1.439,10			0,00			
Tecnoventil - Ventilação e Ar Condicionado	Prestação de serviços	Despesa referente às várias deslocações da empresa para intervenção na reparação do aparelho de ar condicionado instalado na sala 603	06-03-2015	139,91			01-04-2015	139,91			0,00			
Tecnoventil - Ventilação e Ar Condicionado	Prestação de serviços	Reparação de um aparelho de ar condicionado afeto à sala 603	25-05-2014	90,00			30-05-2014	110,70			0,00			
Thyssenkrupp Elevadores, SA	Prestação de serviços	Assistência técnica aos elevadores do edifício do InCI, I.P. sito na Av Julio Dinis nº 9	01-01-2015	1.328,40			04-06-2015	1.328,40			0,00			
Thyssenkrupp Elevadores, SA	Prestação de serviços	Intervenção técnica aos elevadores do edifício nº 9	12-11-2015	982,01				0,00			0,00			
Tnolen - Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda ^a	Prestação de serviços	Serviço de Controlo de Pragas	01-09-2013	1.826,82			22-10-2013	998,76			2.521,99			
Tompla	Aquisição de bens	Aquisição de envelopes de vários tamanhos com o logotipo do IMPIC	20-11-2015	5.146,98			30-12-2015	5.146,99			0,00			
Transformer, Sociedade Unipessoal, Lda ^a	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de estudo, análise e elaboração do modelo que fixa as condições de interligação, interoperabilidade e financiamento das Plataformas Eletrónicas da Contratação Pública	27-05-2015	51.660,00			09-11-2015	51.660,00			6.088,50			
TUI Portugal	Prestação de serviços	Aquisição de aluguer viaturas para os funcionários ao serviço do InCI, I.P. ao abrigo do acordo quadro da ANCP	22-06-2012	147.600,00				11.645,86			105.215,02			
TUI Portugal	Prestação de serviços	Aquisição de serviços de viagens e alojamentos - 2015 (contratação excepcional)	29-06-2015	79.950,00			17-09-2015	18.933,48			0,00			
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda ^a	Prestação de serviços	Assistência Técnica, manutenção, atualização e consultoria às aplicações e Pública Financeira e de Recursos Humanos	01-03-2015	22.342,50				8.244,36			22.392,26			
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda ^a	Prestação de serviços	Assistência às aplicações e Pública financeira e de recursos humanos referente a Dez/2014	28-12-2012	19.860,00			19-02-2013	1.017,83			0,00			
Uniksystem - Sistemas de Informação, Lda ^a	Prestação de serviços	Proposta de Implementação de Desenvolvimento à medida - Coimas	22-07-2015	5.471,29			14-12-2015	5.471,29			0,00			
Vantagem + Consultores de Formação	Prestação de serviços	Ação de formação - "prezi - Apresentações Dinâmicas"	05-06-2015	1.715,85			06-07-2015	1.715,85			0,00			
Via Verde Portugal	Prestação de serviços	Despesa referente a pagamento de portagens de viaturas ao serviço do InCI, I.P.	26-03-2014	3.031,95			08-05-2014	4.027,90			5.134,35			
Vitabegin, Lda ^a	Prestação de serviços	Substituição das imagens nos painéis existentes no piso 0	12-11-2015	4.222,59			30-12-2015	916,35			0,00			
Vitamx - Publicidade, Lda ^a	Prestação de serviços	Substituição das imagens nos painéis que existem no posi -2	14-12-2015	2.271,81				0,00			0,00			
Vitor Manuel Almeida da Silva	Aquisição de bens	Aquisição de cartões de cumprimentos para os membros do Conselho Diretivo	19-11-2015	197,83			30-12-2015	160,88			0,00			

8.3.2 - Contratação Administrativa

1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Entidade (1)	Tipo de Contrato	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações (14)	
		Objeto (2)	Data (3)	Valor (4)	Nº de Registo (5)	Data (6)	Data do primeiro pagamento (7)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
Vitor Neto Unipessoal, Ldª	Prestação de serviços	Aquisição de serviço de manutenção preventiva e corretiva, bem como de manutenção corrente das instalações elétricas, da rede informática e dos sistemas de drenagem e bombagem do edifício sede do InCl, I.P.	24-10-2013	58.305,00			18-12-2013	21.914,09			47.811,60			
Vodafone	Prestação de serviços	Prolongamento do contrato até 31/12 conforme despacho da EspAP - Fat Dez/2014	22-04-2015	1.145,65				1.794,44			15.124,80			
Worktel - Manutenção e Infraestruturas de Telecomunicações, Ldª	Aquisição de bens	Aquisição de baterias para substituição das já existentes nas UPS	21-10-2015	7.564,50				0,00			0,00			
Xecomplex - Equipamentos e Serviços Unipessoal, Ldª	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis - Fotocopiadora Xerox	06-07-2015	1.023,36			24-08-2015	1.023,36			0,00			
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Ldª	Prestação de serviços	Assistência e Consumíveis das fotocopiadoras XEROX - Dezº/2014	29-12-2009	176.953,85				2.286,03			53.236,91			
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Ldª	Prestação de serviços	Assistência Técnica às máquinas fotocopiadoras multifunções de marca Xerox	30-10-2015	13.284,00			30-11-2015	3.640,80			0,00			
Xerox Portugal - Equipamento de Escritório, Ldª	Prestação de serviços	Intervenção técnica para desmontagem e montagem de fotocopiadora Xerox	18-08-2015	145,95			09-10-2015	145,95			0,00			
Xpand IT	Prestação de serviços	Serviços de implementação Pentaho	2014	9.880,00				0,00			0,00			

Nota: O valor dos contratos são sem IVA

a) Valor variável em função de nº de cópias tiradas

b) Valor variável em função do consumo

c) Diversos contratos referentes à assistência das fotocopiadoras, celebrados com datas diferentes

d) O sistema contabilístico actual não permite obter os primeiros pagamentos anteriores a 2008.

e) Diversos protocolos com datas e valores diferentes

f) Valor anual

O Presidente

O Vogal

O Vogal

O Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Fernando Oliveira Silva

João Ponce Dentinho

António Pires de Andrade

Pedro Ministro

8.3.2 - Contratação Administrativa

2 - Formas de Adjudicação

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2015

Unidade monetária: Euro

Tipo de contrato (1)	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidatura		Concurso limitado sem apresentação de candidatura		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste Directo		Total	
	Nº Contratos (2)	Valor (3)	Nº Contratos (4)	Valor (5)	Nº Contratos (6)	Valor (7)	Nº Contratos (8)	Valor (9)	Nº Contratos (10)	Valor (11)	Nº Contratos (12)	Valor (13)	Nº Contratos (14)	Valor (15)	Nº Contratos (16)	Valor (17)
Locação/Arrendamento													5	1.026.738,90	5	1.026.738,90
Empreitada de obras públicas													163	2.821.522,85	163	2.821.522,85
Gestão de serviços públicos													49	281.517,29	49	281.517,29
Prestação de serviços																
Aquisição de bens																

O CONSELHO DIRETIVO

O Presidente

O Vogal

O Vogal

O Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Fernando Oliveira Silva

João Ponce Dentinho

António Pires de Andrade

Pedro Ministro

10. Legislação em vigor em 2015

10.1. Contratação Pública

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	64-B/2011	30-12-2011	Código dos Contratos Públicos
Lei	3/2010	27-04-2010	Altera o Código dos Contratos Públicos
Lei	59/2008	11-09-2008	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	190/2012	22-08-2012	Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro
Decreto-Lei	149/2012	12-07-2012	Altera vários artigos do Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	108/2011	17-11-2011	Revoga o artigo 10º do Decreto-Lei n.º 200/2008, de 09.10, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	104/2011	06-10-2011	Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e transpõe a Directiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho.
Decreto-Lei	131/2010	14-12-2010	Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Diretivas n.os 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
Decreto-Lei	278/2009	02-10-2009	Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior
Decreto-Lei	223/2009	11-09-2009	Altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel
Decreto-Lei	200/2008	09-10-2008	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Lei	96/2015	17-08-2015	Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	18/2008	29-01-2008	Aprova o Código dos Contratos Públicos e altera o DL 12/2004, de 09.01
Decreto-Lei	6/2004	06-01-2004	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto Legislativo Regional	27/2015/A	29-12-2015	Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional	15/2009/A	06-08-2009	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma do Açores
Decreto Legislativo Regional	34/2008/M	14-08-2008	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
Declaração de Retificação	60/2008	10-10-2009	Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto
Declaração de Retificação	18-A/2008	28-03-2008	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que alterou o DL 12/2004, de 9 de Janeiro e aprovou o Código dos Contratos Públicos
Portaria	85/2013	27-02-2013	Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)
Portaria	87/2011	25-02-2011	Primeira alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11 de Janeiro, que estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.)
Portaria	1265/2009	16-10-2009	Primeira alteração à Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de Julho, que nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição
Portaria	959/2009	21-08-2009	Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro
Portaria	701-J/2008	29-07-2008	Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de investigação e desenvolvimento e cria a respetiva comissão
Portaria	701-I/2008	29-07-2008	Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas
Portaria	701-H/2008	29-07-2008	Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
Portaria	701-F/2008	29-07-2008	Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	701-E/2008	29-07-2008	Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra
Portaria	701-D/2008	29-07-2008	Aprova o modelo de dados estatísticos
Portaria	701-C/2008	29-07-2008	Publica a atualização dos limiares comunitários
Portaria	701-B/2008	29-07-2008	Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição
Portaria	701-A/2008	29-07-2008	Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-construtivos previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitar no Diário da República
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	1142/2013	24-01-2014	Publicação dos índices de custos de-mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais – (Quadro II) e de equipamentos de apoio – (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012
Deliberação	1377/2009	14-05-2009	Alteração do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro

10.2. Construção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	31/2009	03-07-2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.
Decreto-Lei	118/2013	20-08-2013	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios
Decreto-Lei	84/2011	20-06-2011	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas, conformando-os com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno
Decreto-Lei	73/2011	17-06-2011	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
Decreto-lei	69/2011	15-06-2011	Simplifica os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação e angariação imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	555/99	16-12-1999	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Decreto-Lei	183/2009	10-08-2009	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Decreto-Lei	46/2008	12-03-2008	Aprova o regime de gestão de resíduos de construção e demolição
Lei	41/2015	03-06-2015	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção e revoga o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro.
Decreto Legislativo Regional	24/2010/M	30-03-2010	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de executante de instalações elétricas de serviço particular, tendo sido declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1.º a 15.º pelo Ac.88/2012, de 08.03
Portaria	370/2013	27-12-2013	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2014
Portaria	353/2013	04-12-2013	Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada
Portaria	353-A/2013	04-12-2013	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação
Portaria	349-D/2013	29-11-2013	Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes
Portaria	349-C/2013	29-11-2013	Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização
Portaria	349-B/2013	29-11-2013	Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Portaria	349-A/2013	29-11-2013	Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)
Portaria	119/2012	30-04-2012	Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28.01

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	274/2011	26-09-2011	Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto
Portaria	1268/2008	06-11-2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Portaria	261-A/2015	27-08-2015	Fixa as taxas de licenciamento, certificados, alvarás e outros procedimentos administrativos respeitantes à atividade da construção e revoga a Portaria n.º 15/2004, de 10 de janeiro.
Declaração de Retificação	41/2013	17-10-2013	Retifica o n.º 8 do art. 39.º e o n.º 5 do art. 47.º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20.08
Declaração de Retificação	27/2012	30-05-2012	Retifica a Portaria 119/2012, de 30.04
Declaração de Retificação	25/2012	23-05-2012	Retifica a Portaria 119/2012, de 30.04
Despacho	3861/2010	03-03-2010	Constituição da comissão de acompanhamento prevista no artigo 20.º da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro
Aviso	1142/2013	24-01-2013	Publicação dos índices de custos de-mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais - (Quadro II) e de equipamentos de apoio - (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

10.3. Mediação Imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno
Lei	46/2011	24-06-2011	Altera o artigo 57.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho
Lei	25/2008	05-06-2008	Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.
Decreto-Lei	18/2013	06-02-2013	Altera os artigos 2º e 64º e adita o artigo 40º-A à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo
Decreto-Lei	242/2012	07-11-2012	Altera os artigos 3.º, 24.º e 25.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	317/2009	30-10-2009	Aprova o regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro.
Decreto-Lei	118/2009	19-05-2009	Altera os artigos 3.º e 24.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum Altera e republica o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro.
Decreto-Lei	371/2007	06-11-2007	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	156/2005	15-09-2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Portaria	199/2013	31-05-2013	Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro
Portaria	866/2009	13-08-2009	Determina que a Direcção-Geral do Consumidor disponibilize em ambiente eletrónico uma rede telemática de informação comum (RTIC) que assegure às entidades reguladoras e de controlo de mercado sectorialmente competentes uma plataforma para a gestão das reclamações
Portaria	41/2009	13-01-2009	Aprova a lista de países ou jurisdições que integram o conceito de «país terceiro equivalente» para efeitos da aplicação
Portaria	896/2008	12-08-2008	da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro
Portaria	1288/2005	15-12-2005	Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro.
Regulamento	282/2011	06-05-2011	Regulamenta os deveres previstos na Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho e revoga o Regulamento n.º 79/2010 de 13 de Janeiro
Declaração de Retificação	41/2008	04-08-2008	Retifica a Lei 25/2008, de 5 de Junho

10.4. Ficha Técnica da Habitação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	68/2004	25-03-2004	Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação – Ficha técnica da habitação

10.5. IMPIC, IP

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno
Lei	46/2011	24-06-2011	Altera o artigo 57.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho
Decreto-Lei	232/2015	13-10-2015	Aprova a orgânica do Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P.
Deliberação (extrato)	495/2015	09-04-2015	Nomeação em regime de substituição do licenciado Fernando Miguel dos Santos Batista, no cargo de Diretor da Direção Jurídica e da Contratação Pública.
Despacho	8455/2013	28-06-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço, da licenciada Isabel Maria Esteves da Rosa, para o cargo de Diretora de Qualificação e de Licenciamento
Despacho	8456/2013	28-06-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço da licenciada Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso para o cargo de diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública
Despacho	8454/2013	28-06-2013	Nomeação de comissão de serviço, do licenciado Pedro Manuel Ribeiro Coimbra para o cargo de diretor da Direção de Inspeção